

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: EDUCAÇÃO**

**UM ESTUDO SOBRE BOCCACCIO NA PERSPECTIVA DA HISTÓRIA
DA EDUCAÇÃO**

FLÁVIO RODRIGUES DE OLIVEIRA

**MARINGÁ
2012**

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: EDUCAÇÃO**

**UM ESTUDO SOBRE BOCCACCIO NA PERSPECTIVA DA
HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO**

Dissertação apresentada por FLÁVIO RODRIGUES
DE OLIVEIRA, ao Programa de Pós-Graduação em
Educação da Universidade Estadual de Maringá,
como um dos requisitos para a obtenção do título de
Mestre em Educação.
Área de Concentração: EDUCAÇÃO.

Orientadora:
Prof^a. Dra.: TEREZINHA OLIVEIRA

MARINGÁ
2012

FICHA CATALOGRÁFICA:

Deverá ser impressa no verso da folha de rosto.

Para confecção da Ficha Catalográfica, o aluno deverá levar um exemplar impresso da Dissertação à Biblioteca Central da UEM. Agendamentos e informações:
<http://www.bce.uem.br/sib/catalogacao.php>

E-mail: bce-pte@uem.br

Fone: (44)3011-4486 / (44)3011-4483

FLÁVIO RODRIGUES DE OLIVEIRA

**UM ESTUDO SOBRE BOCCACCIO NA PERSPECTIVA DA
HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO**

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Terezinha Oliveira (Orientadora) – UEM

Prof. Dr. Névio de Campos – UEPG – Ponta Grossa

Prof. Dr. Jaime Estevão dos Reis – UEM

13/04/2012

Dedico-o a Aurora Rodrigues de Oliveira a qual me ensinou empiricamente, que os laços do amor são infinitamente mais estreitos do que os de sangue.
“Amor vincit omnia”

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais por terem dado um conhecimento de mundo que nenhum meio acadêmico poderia me dar.

Aos amigos Augusto João Moretti Junior (Zé), Greicibely Faccin Borges (Grê) e Michel Bossone Avanzo por terem vivenciado significativos momentos desse trabalho, desde a preparação até a sua finalização.

À Terezinha Oliveira que fez questão de cuidar de mim como um filho. Sua preocupação sempre esteve para além das inquietações de um orientador. Por ter respeitado e defendido a minha liberdade de pensamento, ainda que destoasse da grande maioria. E por ter acompanhado praticamente todo o meu desenvolvimento dentro da academia.

Ao Jaime por ter sido um grande professor e amigo. Segundo Aristóteles pessoas assim são raras, portanto, sinto-me honrado de tê-lo conhecido.

Ao Nêvio de Campos por ter aceitado com muito carinho compor essa banca.

À Maria Cristina Gomes Machado por ter participado da qualificação deste trabalho.

Ao Claudinei Magno Mendes que para o bem ou para o mal, contribuiu diariamente para que eu pudesse voltar-me para a história com um olhar político. Esse olhar foi fundamental para a elaboração desse trabalho. Obrigado pelos seus textos.

*“Quando todos pensam igual, é porque ninguém
está pensando”.* Walt Lippman

OLIVEIRA, Flávio Rodrigues. **UM ESTUDO SOBRE BOCCACCIO NA PERSPECTIVA DA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO**. n° de folhas 113 f.. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá. Orientadora: Terezinha Oliveira. Maringá, 2012.

RESUMO

Neste estudo, analisamos como Giovanni Boccaccio contribuiu para o desenvolvimento dos conceitos morais de meados do século XIV. Apesar de esse autor não ter nenhuma obra específica sobre a questão moral, em suas novelas, de forma implícita ou explícita, ele tratou dos valores morais como uma necessidade educacional do indivíduo. Em cem novelas, ele pintou a vida cotidiana e o dia-a-dia de vários grupos sociais, abordando, de uma perspectiva aristotélica, a formação dos costumes e hábitos como questões de deficiência ou excelência moral. O conceito de educação adotado na análise é o de que existe uma forma de apreender e ensinar que se origina nas próprias relações sociais, travadas no seio das famílias, das cidades, da igreja, enfim, das inter-relações diárias dos indivíduos. Quando se analisa a importância de Giovanni Boccaccio para a formação do indivíduo do século XIV, deve-se ter em mente esse tipo de educação, denominada informal. Ao analisar a questão da virtude e o vício na obra *O Decamerão* percebe-se que essa indagação é pertinente a toda a história da humanidade, uma vez que ultrapassa seu tempo histórico, tornando-se parte das nossas discussões atuais. Assim, metodologicamente, assumimos a perspectiva de longa duração proposta pela história das mentalidades, já que por sua própria essência, a educação se faz por meio de processos longos e duradouros. Esse caminho teórico-metodológico, a nosso ver, implica uma análise mais totalizante da história, especialmente tendo em vista a fonte principal da pesquisa: uma obra literária. A investigação realizada em uma seleção de novelas da obra *O Decamerão* tem como finalidade destacar o que se compreendia como virtude e vício no final da Idade Média.

Palavras-chave: História da educação. História das mentalidades. Giovanni Boccaccio, *O Decamerão*. Virtude. Vício.

OLIVEIRA, Flávio Rodrigues. **A STUDY OF BOCCACCIO'S STORY FROM THE PERSPECTIVE OF EDUCATION**. n° de folhas 113 f.. Dissertation (Master in Education) – State University of Maringá. Supervisor: Terezinha Oliveira. Maringá, 2012.

ABSTRACT

In this study, we analyzed the importance given to Giovanni Boccaccio to the development of moral concepts in the mid-fourteenth century. Although this author does not have any specific work on this issue, either implicitly or explicitly, he dialed with moral values as an educational need for the individual in his novels. In a hundred novels, he showed the daily life and routine of a huge variety of social groups, focusing on the formation of the customs and habits, consequently understood, an Aristotelian view, such as a disability or moral excellence. Education seen by us shall be founded on to that form of learning and teaching originated from social relations, that happens within families, cities, the church, finally, the daily inter-relationships of individuals. When analyzing the importance of Giovanni Boccaccio for the formation of the individual from the fourteenth century, one must keep in mind this type of education, called informal. Looking into the issue of virtue and vice in the work *The Decameron* we realize that this matter is relevant to the entire history of mankind since the historical time that passes in which this issue is inserted and has been part of our discussions currently. Thus, we assume a long-term perspective, focusing on a history of mentalities, which by its very essence, is done through long lasting processes. This theoretical-methodological way, in our view, brings the expansion to a more totalizing history, starting with the very source that will be used, the literary work. From this perspective, we try to stick to an investigation of a selection of novels of the work *The Decameron* in order to highlight what is understood as virtue and vice in the late Middle Ages.

Key-words: History of education. History of mentalities. Giovanni Boccaccio, *The Decameron*. Virtue. Vice.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	12
2. E EU FICO COM AS FOLHAS: a Baixa Idade Média.....	16
2.1. Por uma história das mentalidades na Baixa Idade Média.....	26
2.2. História e estória: uma linha tênue?.....	35
3. GIOVANNI BOCCACCIO E SUA ÉPOCA.....	56
3.1. A musa inspiradora de Boccaccio: breves considerações sobre a Peste Negra	64
3.2. Outros fatores ligados à transmissão da Peste Negra.....	72
3.2.2 A Peste Negra também tem história.....	76
3.2.3. A Peste Negra e a Transgressão dos valores morais.....	81
4. BOCCACCIO E A EDUCAÇÃO DO HOMEM MEDIEVAL.....	88
5. CONCLUSÃO	106
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	109

1. INTRODUÇÃO

Junto a Dante e Petrarca, Boccaccio foi uma das personalidades mais irreverentes da Península Itálica no período caracterizado como Baixa Idade Média e, ao longo dos séculos, despertou grande interesse, tanto por parte de pesquisadores quanto dos amantes da literatura. Considerado o pai da literatura realista e também do gênero novelesco, esse autor apreendeu de forma ímpar as transformações que estavam ocorrendo em seu tempo histórico. Transcreveu toda a essência complexa e o caráter moral da natureza humana com abundância de detalhes, transformando com seu inigualável gênio, uma das maiores catástrofes naturais da história da humanidade em obra literária. Tamanho empenho e dedicação não se apagaram ao longo dos tempos; pelo contrário, fizeram de Boccaccio um clássico da literatura universal.

Além da grande erudição encontrada em seus poemas, cartas, novelas e biografias, sua exposição da Peste Negra também tem sido resgatada pela historiografia. Sua minuciosa descrição dos acontecimentos referentes ao ano de 1348 tornou-o o mais primoroso relator das calamidades que atingiram Florença e, de maneira geral, toda a Eurásia de meados do século XIV. Com sensibilidade aguçada, Boccaccio transcreveu o que até então parecia impossível de ser colocado em palavras: de forma ímpar, ele combinou os relatos de seus contemporâneos sobre a devastação que assolava a Península Itálica com a sua dor de ver mundo que tanto amava caindo em ruínas.

Outro aspecto considerado relevante na vida de Boccaccio é uma escolha feita em sua juventude, antes de a fama tê-lo envolvido. Hoje, podemos dizer que essa foi a melhor escolha que ele poderia ter feito, tanto para ele quanto para nós, da posteridade, uma vez que se tornou um grande nome da literatura universal. Ainda que a contragosto de seu pai, Boccaccio di Chellino, o autor decidiu abandonar as aulas de aritmética que tivera até ali, renunciar ao comércio, atividade na qual gastara seis anos de sua vida e que era fundamental para a estabilidade da família dos boccaccinos, e dedicar-se à carreira incerta da literatura (ORLANDI, 1972). Isso, por um lado, gerou grande revolta em seu pai e, por outro, ainda em vida, um grande reconhecimento em sua região. Posteriormente, esse reconhecimento tornou-se universal e ele adentrou para o que o porvir chamaria de *Trecentto* italiano (Dante, Petrarca, Boccaccio).

A contribuição desse indivíduo para a história da humanidade não se encerra aí. Boccaccio, junto a Dante, também foi um dos principais responsáveis pela vulgarização da

língua neolatina, sendo considerado como um dos maiores responsáveis para a fixação da língua italiana em detrimento do latim, que já estava em desuso nesse período. Tal escolha rendeu-lhe críticas, algumas amenas, outras mais severas, como as de seu admirado amigo Petrarca. Contudo, essa opção por uma escrita mais acessível só contribuiu para que ele se tornasse mais popular entre os seus contemporâneos e, conseqüentemente, para que recebesse o título de “o pai da prosa italiana”.

Para conhecer Boccaccio mais de perto, precisamos adentrar o mundo europeu do período da história categorizado de Baixa Idade Média. Percebemos que o contexto histórico de sua formação é capital para compreendermos a genialidade desse autor, pois nenhum indivíduo, obra e/ou fato são criação *ex nihilo*. Ora, com Boccaccio não poderia ser diferente. Segundo Orlandi (1972), ele viveu no segundo maior centro cultural da Itália do século XIV, o palácio de Anjou. Seu pai tinha contato com o rei Roberto de Anjou, favorecendo suas ligações com letrados e eruditos da época, como o astrônomo Andalò Negro e o bibliotecário perito em mitologia Paolo da Perugia, dentre outros que viviam naquele período. Foi nesse ambiente e em uma Florença considerada a Cidade-estado mais rica de toda a Itália que Boccaccio viveu.

Claro que tudo isso iria mudar com a chegada da Peste Negra, da fome e das guerras. Tais episódios, de certa forma, faziam parte da história da humanidade, mas nesse momento estavam tocando com muito mais profundidade o chão de Florença e do mundo conhecido até então. Boccaccio, como um indivíduo de percepção aguçada, conhecia as duas Florenças. Conseguindo notar as nuances presentes em seu contexto, ele foi o indivíduo mais sensível às mudanças abruptas pelas quais a cidade que tanto estimava passou.

É necessário aqui fazer algumas considerações que ajudarão o leitor a se orientar quanto ao texto que virá. Começamos pela periodização. Esse aspecto fundamental do texto, em razão de alguns recortes necessários tendo em vista os limites de uma dissertação, foi apenas mencionado. Ao longo do texto, apresentamos Boccaccio sempre a partir do seu contexto histórico e social. Parece-nos que, ao fazer assim, conseguimos nos esquivar daquela velha problemática que tanto prendeu alguns pesquisadores: a de ora conceituá-lo como medieval, ora como pré-renascentista.

Destarte, em nossa análise, nos deteremos em compreendê-lo como homem de seu tempo, ou seja, como um produto e um produtor da mentalidade do século XIV. Assim, evitaremos fazer uma busca por modelos que o caracterizariam de acordo com uma determinada visão, o que paralelamente favorece um maior diálogo com a historiografia relacionada à temática. A história não é feita por modelos; é livre, natural, produção da ação

dos homens no tempo. Segundo a perspectiva de Marc Bloch, a história seria sempre uma coletânea de dados sobre as experiências do passado.

Desse modo, procuramos compreender Boccaccio em toda a sua complexidade. Filho bastardo de um mercador, ao ser reconhecido pelo pai, passou a viver com a madrastra Margarida Mardoli que era parenta direta da família Portinari e, assim, manteve laços que dariam na famosa Beatriz que moveu Dante durante toda a vida. Comerciante frustrado, estudante de direito por imposição do pai, frequentador do palácio do rei Roberto de Anjou, amante da poesia, da astronomia, das ciências, da astrologia e da mitologia, seu mundo foi dividido pela morte, pela fome e pelas guerras, etc. Assim, seja seu contexto medieval seja o renascentista, todas as experiências que teve ao longo da vida se fundiram de maneira raríssima na forma como ele expressou seu modo de ser e ver o mundo. É essa forma de ver o mundo que nos interessa. Sem modelos pré-definidos, sem estruturas que não aceitem entendê-lo em sua totalidade.

Em *Um estudo sobre Boccaccio na perspectiva da história da educação* nossa pretensão é desvendar sua vida, tendo em vista que sua obra de maior destaque, *O Decamerão*, consagrou e definiu seu nome no *hall* dos literatos italianos. Destacamos que, até agora, após exaustivas pesquisas bibliográficas sobre o autor, desconhecemos exames que abordem *a virtude e o vício*. Foi percebendo Boccaccio como um autor que tratou dos preceitos morais num momento em que, em razão das transformações que estavam ocorrendo em sua sociedade, estes escasseavam que nos motivamos a conhecer um pouco mais a história desse indivíduo renegado por uns e exaltados por outros.

Num momento social de muitas calamidades e de intensa inversão de valores, Boccaccio, por meio das mais diversas personagens, fez questão de preservá-los e apontá-los. Com ele, o alfaiate, a empregada, o comerciante, o impostor, o usurário, o frei, o judeu, o padre, a viúva, o professor, o bispo, enfim, uma gama de personagens ganharam vida, mostrando o bem e o mal, a virtude e o vício, a alegria e a tristeza, as consequências de se fazer escolhas e, acima de tudo, os valores morais, extremados entre os vários outros sentimentos da alma humana.

Boccaccio é um autor que reflete criticamente sobre os novos ideais de cultura que a sociedade colocava, particularmente os que vieram com a Peste Negra. Ele não criou histórias de bonzinhos e malvados, mas de homens que enfrentavam questões complexas. Mostrou, por meio de uma visão aristotélica de mundo que tanto o que, por sua profissão de fé, deveria ser o mais puro dos indivíduos quanto o que, pelo seu ofício, tornava-se o mais

impuro estavam sujeitos às mesmas falhas, já que possuíam as mesmas características da humanidade: eram profundamente humanos.

Nesse âmbito, Boccaccio é educador, pois refletiu e expôs seus pensamentos, direcionando suas novelas para a discussão dos problemas que pairavam sobre a Itália do século XIV. Ao fazê-lo, tocou em questões que, em sua essência, são vivenciadas até os dias de hoje em qualquer sociedade. É essa discussão a respeito dos preceitos éticos e morais dos homens que, a nosso ver, estabelece uma relação direta de Boccaccio com a História da Educação.

Tendo apresentado a questão central de nosso trabalho e o motivo pelo qual selecionamos o século XIV para nossa pesquisa, procuramos agora expor a organização que demos ao assunto.

No primeiro capítulo, analisaremos as possibilidades de uma fonte literária para as discussões da história das mentalidades. Como foi feito o debate entre história e literatura e a partir de que momento na historiografia a literatura histórica ganha espaço como fonte para se compreender a história.

No segundo capítulo abriremos com uma narrativa sobre a vida de Boccaccio bem como as suas produções literárias. Em seguida faremos uma abordagem sobre a Peste Negra que a nosso ver foi o evento que devido a sua proporção influenciou Boccaccio a produzir a obra *O Decamerão*.

No terceiro Capítulo iremos abordar a questão da virtude e o vício por meio de uma análise aristotélica. Como podemos ver nas novelas boccaccianas disposições tanto para o vício quanto para a virtude em meio às ações cotidianas das personagens.

2. E eu fico com as folhas: a Baixa Idade Média

Podemos dizer que, em nossa análise, adentramos mais especificamente o campo das conjecturas, mas esse encaminhamento ficará mais explícito aqui. Temos a proposta de demonstrar, com base na história das mentalidades, como esse homem da Baixa Idade Média italiana enxergava seu mundo. Tal proposta pode parecer uma alternativa diferente para alguns historiadores e é justamente esse resultado de nossa provocação que nos deixará felizes. A história é e deve ser diferente para cada observador, o que não retira sua veracidade, mas mostra que há diferentes formas de olhar para o passado. Isso poderia nos levar a pensar em relativismo, mas precisamos explicar que não é isso que queremos. A análise da obra de Boccaccio e dos acontecimentos que marcaram o século XIV será feita com base na vertente teórica metodológica que fornece respostas mais de acordo com nossas questões. Essa vertente, que será exposta a partir de agora, será a nossa. Nem melhor nem pior, nem única nem mais verdadeira, mas é a nossa visão. É ela que, segundo nosso parecer, representa mais bem as nossas inquietações quanto ao contexto geográfico/político/cultural do contexto que buscamos analisar.

Embora Georges Duby¹ mencione que a Europa daquele momento estava passando por um profundo pessimismo, cujas raízes estariam na mentalidade escatológica que teria se iniciado no ano mil, conseguimos ver um crescimento enorme nessa região, especialmente entre os séculos XI e XIII. Pensando nisso, procuramos desenvolver o pensamento de que: a) existe uma mentalidade apocalíptica durante o período medieval, b) ainda assim, há um crescimento natural da população, principalmente durante os séculos supracitados; c) portanto, a mentalidade e a economia podem ser pensadas não como excludentes, mas como complementares. Expliquemos melhor: Duby ao apontar para a existência de uma mentalidade pessimista entre os homens da Idade Média, não deixa de considerar o crescimento econômico. Ora, isso parece indicar um problema: ou a mentalidade dos indivíduos possui uma ligação com os aspectos econômicos – sendo possível afirmar que a Europa não deixou de colher os frutos do seu trabalho e cresceu de acordo com suas demandas naturais durante os períodos difíceis – ou a mentalidade e a economia são realmente excludentes, ou seja, o desenvolvimento econômico só ocorreu naqueles anos porque as várias áreas de composição da personalidade humana não possuem nenhuma

¹ Para maiores informações ler: DUBY, George. **O ano mil**. Tradução de Teresa Matos, Rio de Janeiro: Edições 70, 1992; e/ou DUBY, George. **Ano 1000, ano 2000: na pista de nossos medos**. Tradução de Eugênio Michel da Silva e Maria Regina Lucena Borges-Osório. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

ligação. Assim, o intenso pessimismo no âmbito das mentalidades não teria interferido diretamente nos alicerces do seu pensamento econômico.

Se adotarmos essa última premissa – a de que a mentalidade dos indivíduos não é resultante da ligação entre os cenários materiais e espirituais –, seríamos obrigados a identificar indivíduos sem relações. Mais detidamente, tais indivíduos não deixariam que houvesse interferência de qualquer outra esfera mental que não fosse a econômica. Deduziríamos, com base nesse ponto, que algumas das grandes transformações ocorridas na esfera social não teriam afetado a mentalidade das pessoas. Essa tese seria completamente oposta à de que o desenvolvimento da humanidade constituiria algo natural, tese essa que decidimos adotar desde o início desta pesquisa. Não compreenderíamos os indivíduos como seres que buscam satisfazer suas vontades, ou seja, como seres que, ainda que estejam submersos em várias crises, buscam sair de um estado de insatisfação e passar para outro mais satisfatório.

Parece-nos mais condizente afirmar que alguns indivíduos, independentemente do contexto em que estão inseridos, seja este de crise ou não, de desestruturação ou não, afetando diretamente seu modo de viver ou não, não abandonam o fôlego pela vida, ainda que vivessem num período de profundo pessimismo coletivo. O que queremos dizer é que, num período como o da Baixa Idade Média, ainda que as esperanças estejam perdidas para muitos, o homem não deixa de produzir. Sua vontade de produzir mais em muito menos tempo ainda é muito grande. É natural da essência humana buscar novas opções para os seus percalços, ainda que esses sejam tão avassaladores quanto os do fim do medievo.

Quando incorremos nesse pensamento, parece que todo o esforço que Phillipe Wolff fez para mostrar que os avanços da primavera durante os anos de outono eram previsíveis pelo caminhar natural da história, uma vez que é natural do homem utilizar sua força de trabalho para a sobrevivência, tanto em momentos de crise quanto em momentos de crescimento. Ainda assim, é preciso notar que, sempre que surgirem oportunidades para que o indivíduo aplique menos força e consiga obter mais resultados, ele assim o fará, pois, segundo Aristóteles, “[...] admite-se que o sofrimento é um mal e deve ser evitado” (*E.N.VII*, 1153 b) independentemente do contexto em que está inserido.

Ora, essa mesma perspectiva de análise do que ocorreu entre os séculos XI e XIII deve se estender a toda a história da humanidade. Assim, com destaque, devido ao nosso foco, para os séculos XIV e XV, que possui uma perda demográfica bastante acentuada, o desenvolvimento econômico continua sendo natural. É possível explicar que o crescimento a que Wolff (1988) dá destaque, o consumo de carne, por exemplo, não é um evento que

transporta os homens à primavera dos tempos modernos, mas sim que, pensando em uma sociedade basicamente agrária como a deles, a primeira alternativa que esses indivíduos viram para não morrer de fome foi comer carne.

Agora, a mentalidade sim; essa sofre profundos abalos sísmicos. A moral, o comportamento, enfim, todos os sentimentos se alteram abruptamente em meio às transformações que vêm ocorrendo desde meados do século XIII. Destarte, durante a nossa dissertação, será mostrada uma análise da cidade de Florença de uma perspectiva antagônica à da literatura tradicional sobre esse período. Mostraremos, por meio dos estudos realizados por Huizinga para os Países Baixos e Borgonha, que, em relação ao contexto italiano dos fins da Idade Média, tal situação não era muito diferente. Mais detidamente, demonstraremos que a mentalidade predominante nos indivíduos nesse subperíodo, segundo algumas testemunhas literárias, não era a dos tempos de otimismo; muito pelo contrário, dominava uma mentalidade extremamente escatológica.

Porque insistimos nisso? Ora, parece que ao menos três grandes historiadores² divergem muito em sua opinião de como as pessoas se comportavam nesse momento. O primeiro deles, Jacob Burckhardt, via nesses homens a expressão de um grande avanço nas mais diferentes esferas, chegando a considerá-los:

A mais elevada consciência política, a maior riqueza em modalidades de desenvolvimento humano encontram-se reunidas na história de Florença, quem, nesse sentido, por certo merece o título de primeiro Estado moderno do mundo. Ali, é todo um povo que se dedica àquilo que, nos Estados principescos, constitui assunto de família. (BURCKHARDT, 1991, p. 71)

Realmente, o desenvolvimento produtivo nessa cidade, em seus mais diferentes aspectos, foi tal que levou essa grande personagem da historiografia do século XIX a se apaixonar perdidamente por Florença. Jacob Burckhardt a considera, sem desperdiçar elogios, como o primeiro Estado moderno do mundo. Para o autor, tudo o que se viu nos dois ou três séculos posteriores já estava em pleno desenvolvimento nessa cidade nos séculos XIV e XV.

Contudo, o fato é que, ao identificar a Florença dos séculos XIV em diante como expressão da mais avançada consciência política, ou das ciências da matemática, Burckhardt iniciou um processo de estigmatização do período medieval. Ele procurou

² Jacob Burckhardt, Johan Huizinga, Phillipe Wolff.

demonstrar que a época que antecedeu ao Renascimento não produziu uma forma de vida da qual os indivíduos se orgulhariam. Ele afirmou que algumas conquistas não eram compatíveis com o período medieval, mas sim que renunciavam um momento que viria, ou uma demonstração de que somente um retorno aos clássicos daria àquela sociedade uma progressão. Segundo essa perspectiva, era como se a Idade Média fosse um momento de barbárie a ser superado. Nas palavras do autor:

Na Itália, entretanto, diferentemente do que se ocorre no Norte, a Antiguidade desperta novamente. Tão logo a barbárie tem fim, a consciência do próprio passado faz-se novamente presente e um povo ainda parcialmente ligado à Antiguidade; ele a celebra e deseja reproduzi-la. Fora da Itália, o que ocorre é uma utilização erudita e refletida de elementos isolados da Antiguidade; dentro dela, trata-se de uma objetiva tomada de partido ao mesmo tempo erudita e popular pela Antiguidade de uma forma geral, uma vez que esta constitui ali a lembrança da própria grandeza de outrora. A fácil compreensibilidade do latim, o montante de recordações e monumentos ainda presentes, estimula decisivamente esse desenvolvimento. Dele e de sua interação com um espírito italiano que se alterou com o passar do tempo – com as instituições do Estado germano-lombardo, com a cavalaria comum a toda a Europa, com as demais influências culturais providas do Norte, com a religião e com a Igreja – surge, então, o novo todo: o moderno espírito italiano, destinado a tornar-se o modelo decisivo para todo o Ocidente. (BURCKHARDT, 1991, p. 140-141, grifos nossos)

Para o autor, a Idade Média seria um momento – de mil anos, diga-se de passagem – a ser superado, o que mostra que, em sua época, a ideia da *Idade das Trevas* ainda imperava nitidamente. Isso também, considerando seu contexto histórico, não poderia ser diferente: Jacob Burckhardt foi um historiador suíço de 1818. O ano de seu nascimento coincide com o da aprovação dos estudos neo-humanistas pelo Conselho de Educação da Basileia, cujo intuito era induzir os novos alunos a se interessarem pela cultura clássica. Isso resultou em uma obra de prestígio universal no que concerne aos estudos da cultura renascentista da Idade Média: *A cultura do Renascimento na Itália* (1860). Contudo, segundo Cássio da Silva Fernandes, quem mais influenciou os estudos de Burckhardt foi Vespasiano da Bisticci, um apaixonado pela cultura humanista:

Contudo, além do impacto causado pela imagem das ruínas romanas, um livro teria aberto os olhos de Burckhardt em direção ao

Quattrocento italiano: “tornou-se infinitamente importante para mim [afirma ainda a Ludwig von Pastor] ter lido em 1847, em Roma, durante alguns dias, as biografias de Vespasiano da Bisticci”.⁷ Ele se referia às *Vite di uomini illustri del secolo XV*, escrita pelo livreiro florentino que viveu até 1498. Vespasiano, imerso na tradição do humanismo de Florença, fundia narrativa biográfica com história cidadina, tinha deixado, com sua obra, uma descrição da vida de pontífices, reis, cardeais, bispos e arcebispos, homens de estado, príncipes, literatos e até mesmo de mulheres ilustres. São, ao todo, cento e três *vite*. Algumas em forma de comentários e biografias, outras à maneira de meras recordações episódicas, escritas, no entanto, como afirma o próprio autor, “per avere illustrate l’opere degli uomini singolari”. (FERNANDES, 2006, p. 5)

A visão de que o Renascimento é o berço do homem moderno é um aspecto estruturante da obra de Burckhardt. Seria natural, portanto, que ele buscasse de todas as maneiras uma explicação para que a Itália se sobressaísse nos estudos humanísticos. Essa visão é mais nítida ainda se o situarmos em seu momento histórico. O século XIX é, sobretudo, o século de Charles Darwin, que não aceitava a concepção teológica do criacionismo em sua teoria da evolução, de Friedrich Nietzsche – que lecionou na mesma escola em que Burckhardt estudara –, com sua filosofia do Super-Homem destruidor de todos os valores cristãos, de Karl Marx, que declarou que ‘a religião era o ópio do povo’, fundando uma nova filosofia moral e política com base no homem. Enfim foi o século de todo um movimento contrário à filosofia judaico-cristã de mundo, cujas raízes vinham do mundo medieval. Ora, não é incomum que a Idade Média, auge do pensamento cristão, fosse vista como mal dimensionada para explicar o mundo moderno.

Tal argumento poderia ser utilizado também para se considerar Vespasiano, figura fundamental para se compreender o pensamento de Burckhardt: aquele é respeitado o grande inspirador das leituras deste, de seu modo de compreender o universo dos séculos XIV e XV. Assim, é compreensível que ele tenha buscado se pautar nessa referência como suporte para compreender o *Quattrocento* italiano, que tenha preferido procurar por uma origem do novo no passado. Nem que isso se contrapusesse à sua visão de Idade Média.

Para Johan Huizinga, essa perspectiva é muito comum. Muitos historiadores preferem encontrar no passado os elementos que fizeram com que aqueles indivíduos se tornassem modernos. Seria contínuo o intento de vê-los não como fruto de seu contexto, mas sim como pessoas que teriam rompido com o seu período histórico, ficando à frente do seu tempo. Essa perspectiva é muito delicada para nós das mentalidades, pois, as angústias dos indivíduos não podem nunca expressar o não vivido. Em contrapartida, proclamam sempre

conflitos que esses e os seus contemporâneos estão vivenciando. Tal perspectiva será mais discutida adiante. Nas palavras do neerlandês:

A origem do novo é o que geralmente nosso espírito procura no passado. Deseja-se saber como os novos pensamentos e as novas formas de vida, que mais tarde trilharão em toda a sua plenitude, foram despertados; observa-se esse período sobretudo quanto às crenças que continuam no tempo seguinte. (HUIZINGA, 2010, p. 6)

Em um tom de crítica, o historiador mostra que a história sempre buscou encontrar tais vestígios. Ela sempre preferiu se reportar à origem, ao invés de investigar o fim. Ainda que reconheça essa possibilidade, ele não admite que essa seja a melhor forma de se voltar ao passado. Logo na primeira linha do prefácio, Huizinga apresenta sua concepção de história:

A História sempre tratou mais dos problemas de origem do que dos de declínio e de queda. Ao estudarmos qualquer período estamos sempre à procura da promessa daquilo que o seguinte trará. Desde Heródoto, e mesmo antes, as questões que se nos impõem, têm estado relacionadas com a ascensão de famílias, nações, reinos, formas sociais ou ideias. Desta forma, na história medieval temos buscado tão diligentemente as origens da cultura moderna que parece por vezes que o período que chamamos de Idade Média pouco mais foi do que um prelúdio do Renascimento. Mas, na História como na natureza, nascimento e morte estão equilibrados em si. A decadência de formas de civilização em adiantado estado de maturação é tão sugestiva como o espetáculo de novas formas. E sucede ocasionalmente que um período em que se tenha especialmente procurado o nascimento de coisas novas se revela de súbito como uma época de declínio e de decadência (HUIZINGA, 1978, p. 07, grifos nossos).

O que Huizinga demonstra é que, ao pensar demais no homem moderno, como é o caso de Burckhardt, podemos acabar nos esquecendo de vê-lo como fruto de seu próprio período. Podemos incorrer no erro de buscar sempre atitudes que fariam com que esse indivíduo fosse moderno e esquecer-nos-íamos de ver esse homem como parte do processo de transformações, fazendo com que o “que chamamos de Idade Média pouco mais fosse do que um prelúdio do Renascimento”. Para Huizinga, compreender esse homem em seu período histórico é muito mais importante para se compreender sua mentalidade, ou seja, para

entender como ele realmente via o mundo ao seu redor. Se for um período de crise, devemos buscar compreender essas crises. A morte e a vida fazem parte de um equilíbrio, o equilíbrio da história dos indivíduos.

Devemos tentar imaginar essa sensibilidade, essa propensão às lágrimas e as reviravoltas espirituais, se quisermos captar o colorido e o vigor da vida de então (HUIZINGA, 2010, p. 18).

Assim como traçamos sucintamente a história de Burckhardt e de seu contexto, precisamos fazer com Huizinga para compreender o motivo de sua aversão a tudo o que se diz moderno.

Segundo Peter Burke (2010), esse olhar que Huizinga forma do período da Baixa Idade Média está diretamente ligado ao seu contexto vivido. O autor de *O Outono da Idade Média* viveu durante um período crucial da história da humanidade. A II Guerra Mundial acarretou para o século XX muita dor e sofrimento. Aliás, diga-se de passagem, para Huizinga e seus próximos. Ele foi vítima dessa grande Guerra: preso pelos alemães após a invasão da Holanda em maio de 1940, foi levado para um campo de concentração. Sua vida findou logo após a Liberação numa vila das redondezas de Arnhem. Levando em consideração essas nuances do contexto vivido por esse historiador, não fica difícil de imaginar o porquê de ele desprezar tanto esse mundo moderno quanto os fatores ligados à história econômica e política. Eles teriam sido os principais causadores dessa grande Guerra. Segundo Burke, toda apatia que ele manifestava para com os seus contemporâneos conferiu-lhe um olhar singularmente rico para descrever a Baixa Idade Média:

A aversão de Huizinga pelo mundo moderno, o mundo das máquinas e do declínio das formas (para não mencionar a Primeira Guerra Mundial), fez dele um nostálgico da cultura medieval. [...] Essa nostalgia por aquilo que não deveria acabar e pelo que em sua própria época se sabia decadente confere a *O outono da Idade Média* uma vida própria, sua percepção da melancolia e da transitoriedade, bem como seu poder sobre as emoções do leitor (BURKE, 2010, p.601).

Seu olhar nostálgico é fundamental para se compreender alguns aspectos culturais da história dos fins da Idade Média. Com sua ampliação do conceito cultura,

respondendo a Burckhardt que essa era mais do que literatura e imagens, seu livro inspirou grandes estudiosos da história das mentalidades e da antropologia. Influenciou também a adoção de um olhar mais amplo para a história política trazida com o positivismo e para a história econômica, principalmente a que partia dos estudos marxistas, com o método linear do materialismo histórico.

Traçando mais algumas linhas a respeito desse autor, podemos dizer que Huizinga foi considerado um dos mais importantes historiadores da cultura do século XX. Ele apontou também a incapacidade da história documental e econômica para analisar aspectos referentes à cultura do período final da Idade Média. A compreensão de que esse autor possui uma forte aversão a uma literatura marxista e à história política – realçada pelo positivismo – talvez possa tomar mais nítido o porquê de seu olhar para a cultura ser tão enfático (BURKE, 2010). A busca por retratar ao máximo os pensamentos e sentimentos não poderia ser bem sucedida, segundo esse autor, se as fontes fossem de caráter econômico³ e político, pois estas trabalhavam apenas com objetos concretos.

Por isso, o olhar de Huizinga, no movimento de compreender a cultura, está totalmente voltado para as obras literárias e artísticas, para a interpretação que essas fontes podem trazer, mais detidamente, para o caráter subjetivo dessas fontes e para o que elas nos mostram como historiadores. Ou seja, ele nos mostrou, principalmente no que se refere ao período final da Idade Média, que a história não é estritamente cronológica. Alguns fatos estão para além da cronologia habitual que utilizamos no nosso dia-a-dia. É esse olhar que Huizinga traz para a História, que devemos ter aqui, o de uma história mais longa, não delimitada por acontecimentos:

O anseio por uma vida mais bela é considerado, normalmente, a característica fundamental do período renascentista. A satisfação e a sede de beleza dá-se tanto na arte quanto na própria vida; nesse momento, como nunca dantes, a arte serve à vida e a vida à arte. Mas também aqui o limite entre o período medieval e o renascentista foi traçado de forma nítida demais. O desejo passionai de revestir a própria vida com beleza, o refinamento da arte de viver, o efeito colorido de uma vida vivida segundo um ideal, tudo é mais antigo do que o *Quattrocento* italiano. Não passam de antigas formas medievais os próprios motivos usados pelos florentinos para o embelezamento da

³ Cf. Huizinga, é bem certo que os interesses econômicos podem algumas vezes até ser a base de vários acontecimentos históricos; no entanto, a tentativa de explicar toda a história com base nesses fatores isoladamente pode conduzir a uma construção arbitrária. De acordo com o autor: “O desejo de descobrir causas econômicas é em certa medida, uma insensatez da nossa parte e leva-nos frequentemente a esquecer a explicação muito mais simples dos fatos psicológicos.” (HUIZINGA, 1978, p. 23).

vida [...]; o desejo de estruturar a própria vida ou mesmo elevá-la a uma forma artística –, uma invenção vulgarmente considerada típica do Renascimento, de modo algum foi criada nessa época (HUIZINGA, 2010, p. 57-58).

Além de sua sutil crítica a Burckhardt, para quem o novo homem do período renascentista já era existente no mundo medieval, temos aqui uma crítica à linearidade histórica. Conforme as palavras do autor, podemos notar que algumas questões não podem ser percebidas dentro da cronologia convencional da história (Pré-história, Antiguidade, Medievalidade, Renascimento, Modernidade e Contemporaneidade), pois as transformações que ocorrem na mentalidade humana podem perdurar décadas, séculos e até milênios. Nessa ânsia por delimitar o que é do mundo medievo e o que é do renascentista o homem acaba perdendo a riqueza do vivido.

A busca pela nova vida que surgia, era fácil esquecer que no passado, assim como na natureza, a morte e a vida andam sempre lado a lado. Antigas formas de civilização morrem enquanto, ao mesmo tempo e no mesmo solo, o novo encontra alimento para florescer. Isso prova que se deve considerar os séculos XIV e XV não como o anúncio da Renascença, mas como final da Idade Média, o último sopro da civilização medieval, como uma árvore com frutos muitos maduros, completamente desenvolvida. O fervilhar de formas de pensamento antigas e coercivas em lugar do germe vivo do período histórico seguinte, o fenecimento e o enrijecimento de uma civilização rica [...] um céu tomado de vermelho-sangue, pesado e desértico, de um cinza-chumbo ameaçador, revestido de um falso brilho cúprico. (HUIZINGA, 2010, p. 6)

É percebido na citação acima que Huizinga reconhece uma probabilidade de se pensar um tempo moderno. Ou seja, que há a possibilidade de haver um homem moderno ou um tempo que remeta à origem de algo que está por vir no período que ele considera de declínio, como foi o caso da Baixa Idade Média. Contudo, ele deixa claro que não é esse o seu viés. É preciso esclarecer tais pontos porque se percebe hoje uma leitura bem mais aplicada aos aspectos econômicos de Wolff e à permanência de sua obra nas academias, ao mesmo tempo em que existe uma estigmatização dos aspectos da mentalidade propostos por Huizinga.

É necessário perceber bem que o problema aqui não é a qual aspecto o historiador irá se debruçar para entender a Baixa Idade Média. O que deve ser feito é

compreender que a crítica de Wolff a Huizinga não faz parte da mesma perspectiva metodológica deste. Huizinga reconhece que pode haver sim uma história que procure entender a “*busca pela nova vida que surgia*”, porém paralelamente essa traria um esquecimento do passado.

O que acontece para os períodos da Baixa Idade Média, na historiografia atual, é, como fez Wolff, que busca mostrar que esse período deixou mais benefícios do que malefícios. De fato, o período em questão teve benefícios, isso se comprova, obviamente, pela continuidade da linha histórica da população europeia. Porém, o que Huizinga analisa em sua obra, por meio de relatos literários, como realmente se encontrava a mentalidade dos indivíduos no período em questão e, segundo ele, essa mentalidade era acentuadamente escatológica.

Isso não implica que não tenha sido possível haver um brilho de felicidade, principalmente na Península Itálica. Porém, este ficou delimitado a algumas expressões artísticas, como bem mostra Burckhardt em sua *História do Renascimento na Itália*. Aliás, o próprio Huizinga reconhece tais momentos.

E o brilho da felicidade do final da Idade Média também não passou despercebido: ele sobreviveu na canção popular, na música, nos horizontes quietos da pintura de paisagem e nos rostos sóbrios dos retratos. (HUIZINGA, 2010, p. 47)

Contudo, quando se analisa o contexto geral em que se estendem os séculos XIV e XV, a vida e o mundo não eram vistos com bons olhos: “Mas no século XV ainda não era costume, dir-se-ia até que ainda não era de bom-tom louvar a vida e o mundo.” (HUIZINGA, 2010, p. 47).

Desse modo, é interessante notar que, embora Wolff se dedique a apontar todos os lados positivos desses séculos, principalmente no que concerne aos aspectos econômicos (não é nossa intenção negá-los), nenhum relato é mencionado na segunda parte de sua obra *Outono da Idade Média ou primavera dos tempos modernos?* sobre homens que acreditavam estar vivenciando um momento de progresso. Ele não se refere a um relato sequer de indivíduos com esperanças em relação ao que virá. A nossa pergunta, portanto, vem dessa leitura. Será que esses homens esperavam um mundo melhor na esfera terrena?

Nossa tese é a de que pode até ser coerente que a Baixa Idade Média não tenha sido economicamente um outono, mas sim uma primavera. Contudo, a mentalidade, algo que

figura nos escritos e nos relatos dos nossos literatos do dia-a-dia daquele período, pensa esse momento como um dos piores já vividos. Isso é inegável. Toda a fome, a peste, as guerras constantes e a pressão dos fins do tempo após o ano mil levaram aqueles habitantes a não festejar a vida, a não lograr nada que trouxesse cólera divina. A época era de profunda depressão coletiva. Analisaremos essa mentalidade no item 3.2, quando discorreremos sobre os aspectos psicológicos que a Peste Negra trouxe ao mundo europeu de maneira geral.

2.1 Por uma história das mentalidades na Baixa Idade Média

A mentalidade é aquilo que muda mais lentamente. História das mentalidades, história da lentidão na história. (Jacques Le Goff)

Parece existir um consenso a respeito do quanto a humanidade tem caminhado durante suas experiências históricas. Sem o objetivo de prever o futuro, mas com o intuito de satisfazer seus próprios interesses, o homem tem agido constantemente para tentar sair de um estado de insatisfação para outro mais satisfatório. Considerando essa abordagem, a história e, principalmente, a história da educação parecem ser de extrema utilidade. Para não cometer os mesmos “erros” do passado e, paralelamente, utilizar-se do conhecimento produzido ao longo dos tempos, o historiador, em seu ofício, faz um retrocesso para averiguar como os homens de uma determinada época enfrentaram os seus percalços e, a partir daí, refletir sobre os entraves do presente.

Na incessante tentativa de compreender o mundo que os cerca e, ao mesmo tempo, efetuar escolhas conforme sua liberdade individual, os homens buscam criar modelos e instrumentos que melhor o capacitem a, de acordo com seu momento histórico, fazer essa regressão ao passado. Isso seria o que hoje denominamos de vertente teórica e metodológica. Cada historiador e cada época utilizam as vertentes que nela predominam.

Dessa forma, é instigante notar os processos históricos e verificar com que olhares do presente o historiador discorrerá sobre eles. Somente em uma análise mais totalizante da história – encarada aqui de uma perspectiva de longa duração –, tornam-se perceptíveis as transformações históricas como um andar contínuo do homem no tempo. O historiador, o relator dessa ininterrupta caminhada, também se encontra delimitado pelo olhar

do contexto que vivencia. Afirmamos isso porque, para os séculos XIV e XV⁴, dentre os inúmeros historiadores que se interessam por essa época, baseamos nossa pesquisa, no mínimo, em três grandes nomes da historiografia, a saber, Jacob Burckhardt, Johan Huizinga e Philippe Wolff. Esses três autores influenciaram profundamente o campo da historiografia a respeito desse período. Cada um deles é diretamente influenciado pelo seu momento de produção intelectual. Consequentemente, cada um deles tem um olhar diferente para esses séculos. Esses três autores, como já mencionamos no tópico anterior, orientarão todo este trabalho.

É preciso salientar, desde já, que é a partir de alguns pressupostos teóricos e metodológicos apontados por esses três autores, além de outras fontes historiográficas que aqui se fazem secundárias, como Jean Delemeau, Hilário Franco Júnior, Jacques Le Goff, Harry Hearder, George Duby dentre outros, que iremos traçar nosso itinerário sobre o desenvolvimento das mentalidades dos indivíduos da cidade de Florença da Baixa Idade Média. Porém, antes de adentrarmos nesses emaranhados de conceitos sobre a história das mentalidades que tecem o tema do nosso trabalho, é preciso fazer algumas ressalvas sobre esse caráter metodológico, para que a compreensão da estrutura adotada pelo texto fique mais clara e para se entender o porquê de se privilegiar, neste caso, a vertente da história das mentalidades em detrimento de outra perspectiva de análise histórica.

Respondendo a essas primeiras inquietações, podemos dizer que, a princípio, o que mais nos motivou a traçar esse caminho metodológico da história supracitada é o tipo de fonte a ser analisada. Como nossa fonte possui um caráter estritamente literário, parece que a opção por uma linha historiográfica que privilegia a construção psicológica geral da população⁵ no período em questão teria resultados mais condizentes com nosso modo de compreender a história⁶. Tal abordagem tem como premissa que tanto as ações quanto as habilidades desenvolvidas pelos indivíduos são resultantes das inter-relações estabelecidas entre eles e o meio.

⁴ É preferível utilizar a noção de período ao tratar dos séculos XIV e XV, uma vez que a história natural dos homens nas suas mais diferentes abordagens não seguiria, de maneira alguma, uma estrutura temporal estabelecida em anos, décadas ou séculos. Quando se estabelece a noção de período, parece ficar mais clara a ideia que pretendemos passar: a de não vermos estruturas fixas e sim movimentos.

⁵ Cf. Jacques Le Goff, “O historiador das mentalidades encontra-se muito particularmente com o psicólogo social. As noções de comportamento ou de atitude são para este e para aquele essenciais” (1976:70).

⁶ Ainda que para o historiador das mentalidades tudo seja caracterizado como fonte, existem algumas que melhor captam a psicologia das sociedades. Segundo Le Goff, em alusão a Huizinga, a literatura e a arte são duas delas. Conforme Le Goff “Uma outra categoria de fontes que privilegiadas para a história das mentalidades é constituída pelos documentos literários e artísticos. História não de fenômenos ‘objetivos’, porém da *representação* desses fenômenos, a história das mentalidades alimenta-se naturalmente dos documentos do imaginário. (Idem, p. 76, grifos do autor)

Dessa perspectiva, o homem está sempre respondendo às questões do seu momento histórico, ou seja, existe um diálogo direto desse autor, em seu âmbito individual, com o contexto de produção. Cabe ao historiador das mentalidades captar essas inter-relações, de forma a poder apontar como esse indivíduo se faz e ao mesmo tempo se expressa no coletivo. De acordo com Jacques Le Goff, deve ser proposição de um historiador das mentalidades:

Seu objetivo, repentinamente, é o coletivo. A mentalidade de um indivíduo histórico, sendo um grande homem, é justamente o que ele tem de comum com os outros homens de seu tempo (LE GOFF, 1976, p. 69).

Em outras palavras e apontando para o nosso objeto de estudo, o que Le Goff assinala é que, ao estudarmos uma obra como o *Decamerão*, composta por cem novelas, não estaremos analisando apenas o indivíduo Boccaccio, mas também a multiplicidade de angústias, desejos, medos, *status*, glória, ira, etc., de determinados grupos de pessoas. Enfim, estaremos abordando a mentalidade do período, ou seja, o que Boccaccio e o camponês, o rei, o bispo, a cozinheira, o alfaiate, o escrivão, o teólogo, etc., têm em comum. Dessa perspectiva, o autor e sua produção apresentam-se como testemunhas da história coletiva da Baixa Idade Média.

Claro que aqui devemos abrir um parêntese para não cair no relativismo de acreditar apenas em um fenômeno coletivo, de onde estaria excluída a personalidade humana, ou seja, a característica fundante da individualidade. Deve-se entender o autor não só como reflexo do tempo vivido, mas como uma personalidade marcante, que se destaca entre os outros da época, ou seja, como aquele que mais bem conseguiu por meio das expressões da linguagem captar o todo. Aliás, diga-se de passagem, tal perspectiva reconhece a proeza do autor de sair da esfera do indivíduo anônimo para se imortalizar no interior da literatura universal clássica. Consequentemente, tais pressupostos correspondem ao que, segundo Ítalo Calvino, seria um ‘clássico’. Para o autor da obra *Por que ler os Clássicos*:

Os clássicos são livros que exercem uma influência particular quando se impõem como inesquecíveis quando se ocultam nas dobras da memória, mimetizando-se como inconsciente coletivo ou individual (CALVINO, 1993, p. 10-11, grifos do autor).

Mais detidamente, um autor se torna clássico justamente por fazer transparecer em sua produção a mentalidade coletiva, sem ou com intencionalidade. Ele sempre será fruto do seu tempo histórico. Compreendendo essas questões, fica mais fácil apontar para o papel da leitura dos clássicos na História da Educação. É essencial que o historiador entenda as formas de pensar e de agir dos homens no decorrer do tempo, ainda que sua história seja – e aqui, compreendemos que sempre vai ser – pautada nos problemas do presente.

Os clássicos serão para o historiador mais uma fonte de entendimento da ação humana, uma vez que é nos clássicos que podemos observar, mais nitidamente, como os homens de determinado período se comportam. De acordo com Terezinha Oliveira e Claudinei Magno Mendes, os clássicos estão diretamente ligados com os problemas do período de sua elaboração. Para eles uma das características mais marcantes dos autores que entraram para a história universal é que:

[...] os autores que se tornaram clássicos são aqueles que souberam captar melhor as questões da época e as responderam com mais profundidade do que os seus contemporâneos [...] Mas, um autor não se torna um clássico apenas por essas qualidades, ou seja, por ter captado com profundidade as exigências de sua época. Ele se torna um clássico também por se converter em uma referência para as gerações seguintes. Nesse sentido, sua obra extrapola o seu tempo e os homens das épocas vindouras encontram nela um estímulo e sugestões para refletirem sobre as novas questões que lhe foram colocadas (OLIVEIRA; MENDES, 2010, p. 09).

Levantamos essa questão porque ainda encontramos na academia certa resistência quando trazemos aos olhares de nossos colegas ‘modernos’ um clássico como ‘*O Decamerão*’. Dentro do espaço acadêmico ainda existe um antagonismo entre o ‘clássico’ e o ‘moderno’ ou, segundo alguns, ‘pós-moderno’. Percebemos a necessidade constante de nos justificarmos pelas críticas que estes fazem às nossas fontes. Somos impelidos a explicar a todo o momento por que estamos estudando um clássico, como se o uso que dele fazemos como documento histórico não bastasse para justificá-lo. Como afirmou Calvino, pelo simples fato de ser um clássico, é muito melhor o indivíduo se empregar em sua leitura do que não lê-lo.

Claro que sempre devemos analisar de onde partem esses discursos estigmatizadores das obras clássicas como fonte para a história da educação. Vemos que ele é

influenciado, novamente, pelo olhar do historiador para a história. Entremos em uma pequena digressão, para explicar com mais detalhes esse fenômeno.

Podemos afirmar que, da pedra lascada até a quadratura atual, muito se tem produzido em uma ‘escala linear’ na sociedade. Todavia, a dificuldade aparece quando, a partir das condições de desenvolvimento tecnológico do presente, somos impelidos a pensar em uma temporalidade humana linearizada, o que, conseqüentemente, nos leva à concepção de que o homem de ‘hoje’ sempre estará um passo à frente do de ‘ontem’. Essa visão acaba acarretando, de certa forma, outra mentalidade coletiva: a de que existe uma linearidade progressista, visando apontar o quão mais ‘evoluídos’ nos encontramos em comparação aos nossos antecedentes. Daí torna-se compreensível, porém, não justificável, a concepção de alguns quanto à inutilidade de se mapear os clássicos como fonte para a história da educação.

Vemos que nessa perspectiva uma visão antagônica a nossa uma vez que percebemos por meio dos relatos históricos que a criatividade do homem não fora menor em épocas anteriores, e isso é demonstrado por numerosos brinquedos automáticos e engenhosos, além de outros instrumentos mecânicos construídos num período em que é comum se afirma que a técnica industrial ainda permanecia estacionária. Assim, ao criarmos essa escala de progresso – ainda que seja possível vê-la nitidamente em nosso cotidiano por meio dos avanços tecnológicos –, temos a propensão de inserir inconscientemente na ordem dos nossos discursos um olhar para o passado como um período retrógrado, sem se levar em conta as condições materiais que o tempo histórico possibilitava.

Nesse ponto, residiria, segundo o filósofo Bruno Latour (2009), o emprego das terminologias conceituais de ‘moderno’ e de ‘modernização’. Para ele, esses conceitos podem justificar a afirmação ou a assinalação de um novo regime, uma aceleração, uma ruptura ou uma evolução temporal. Concomitantemente, as adjetivações supracitadas colocam o acontecido, ou seja, o passado como uma página virada na história da humanidade. Nas palavras do autor: “Moderno, portanto, é duas vezes assimétrico: assinala uma ruptura na passagem regular do tempo; assinala um combate no qual há vencedores e vencidos.” (LATOUR, 2009, p. 15).

A temporalidade nesse dilema do moderno apresentado por Latour nos traria, portanto, essa mesma ideia de linearidade que se intentou evitar. Para essa concepção de história, partiríamos de um simples eixo horizontal, em que traçaríamos toda a história da ação do homem. Fruto desse pensamento, o ofício do historiador seria relatar e/ou narrar a vida dos vencedores, em um primeiro momento, e, a partir do século XX, com o advento da história econômica e social, começam a ter destaque especial nessas narrativas os ‘vencidos’,

‘oprimidos’ e ‘colonizados’. O problema, porém, reside na concepção dialética de vencedor-vencido, colonizador-colonizado, opressor-oprimido e/ou antigo-moderno que se encontra introjetada nos discursos da temporalidade linear.

Toda linha tem o seu começo e o seu fim. Ora, não é por acaso que podemos fazer uma alusão ao clássico mito de Ariadne. Apaixonada por Teseu, ela lhe oferece um novelo de linha para que, em sua missão, o guerreiro não se perdesse no labirinto do Minotauro. A linha foi fundamental para levá-lo à porta de saída. Assim é também para o historiador. A linearidade é importantíssima para nos apontar os primeiros passos. Ainda mais importante quando queremos escapar dos labirintos da história.

Não é sem intenção que mencionamos o mito do fio de Ariadne. Teseu, após sua árdua vitória sobre o Minotauro, precisava voltar. Com o fio, o itinerário se tornou mais rápido e fácil, porém direto e superficial. Assim ocorre no ofício do historiador. Precisamos constantemente retornar ao passado, vê-lo com o olhar dos indivíduos do passado, ou seja, sem juízos de valores, mas, ao mesmo tempo, entendê-lo com os olhos do presente. Daqui decorreria aquela indagação que nos motivou a olhar o passado. Tudo parte de uma intencionalidade. Até aí não temos problema nenhum. Assim como no mito, Teseu tinha clareza de qual era a sua intenção: matar o Minotauro, o historiador também necessita encontrar a sua. Tanto ele quanto o restante da humanidade são movidos por seus interesses.

A questão é que o pesquisador precisa de utilizar-se do fio de Ariadne, mas é fundamental deixar para trás a linha ou o fio do qual se utilizou inicialmente e se perder no labirinto. Aí estão escondidos os maiores tesouros para a sua pesquisa: o não-visto ainda e consequentemente o não-dito. É sobre eles que o historiador deve se debruçar; reportando-nos a Bloch, pode-se dizer que é nesses ‘cantos do labirinto’ que se formam os melhores historiadores. Eles seriam, segundo o autor, os ogros famintos: “O bom historiador se parece com o ogro da lenda. Onde fareja carne humana, sabe que ali está sua caça” (BLOCH, 2001, p. 20). Retomemos a alusão ao historiador Marc Bloch. Segundo ele, a história é feita pelo homem do presente, que conhece o seu contexto histórico atual e busca, a partir dele, exprimir o passado. Daí, então, a impossibilidade de se fazer uma história em que o historiador se isenta de mostrar o mais precioso: suas características, suas dúvidas e, ao mesmo tempo, seu viés político, sua metodologia, enfim sua visão de mundo, de acordo com as condições da vida atual. Sobre o ofício do historiador, Bloch assinala:

Um grande matemático não será menos grande, suponho, por haver atravessado de olhos fechados o mundo onde vive. Mas o erudito que não tem gosto de olhar a seu redor nem os homens, nem as coisas, nem os acontecimentos, [ele] merecerá talvez, como dizia Pirenne, o título de um útil antiquário. E agirá sensatamente renunciando ao de historiador (BLOCH, 2001, p.66).

Para o autor, ao se tratar das ciências das humanidades, a falta de questionamentos e posicionamentos perante a história torna-se a prática de um ofício incongruente. Afirma, portanto, que a falta de percepção do entorno por um matemático não afetará de forma tão arrasadora seu trabalho se comparado a um historiador. Segundo ele, o historiador, ao reescrever o passado, tem particularmente a intenção de responder perguntas do seu presente.

Destarte após essa breve digressão, podemos dar mais um passo em direção à proposta contida no título do capítulo. Levando em consideração o caráter de nossa fonte e os objetivos de nossa análise, optamos também por não adentrar explicitamente no clássico debate sobre a transição do feudalismo para o capitalismo como ponto decisivo para a mudança de mentalidade dos indivíduos. Dois motivos explicam essa opção.

Primeiro, compreendemos que, para uma análise do teor que buscamos, ou seja, cujo objetivo é captar os sentimentos dos homens e mulheres do século XIV, uma investigação com base em dados econômicos obtidos somente em documentos de caráter oficial e estritamente econômicos não nos ofereceria um entendimento profundo de tais sentimentos. Por isso, nossa fonte não é oficial, no sentido positivista do termo, mas literária. Aliás, nos baseamos no historiador da cultura Johan Huizinga, quando afirma que:

A vida cotidiana reservava um espaço para a paixão ardente e a fantasia infantil. Desconfiando da veracidade das crônicas da época, o medievalista de hoje prefere se basear ao máximo em fontes oficiais e, com isso, corre às vezes o risco de cometer um erro grave. Os documentos têm pouco a dizer sobre o colorido que tanto distingue aqueles tempos dos nossos. [...] Esses traços de comportamento só se tornam compreensíveis para nós em vista do tom geral de paixão que cobre todos os domínios da vida. É por isso que os cronistas, por superficiais, vagos ou errôneos que sejam, permanecem indispensáveis para uma visão clara da época. (HUIZINGA, 2010, p.19, grifos nossos).

Um segundo motivo para não se trabalhar com o célebre conceito de transição feudal-capitalista para esses séculos é que uma história feita nos moldes do materialismo histórico, estritamente econômicos, não nos daria subsídios para avaliar o que perduraria por meio de uma longa duração numa perspectiva das mentalidades. Ou seja, a mudança material feudal-capitalista não acontece na mesma frequência que a mudança mental. No entanto, mesmo que essa orientação não esteja explícita como caminho metodológico, seria impossível tratar desse período ou de qualquer outro momento da história sem levar em conta seu caráter econômico. Como Morin afirma:

[...] a História deve ser concebida em toda a sua riqueza multidimensional, porque ela não é apenas construída por acontecimentos, crises, bifurcações, mas também por mentalidades, processos econômicos e costumes pela vida cotidiana e pelas relações que trava com a morte o amor e a natureza (MORIN, 2007, p. 36).

Segundo essa perspectiva apontada por Morin, ao nos atermos a um estudo da Baixa Idade Média, por exemplo, devemos levar em conta toda a riqueza multidimensional desse período, suas crises, suas conquistas, suas crenças, seu movimentos político-econômicos, suas relações com o desconhecido, etc. Desse modo, entendemos que Boccaccio é uma parte do todo e entendê-lo requer que compreendamos a complexidade da sociedade em que estava inserido e vice-versa, uma vez que sua narrativa é uma expressão singular da mentalidade de sua época.

De acordo com Duby: “[...] toda a conduta individual responde a uma determinada ‘situação’, e por consequência não pode ser compreendida sem que seja examinado de muito perto o meio que envolve” (DUBY, 1999, p. 18), por isso, a literatura boccacciana é tão rica. Ela é a expressão de um indivíduo que se faz no todo. Ela se apresenta muito mais do que um simples livro de entretenimento para o século XIV. Ela é a expressão da forma como essas pessoas concebiam o mundo que as rodeava, como elas pensavam e/ou como elas imaginavam o mundo que as cercava. Ainda segundo o autor, essas questões podem ser trabalhadas por uma história da mentalidade: “[...] os sentimentos, as emoções, os valores morais, os próprios avanços do raciocínio podem ter, também eles, a sua história” (DUBY, 1999, p. 08).

Assim justificamos o uso da literatura como fonte para entender o período que analisaremos: voltamos ao passado por meio da literatura para compreendermos como determinada obra, com suas ficções, expressava as relações inerentes à ação do homem.

Morin atribui papel de destaque ao gênero literário, pois acredita que este nos ajuda a nos reconhecer enquanto sujeitos, ajuda que, segundo ele, as ciências exatas não são capazes de trazer. Em sua ótica:

[...] é preciso que adquiram um lugar extremamente importante porque a poesia e a literatura não são luxos ou ornamentos estéticos, são escolas de vida, escolas de complexidade. Quando lemos os romances de Balzac, Dickens, Dostoiévski, Tolstói, Proust, aprendemos, compreendemos e percebemos o que as ciências não chegam a dizer por que ignoram os sujeitos humanos. Quantos adolescentes não partiram para a descoberta e para o reconhecimento deles mesmos através dos romances e dos heróis com os quais simpatizavam (MORIN, 2000, p. 36-37).

Assim, quando possibilita ao leitor uma compreensão mais ampla do mundo que o rodeia, a literatura se faz objeto de análise no campo da educação. No caso em questão, podemos constatar que Boccaccio foi um homem que não só retratou o seu mundo, mas soube experimentá-lo com grande intensidade, compreendeu-o de maneira individual, porém, em sua própria individualidade, ele sabiamente retratou as mudanças de um período extremamente conturbado que foi a Baixa Idade Média.

Boccaccio compreendeu por meio de seus relatos literários as questões do impacto psicológico causado pela trindade das desgraças da humanidade: fome, peste, guerra. Na perspectiva da história das mentalidades funda-se o intento de apontar os sentimentos que se formaram no interior daquela sociedade. As cidades inteiras estavam sendo reduzidas as cinzas, parecia que a morte vagava com uma única prerrogativa: acabar com a humanidade. Apenas os coveiros, considerados os vassalos da morte, transitavam em meio ao fedor que pairava na noite exalada pelos cadáveres dos cantos das ruas. O medo, o terror, a angústia, a desordem que tomou conta dos indivíduos, a aflição de ver um parente morrendo ao seu lado e não poder fazer nada a respeito, a imaginação da punição divina que tomou conta da sociedade não podem ser objeto dos relatos puramente econômicos.

Na concepção de Morin, ainda que a história econômica tenha um imenso peso para se pensar as relações humanas, precisamos intercalá-la com outras áreas do saber. Este autor assevera que pautar-se apenas em uma análise econômica para a explicação da

humanidade é um tanto quanto limitar-se. Para ele: “[...] a economia é, ao mesmo tempo, a ciência mais avançada matematicamente e a mais atrasada humanamente” (MORIN, 2003, p. 12).

A obra *O Decamerão* é útil para a história e para a historiografia da educação porque todas as suas novelas, de uma forma ou outra, estão sempre voltadas para os problemas da humanidade: os valores, os compromissos entre os homens, as condutas morais e éticas, enfim, é o autor que retratou a alma humana nas suas mais diferentes tessituras, dentro do seu contexto histórico. Essa compreensão favorece que, olhando do século XXI para o XIV, vejamos a obra como um meio de instrução. Assim, podemos traçar um paralelo com a educação atual e observar sem anacronismos como a obra de Boccaccio pode nos auxiliar a responder a alguns problemas, especialmente se observarmos como ele enfrentava os seus. Destarte, a intenção deste capítulo se concretiza à medida que percebemos, com uma concepção braudeliana de história, que nem o século em questão e nem os demais séculos que o precedem ou o sucedem podem ser analisados isoladamente.

2.2 História e estórias: uma linha tênue?

A história é uma arte, talvez uma arte tentando se passar por ciência, podendo ter sucesso ou não. Se podemos classificá-la por seus frutos, história e literatura são, seguramente, ramos da mesma árvore. (Russel B. Nye).

Para tratar dos debates sobre a relação entre história e a literatura, optamos por seguir um percurso teórico metodológico expresso pela corrente dos *Annales*, o que não significa a exclusão dos demais pensadores e/ou correntes; durante o percurso, na medida em que se mostrarem pertinentes, eles serão nosso ponto de apoio também. Em outros termos, a história das mentalidades e a história social servirão de aporte para que possamos repensar o dilema entre a literatura e a história, considerando suas possibilidades para um conhecimento sobre os indivíduos⁷. Buscaremos assim, por meio desse itinerário, mostrar que, ao invés de

⁷ Na obra *Apologia da História ou ofício do historiador*, de Marc Bloch, encontramos claramente definido o objetivo final que o historiador deve almejar. Bloch menciona que tais premissas foram inseridas na análise dos

antagônicas, como se pensou no século XIX, principalmente por alguns positivistas⁸, essas duas áreas do conhecimento não se opõem nem se excluem, mas se complementam: tanto a primeira quanto a segunda estão inseridas em um campo multidisciplinar muito mais abrangente, no qual o ‘homem’ é tanto o seu objeto quanto o seu fim.

A literatura se viu desconsiderada como fonte histórica desde que alguns historiadores se propuseram como ofício apenas recuperação de eventos, interconexões e marcos históricos por meio de uma documentação de caráter oficial (REIS, 1996). Eles foram incisivos no esforço de desatar as amarras que prendiam a história à literatura⁹. Durante quase um século, foi comumente veiculado entre eles que a literatura era sempre fruto de um único indivíduo diante dos acontecimentos de seu entorno. Nessa perspectiva, ela era vista como individual, não servindo, portanto, para explicar o processo dos acontecimentos históricos.

Entretanto, no trabalho historiográfico inaugurado pela corrente dos *Annales*, com Marc Bloch e Lucien Febvre, deu-se mais atenção à literatura. Adquirindo um *status* de fonte histórica, ela se tornou passível de ser discutida nos grandes centros do saber. A partir de então, nessas rodas intelectuais, foi mostrada a importância de utilizá-la quando se tem em mente uma história mais abrangente.

Ao mencionar essa marginalização da literatura histórica, observamos que a corrente positivista¹⁰, sem dúvida, foi fundamental para o divórcio definitivo entre a literatura

acontecimentos desde Michelet e Fustel de Coulanges. De acordo com o autor, “o objetivo da história é, por natureza, o homem. Digamos melhor: os homens [...] o bom historiador se parece com o ogro da lenda. Onde fareja carne humana, sabe que ali está sua caça” (BLOCH, 2001, p. 54).

⁸ Cf. Reis, é nesse momento que percebemos a libertação da história, que até então estava vinculada à literatura, para se tornar ciência. Nas palavras do autor: “A história se libertou da literatura e era ensinada de forma autônoma na universidade francesa, seguindo o modelo das faculdades alemãs. ‘Método’ tornou-se a palavra-chave, e o que distinguia a história da literatura. A história se profissionalizou definitivamente: numerosas cadeiras na universidade, sociedades científicas, coleções de documentos, revistas, manuais, publicação de textos históricos, um público culto comprador de livros históricos” (REIS, 1996, p. 17).

⁹ De acordo com Langlois e Seignobos: “Já houve quem utilizasse de obras literárias, poemas, épicos, romances e peças de teatro, para esclarecer períodos e fatos de documentação minguada, assim procedendo também em relação à antiguidade e à determinação de usos da vida privada. O processo não é ilegítimo, desde que se subordine as várias restrições, que, infelizmente, estamos sempre sujeitos a esquecer.” (LANGLOIS e SEIGNOBOS, [?], p.136, grifos nossos).

¹⁰ Referimo-nos a Ranke e aos rankeanos. Aqui, o termo *positivista* está estritamente ligado àqueles que não buscam elementos exteriores à obra em questão. É feita uma análise do documento, de preferência dos oficiais. Segundo Reis, os rankeanos tinham como objetivo um fazer histórico em que: “a) o historiador não é juiz do passado, não deve instruir os contemporâneos, mas apenas dar conta do que realmente se passou; b) não há nenhuma interdependência entre o historiador, sujeito do conhecimento, e o seu objeto, os eventos históricos passados. O historiador seria capaz de escapar a todo condicionamento social, cultural, religioso, filosófico etc. em sua relação com o objeto, procurando a “neutralidade”; c) a história – *res gestae* – existe em si, objetivamente, e se oferece através dos documentos; d) a tarefa do historiador consiste em reunir um número significativo de fatos, que são “substâncias” dadas através dos documentos “purificados”, restituídos à sua autenticidade externa e interna; e) os fatos, extraídos dos documentos rigorosamente criticados, devem ser organizados em uma sequência cronológica, na ordem de uma narrativa; toda reflexão teórica é nociva, pois introduz a especulação filosófica, elementos *a priori* subjetivistas; f) a história-ciência pode atingir a

e a história. Embora seja afirmado por Silvana Seabra Hooper¹¹ que as duas áreas já estavam separadas desde o século XVIII, podemos afirmar que se tratava de uma espécie de separação consensual, não definitiva. Esta vai ocorrer apenas com o positivismo histórico.

Preocupado com uma fundamentação nos moldes cientificistas, ou seja, “[...] o documento é levado a um ponto em que se assemelha a uma das operações científicas pelas quais se constitui uma ciência objetiva: ele se torna uma observação e pode ser tratado segundo os métodos das ciências positivas” (LANGLOIS; SEIGNOBOS apud REIS, 1996, p. 18), o positivismo fez da história um elenco documentado dos grandes feitos, livrando-se, quase como de uma doença contagiosa, de toda e qualquer fonte de caráter ficcional.

Pode-se afirmar, portanto, que é nesse momento que a literatura passa a ser caracterizada como uma fonte estigmatizada. Para ‘narrar’ a história, essa corrente analítica abandonou as fontes que possuísem um discurso privilegiadamente metafísico e/ou ficcional.

Conforme Jean-Louis Gaulin, esse fazer histórico das correntes positivistas baseava-se no dogma absoluto do documento, sendo decodificado no sentido mais estrito do texto. Buscava-se elevar a crítica ao extremo permitindo que a autenticidade fosse garantida: “a sinceridade e a exatidão”, preliminares de toda e qualquer situação (GAULIN, 1998, p. 175). Abandonavam-se todas as questões de cunho subjetivo, considerando-se que, por sua própria essência, existia uma maior dificuldade de se objetivá-las como conhecimento histórico-científico. Em contrapartida, utilizavam-se unicamente as fontes documentais da ação de grandes homens, das guerras, etc., como cartas, bulas pontifícias, decretos reais. Assim, estas se faziam mais sólidas como fontes da história. Dessa maneira, estabelecia-se uma comparação empírica entre os dados e a interpretação racional dos fatos.

O ofício do historiador, a partir desse momento, restringiu-se a uma análise minuciosa dos textos factuais. A análise histórica era inspirada nos métodos gramaticais. Em um âmbito geral, podemos constatar que, em razão desse método, acumulou-se uma grande quantidade de fatos não interpretados, justamente por permearem um campo mais subjetivo e social. Todavia, naquele momento, o divórcio entre história e literatura garantia à primeira outro relacionamento, desta vez, com a ciência.

Essa escola também foi reconhecida como *História Metódica*¹², uma corrente formada por historiadores que se detinham na busca de uma cientificidade do pensamento, na

objetividade e conhecer a verdade histórica objetiva, se o historiador observar as recomendações anteriores” (REIS, 1996, 12-13, grifos nossos).

¹¹ Cf. A autora, “Não era problemática como hoje a relação que a história e a literatura mantiveram entre si até o final do século XVIII.” (HOOPER, 2007, p. 46).

investigação de resultados mais claros e objetivos possíveis. Eles propunham uma análise da obra pela própria obra, desconsiderando todo e qualquer aspecto social que pudesse ter influenciado – direta ou indiretamente – o autor. Nas palavras de Maria de Lourdes Janotti:

Na segunda metade do século XIX, ocasião em que a História se afirma como disciplina acadêmica, foram estabelecidos parâmetros metodológicos cientificistas rígidos orientadores da crítica interna e externa das fontes escritas, arqueológicas e artísticas, priorizando investigações sobre a importância da autenticidade documental, porquanto a concepção dominante na historiografia era de que a comparação de documentos permitia reconstituir os acontecimentos passados, desde que encadeados numa correlação explicativa das causas e consequências. Concomitantemente, os filósofos buscaram dar sentido ao desenvolvimento histórico das sociedades ocidentais e, convictos dos princípios do racionalismo, concluíram que a evolução e progresso presidiam os destinos dos povos (JANOTTI, 2006, p. 11).

É possível perceber que os adeptos desse movimento estavam convictos de que a cientificidade resgataria o ‘verdadeiro’ papel da história e que aquela se revelaria na busca de uma neutralidade¹³ do sujeito. Para expor o objeto, era preciso separar o autor e/ou pesquisador de sua obra, ou seja, buscava-se um conhecimento autoexplicativo e real. José Carlos Reis postula que o caráter da neutralidade seria o que daria mais credibilidade científica ao objeto narrado pelo historiador:

A história científica, portanto, seria produzida por um sujeito que se neutraliza enquanto sujeito para fazer aparecer o seu objeto. Ele evitará a construção de hipóteses, procurará manter a neutralidade axiológica e epistemológica, isto é, não julgará e não problematizará o real. Os fatos falam por si e o que pensa o historiador a seu respeito é irrelevante. Os fatos existem objetivamente, em si, brutos, e não

¹² José Carlos Reis atribui, devido a essa comparação feita entre a escola metódica e o positivismo, o título do primeiro capítulo de sua obra: *A Escola Metódica, dita “Positivista”*.

¹³ De acordo com Sérgio Buarque de Holanda, estão claras em Ranke as maiores características da Escola Metódica; justamente por isso, por causa da sua fidelidade metodológica, ele enfrentou línguas afiadas. Nas palavras do autor: “Quanto à capacidade de omitir-se diante dos sucessos históricos, de não julgar, não moralizar, não tomar partido, se para muitos constitui uma das grandes virtudes de Ranke, há quem a julgue imperdoável defeito. É essa uma das razões das críticas de Acton, por exemplo, que vê nessa neutralidade um indício de insensibilidade moral, não apenas no escritor como no homem”. HOLANDA, Sérgio, B. Introdução. IN: RANKE, Leopold. **RANKE: História**. Sérgio B. Holanda. (org.). Trad. de Trude von Laschan Solstein. São Paulo: Ática, 1979, p. 11.

poderiam ser recortados e construídos, mas sim apanhados em sua integridade, para se atingir a sua verdade objetiva, isto é, eles deverão aparecer “tais como são” (REIS, 1996, p. 13).

Para o autor, essa categoria de historiadores não se deixaria levar pelas paixões que os documentos podiam e/ou viriam a suscitar neles. A eles caberia, como nessa citação, ser ‘emocionalmente frios’, sem, em nenhuma hipótese, deixar-se condicionar pelo ambiente sócio-político-cultural.

Já para Bloch, a manutenção de limites entre o historiador e o objeto de estudo seria prejudicial para o campo da história. Assim, a tendência seria os historiadores considerarem “[...] a época em que vivem como separada das que a precederam por contrastes vivos demais para trazerem em si mesma sua própria explicação” (BLOCH, 2001, p. 62). Ou seja, Bloch entendia que é impossível o autor se desligar do momento histórico em que está inserido. De acordo com ele, o retorno ao passado implicaria sempre um olhar com os olhos do seu tempo.

Sem dúvida, Fustel de Coulanges foi considerado, no âmbito da história, o maior expoente dessa linha de análise. Em sua *"Histoire des institutions politiques de l'ancienne France"*, ele deixou claro o papel do historiador:

O historiador não deve ter outra ambição que a de ver bem os fatos e compreendê-los com exatidão. Não é em sua imaginação ou lógica que ele os procura, mas sim na observação minuciosa dos textos, da mesma maneira que o químico encontra os seus em experiências minuciosamente conduzidas (COULANGES).

Segundo Burke¹⁴, a história que Ranke elaborou, de viés especificamente político e nacional, até admitia a história da arte ou a da ciência, por exemplo. Contudo, havia um grande preconceito em concebê-las como objetos da ciência, na medida em que eram campos da pesquisa historiográfica. Ficavam então, na maioria das vezes, à mercê da marginalização, sendo consideradas ‘periféricas’ aos interesses dos verdadeiros historiadores. Na acepção de Burke:

¹⁴ BURKE, Peter. Abertura: A nova história, seu passado e seu futuro. IN: BURKE, Peter. **A escrita da história: novas perspectivas** (Org.). Tradução de Magda Lopes. 2ª edição. São Paulo: Editora da Universidade Paulista, 1992.

Embora outros tipos de história – história da arte, por exemplo, ou história da ciência- não fossem totalmente excluídos pelo paradigma tradicional, eram marginalizados no sentido de serem considerados periféricos aos interesses dos “verdadeiros” historiadores (BURKE, 1992, p. 10).

O que Burke aponta é que essa história historicizante dominou quase por completo os círculos acadêmicos das ciências das humanidades, com base no *real* dos feitos dos grandes homens e, conseqüentemente, no *documental*. Já Reis assinala que “O desejo de construir a história sob bases científicas, positivas, se expressa, portanto, na ênfase ao dado, ao evento, no cultivo à dúvida, à erudição e na recusa dos moldes literários e metafísicos” (REIS, 1996, p. 18). Dessa maneira, tudo o que se encontrasse fora dessa sistematização documental não seria fonte para o historiador. Para essa vertente historiográfica, o documento era a única forma de se fazer história, o que implicava a negação da história romantizada feita aos delírios filosóficos dos *literatus*.

Tanto a objetividade quando a cientificidade na busca incessante dos fatos históricos corresponderiam à negação de certo movimento entre a história e as outras ciências. Ao mesmo tempo, a história ficaria limitada aos problemas do conhecimento histórico, caracterizando-se como um campo de natureza progressista e acabado. Tanto que, ao se referir a esses historiadores do século XIX, Bloch denomina-os de alucinados, por buscarem uma imagem rígida do factual:

As gerações que vieram logo antes da nossa, nas últimas décadas do século XIX e até os primeiros anos do século XX, viveram como alucinadas por uma imagem muito rígida, uma imagem verdadeiramente comtiana das ciências do mundo físico. Ao estender ao conjunto das aquisições do espírito esse prestigioso esquema, parecia-lhes então não existir conhecimento autêntico que não devesse desembocar em demonstrações incontinenti irrefutáveis, em certezas formuladas sob o aspecto de leis imperiosamente universais. Essa era a opinião praticamente unânime (BLOCH, 2001, p. 47).

Destarte, a maior alucinação, para Bloch, estava em relatar a história por meio de “demonstrações incontinentemente irrefutáveis, com certezas formuladas sobre leis imperiosamente universais”. Ou seja, os neocomtianos ambicionavam a todo custo a aplicação do modelo cientificista, baseado em leis físicas, para explicar o desenvolvimento do homem

ao longo dos tempos. Para Bloch, essa era uma tarefa difícilíssima, pois “os fatos humanos são, por essência fenômenos muito delicados, entre os quais muitos escapam à medida matemática” (BLOCH, 2001, p. 54).

No mesmo sentido, Maysa Cristina Dourado pontua que as teorias positivistas objetivaram aproximar o mais possível a história da ciência pura, tanto epistemologicamente quanto metodologicamente. Para a autora, esse fazer histórico se concretizava mais com os problemas do conhecimento histórico do que com os problemas da escrita da história (DOURADO, 2008, p. 22). Tais caminhos distanciaram ainda mais o historiador das paixões humanas contempladas pelo saber literário.

Se a história em si já é feita de profundas mudanças, com a história da historiografia também não poderia ser diferente. Aparece uma nova forma de pensar a história, na qual o olhar se volta para o sujeito. Este passa a ser concebido como produto do quadro social em que estava inserido. Com base nas teorias de Karl Marx, surge a análise materialista da história e o olhar se volta para mais um campo do saber: a história econômica. Amplia-se ainda mais o fazer histórico.

No campo da historiografia, essa foi uma grande transformação. Surge a possibilidade de se elencar a economia como fonte. Com a história econômica no cenário das pesquisas historiográficas, ocorre uma alteração significativa na metodologia da pesquisa referente à sociedade. Nas *lutas de classes*, o movimento encontrou seu lugar. A história, a partir de então, já não é a dos grandes homens, mas sim a do homem. Marx e Engels em sua obra *Manifesto do Partido Comunista*, afirma:

A história de todas as sociedades que existiram até nossos dias tem sido a história das lutas de classes. Homem livre e escravo, patrício e plebeu, barão e servo, mestre de corporação e companheiro, numa palavra, opressores e oprimidos, em constante oposição, têm vivido numa guerra ininterrupta, ora franca, ora disfarçada; uma guerra que terminou sempre, ou por uma transformação revolucionária, da sociedade inteira, ou pela destruição das duas classes em luta. Nas primeiras épocas históricas, verificamos, quase por toda parte, uma completa divisão da sociedade em classes distintas, uma escala graduada de condições sociais. Na Roma antiga encontramos patrícios, cavaleiros, plebeus, escravos; na Idade Média, senhores, vassalos, mestres, companheiros, servos; e, em cada uma destas classes, gradações especiais. A sociedade burguesa moderna, que brotou das ruínas da sociedade feudal, não aboliu os antagonismos de classe. Não fez senão substituir novas classes, novas condições de opressão, novas formas de luta às que existiram no passado (MARX, 2001, p. 01-02).

O caso é que, com a historiografia econômica, surgiu também a possibilidade de se criticar o método de análise positivista, além de um olhar para o outro, aquele que não era rei, não era bispo, não era nobre, não era papa. Além de sua imensa contribuição filosófico-política, Marx permitiu que o historiador olhasse o ‘excluído’, que nunca fora olhado até então.

Observamos, no campo da historiografia, uma intensa crítica dos marxistas ao positivismo, ao critério de verdade absoluta que estes últimos empregavam. Entretanto, ainda que essa crítica persista, percebemos, na história feita por meio dos métodos dialéticos, que ela é tão “positiva” quanto a dos rankeanos e/ou comteanos, na medida em que tenta firmar a ideia inexorável de bem e mal. É o que afirmam, por exemplo, Lopes e Galvão no tocante aos estudos marxistas empreendidos no campo de História da Educação:

[...] muitos historiadores da educação tendem (tendiam) a narrar a História que pesquisa(va)m de um modo linear, progressivo, apagando as possíveis discontinuidades, retrocessos, ambiguidades e contradições que caracterizam a história. Apesar de se posicionarem como antipositivistas, acaba(va)m por dar a impressão de que o processo histórico, cronologicamente delimitado por marcos políticos ou econômicos, caminha, necessariamente, em direção ao progresso (LOPES e GALVÃO, 2001, p. ?).

Diante do fato de que esses “antipositivistas” não alcançaram tanto êxito quanto gostariam no campo historiográfico e, digamos de passagem, também no campo político, essa corrente da análise histórica foi perdendo sua vitalidade no início do século XX.

É importante ressaltar que a história linear que estamos montando é somente para demarcar, ainda que de forma imprecisa, o espaço de surgimento das correntes historiográficas mencionadas. Todavia, fazemos ressalvas quanto ao limite de cada uma delas. Não estamos tentando fazer uma história quadrada. É errônea a ideia de que o marxismo, como metodologia histórica, só aparece quando o positivismo está em queda. Isso também vale para os *Annales*. A história não deve ser entendida como feita de inícios e rupturas, mas sim como um todo complexo pleno de movimento.

A literatura também sofreu algumas redefinições, o que acarretou o distanciamento entre os dois campos de saber. Segundo Hooper, o que estava em jogo para esses dois campos do saber era, sobretudo, a forma como concebiam o real, ou a realidade (HOOPER, 2007). Enquanto a literatura buscava descrever sua ficção – à medida que o relato tornava-se mais detalhado e minucioso, dando ênfase às individualidades das personagens, lugares e ações –, a história se movimentava para a cientificidade, também em busca do real. De acordo com a autora, “do ‘realismo formal’ a literatura rejeitará o ‘formal’ e manterá a ideia de expressar o real” (HOOPER, 2007, p. 49).

Podemos pressupor, dessa maneira, que gradualmente a literatura se aproximou ainda mais da poesia e da história fictícia, afastando-se da mentalidade que, até fins do neoclassicismo, concebia que a razão e a emoção controlavam o homem, ambas com a mesma intensidade e harmonia. Nas palavras de Hooper:

Será somente ao longo do século XIX que a história promoverá lentamente a sua ruptura com a literatura, expressa também na mesma ordem discursiva de seu tempo, com uma necessidade dos tempos do progresso em direção ao conhecimento objetivo (HOOPER, 2007, 47).

No entanto, o panorama apresentado pela autora sofre algumas transformações, pois, dos fins do século XIX ao início do XX, significativas mudanças ocorreram na forma de se conceber as ciências humanas. O amor que a literatura e a história nutriam uma pela outra fez com que, no segundo quartel do século XX, uma nova corrente historiográfica, caracterizada por um fazer histórico mais totalizante que a dos acontecimentos políticos, perpetrasse uma interpenetração mútua da história econômica, social e cultural, com uma perspectiva de longa duração. Isso tornou possível a formação da corrente dos *Annales*.

Com a abertura para outras ciências sociais e a mudança na ênfase temática, pautada em uma *história-problema*¹⁵, Marc Bloch e Lucien Febvre criaram um novo ‘método de análise’, representado no nome da revista que eles organizaram: *Anais de História*

¹⁵ Para Bloch, um dos ofícios do historiador é questionar os fatos. Segundo o autor, ainda que se tenha em mãos os textos mais claros e/ou uma gama de documentos arqueológicos mais de acordo com a temática proposta, esses “não falam, senão quando sabemos interrogá-los”; “nunca [em nenhuma ciência] a observação passiva gerou algo de fecundo” (BLOCH, 2001, p. 79).

Econômica e Social. Novamente a história e a literatura se uniram. De acordo com Burke, “o que era previamente considerado imutável [a respeito do fazer história nos moldes do positivismo] é agora encarado como uma ‘construção cultural’, sujeita a variações, tanto no tempo quanto no espaço” (1992, p. 11). Ou seja, começou a se desconstruir a ideia de que o ofício do historiador seria simplesmente o de narrador dos grandes fatos.

Segundo Aguirre Rojas, a marca nítida e persistente da corrente historiográfica dos *Annales* seria justamente sua tentativa, digamos de passagem bem sucedida, de estabelecer um “diálogo permanente [...] com as restantes ciências sociais” (AGUIRRE ROJAS, 2004, p. 24). Na acepção do autor, tal diálogo foi tão acentuado na trajetória dessa corrente historiográfica que toda a história dos *Annales* poderia ser explicada com o que ele chama de um jogo de sucessivas aproximações, vinculações, alianças e, quiçá, uma tentativa de fundir a história no emaranhado complexo cujo objetivo é a compreensão humana no social.

Esse novo historiador busca incessantemente reagir contra o modo de fazer história rankeano, problematizando os documentos que outrora eram apenas tomados como verdades absolutas, distanciando-se de questionamentos nos quais o historiador como sujeito quase desaparece.

Devemos frisar que essa outra maneira de ver a história acrescenta ao debate teórico uma nova questão: a das interpretações sobre a impossibilidade de conceituar o passado com base em um único elemento. Doravante, o objeto de análise estará estritamente relacionado com o tempo do pesquisador, que se detém a olhar para um momento histórico. Será ele, em seu momento de análise, que voltará o olhar para um determinado acontecimento, dando-lhe significação, buscando questões que condicionem os objetos da sua contemporaneidade. Conforme Aguirre Rojas, podemos ter conhecimento da abrangência que os *Annales* buscavam:

Com esse intuito de instigar o diálogo e a mútua interpenetração da história com as demais ciências sociais, os *Annales* projetaram-se não apenas como uma corrente inovadora dentro da historiografia, mas também como um revolucionário projeto dentro das ciências sociais em geral, no seio das quais foi paulatinamente ganhando espaço e reconhecimento (AGUIRRES ROJAS, 2004, p.26).

Com base em uma análise histórica do século XX, é possível perceber que o intuito de diálogo com outras disciplinas não aparece somente na corrente dos annalistas. Todavia, essa corrente parece insistir em se vincular inter, pluri, multi ou transdisciplinarmente à medida que analisa seu objeto. Os primeiros idealizadores da revista acreditavam que uma história totalizante só se faria se os historiadores considerassem como fundamental as inter-relações que a história precisa(va) estabelecer com os demais campos do saber. Era preciso considerar a história não como uma área de delimitações, mas sim como um campo de fronteiras tão tênues que seria extremamente arriscado e um tanto quanto prepotente ao historiador dizer onde começa e/ou termina os limites do seu ofício.

Aliás, conforme Aguirre Rojas, esse foi justamente o ponto em que o primeiro grupo dos *Annales* sofreria críticas acentuadas. Eles foram acusados de querer manter um imperialismo, insistindo em aproximar as outras ciências das humanidades para a completude histórica¹⁶.

Le Goff, no prefácio da obra de Marc Bloch, afirma que os primeiros representantes dos *Annales* viam no paradigma positivista da simplificação uma mutilação da história. Segundo eles, esse paradigma buscava ideias e atos de grandes homens registrados documentalmente; o que não se enquadrasse em tais critérios para a seleção de fontes, era conseqüentemente excluído (BLOCH, 2001). De acordo com Aguirre Rojas, com a perspectiva dos *Annales*, a análise abandona os processos singulares e/ou individuais, categorizados como de elite e muitas vezes superficiais, e focaliza os processos de âmbito mais coletivo, de grandes grupos, processos com um olhar mais reiterado para a amplitude social, que correspondem “às estruturas básicas da história profunda” (AGUIRRE ROJAS, 2004).

Destarte, o texto passa a ser visto não mais como um reflexo do real historicizado, acabado. Contempla-se a possibilidade de se questionar não apenas o acontecido, mas também o presente. Este é alvo de perguntas, de dilemas, de diálogos. O acontecimento não é apenas narrado, mas refletido. Aguirre Rojas pontua que “Os *Annales*, ao contrário da história descritiva, objetiva e neutra do século anterior, será pródigo na

¹⁶ Cf. Aguirre Rojas (2004), “Em decorrência dessa radical intenção de Marc Bloch, Lucien Febvre e Fernand Braudel sofreram constantes acusações, não infundadas, de reivindicar e promover a história imperialista, cujo objetivo seria englobar, em seu território, o conjunto das outras ciências sociais, como simples ciências auxiliares. Na realidade, esta pretensão ecumênica de assimilar e de devorar as outras disciplinas sociais aponta justamente para a ideia de eliminar o fundamento das divisões disciplinares, recuperando para a história a totalidade do social-humano no tempo” (AGUIRRE ROJAS, 2004, p. 26).

construção de variados modelos explicativos, apoiando-se sempre na erudição rigorosa e na investigação de todo tipo de fontes e dados” (AGUIRES ROJAS, 2004, p. 29).

Aliás, a reflexão, ou história-problema, é uma grande prerrogativa dos *Annales*. Ela será defendida como uma explicação analítica fundada no empirismo dos processos sociais de longa duração (primeira fase da corrente), trazendo técnicas de outras áreas, como as quantitativas, seriais, a dendrocronologia, a iconografia, a cartografia, etc.

Temos a impressão de que, no momento em que a ciência reinou no campo das pesquisas historiográficas, o homem ficou como um segundo plano do acontecimento. Porém, com os *Annales*, os homens voltaram a ocupar a problematização do fazer historiográfico, mas sem que se deixasse de buscar um estatuto científico para o fazer histórico. Em outras palavras, voltou-se à humanidade como uma incógnita em meio aos inúmeros acontecimentos, fossem eles econômicos, sociais, culturais, filosóficos, sociológicos, etc. A alusão ao ‘fato’ seria apenas um itinerário para a compreensão ampla do homem na reivindicação de um caráter científico para a história.

Desse modo, começamos a pensar que aquela pesquisa documental, que tinha se tornado quase uma obsessão para muitos durante o século XIX, parece não ter sido suficiente para livrar a história dos seus problemas quanto à sua fundamentação científica. Ainda que esta tivesse ao seu dispor uma infinidade de fatos documentados, permanecia o paradoxo do olhar do historiador, já que, então, prevalecia a ideia da neutralidade histórica. Em outras palavras, o historiador nada mais era do que um selecionador de fatos, ele não escrevia a história.

Surge, em contraposição a essa história monológica política, uma “história comparada¹⁷”, cuja intenção era expandir o universo historiográfico. É preciso compreender, quando se trata dessa revolução historiográfica, que esse momento foi propício para tal. Entendendo a história a partir de um processo natural, o século XIX tinha, em um procedimento de longa duração, desenvolvido meios para questionar a história política vigente até então. O ambiente europeu, a partir desse período, foi muito propício para a formulação de novas ideias no campo da historiografia.

Ao ver a história como um processo natural do homem e não como uma luta constante entre os segmentos sociais, percebemos que, de acordo com o contexto histórico do autor do texto, tem-se também sua produção. Desse modo, o mundo de Bloch já experimentara os horrores da Primeira Guerra Mundial e passava pelo holocausto nazista,

¹⁷BLOCH, Marc. “Pour une histoire comparée des sociétés européennes”. IN :*Revue de Synthèse Historique*. 6: 15-50, 1928.

tendo sido exterminado pelo exército de Hitler. Entre a ascensão do nazismo e a eclosão do segundo grande conflito mundial, os intelectuais mostravam-se extremamente insatisfeitos com a exacerbação do nacionalismo, cultuado por longa data, caracterizando a estruturação dos estados-nação dos séculos anteriores.

Em lugar dos extensos panegíricos nacionalistas, da organização dos estados-nação, dos arquivos dos registros da memória nacional, esses novos historiadores utilizaram um complexo multidiversificado para compreender a história geral, a história totalizante, a história.

Ainda na linha de discussões sobre a neutralidade do historiador, Maysa Dourado postula que os cientificistas defendiam que o historiador deveria ser apenas um observador, um mero narrador do que realmente tivesse acontecido. Segundo a autora, para essa corrente, o verdadeiro historiador deveria ser honesto e imparcial e o seu relato não deveria conter palavras exacerbadamente requintadas, uma vez que tais aspectos enquadrariam esses escritos como literatura (DOURADO, 2008).

Era dever do historiador, nesse âmbito, ser o mais claro possível e, como defende a autora, fazer-se “[...] claro como uma informação de Laboratório”. (DOURADO, 2008, p. 24). Acrescenta a autora que essa clareza, em detrimento da subjetividade literária, dava ao cientificismo histórico o caráter de profissionalismo do historiador. Este, portanto, deixa de ser parceiro do poeta e do filósofo e começa a caminhar o mais próximo do cientista. Nas considerações de Nye:

Eles não desconsideravam que a história pudesse ser escrita com habilidade e atenção ao uso da língua. Mas, para eles a história narrativa, cujas interpretações dependiam do ponto de vista pessoal do Historiador e cujos significados eram influenciados por suas crenças teológico-filosóficas, não era propriamente história, mas literatura, uma coisa absolutamente diferente (NEY apud DOURADO, 2008, p. 24).

O fato é que todo esse paradigma do cientificismo de fins do século XVIII e inícios do XIX, no qual predominou a forma da arqueologia em detrimento dos textos literários, estava se desestruturando para dar lugar a outra forma de se fazer a ciência histórica.

Com os Annales, houve uma reviravolta da mentalidade quanto à fonte histórica. Segundo Cadiou [et al.], surge a necessidade de tanto a arqueologia quanto a literatura trabalharem juntas. Para os autores:

[...] o interesse crescente pela arqueologia corresponde a uma tendência que, desde o século XVIII, visa contestar o primado dos textos literários. [...] Diante dessa tendência vale lembrar que contrariamente aos textos, os vestígios ou as imagens não falam por si sós (embora veiculem um discurso político ou ideológico). Para que possam ser compreendidos, é necessário inseri-los em seu contexto, relacioná-los a descobertas similares e confrontá-los a outros documentos (sobretudo aos textos, se houver). Sem essa operação um fragmento de muro, de vaso, ou uma moeda fornecem apenas informações isoladas (CADIOU [et al.] 2007, p. 124).

Segundo os autores, principalmente no caso da análise da Antiguidade e da Idade Média, seria impossível ao historiador restringir-se a uma análise material da história, uma vez que para esses períodos as fontes são muito escassas, devido às perdas ocorridas com o tempo.

Assim, na ausência de documentos que comprovem a periodicidade da época em questão, recorre-se a uma literatura histórica do momento estudado para auxiliar o pesquisador/historiador na formulação mais ampla do contexto analisado. Como consta no excerto supracitado de Cadiou [et al.], sem a literatura para contextualizar um fragmento de muro, ele continuará sendo apenas mais um fragmento de muro.

Justificar o uso da literatura como fonte histórica passou a ser tarefa de uma gama de pensadores do século XX. Segundo Dourado, a partir desse momento os valores literários e artísticos tomaram-se cada vez mais presentes na escrita da história, fazendo com que ambas se tornassem um “ramo da mesma árvore” (DOURADO, 2008).

Paul Veyne (1998) considera que o historiador não pode se eximir das características de um literato. Em sua visão, o historiador se assemelha a um literato à medida que é tomado pela trama e pelo enredo para que sua produção tenha alguma coesão e coerência. Veyne postula que, ao escrever qualquer obra, o historiador deve necessariamente se apropriar das técnicas das intrigas da ficção para que seu texto se torne mais claro.

Nessa mesma linha, notamos em um diálogo narrado por Ginzburg que:

Um escritor que inventa uma história, uma narração imaginária que tem como protagonista seres humanos, deve representar personagens baseados nos usos e nos costumes da época em que viveram: do contrário não seriam críveis (GINZBURG, 2007, p. 82).

Em conformidade com Ginzburg, a ideia de extrair elementos de informação histórica de textos inventados não era nova; o autor menciona o quão antiga é tal arte, retrocedendo ao período de Tucídides, que tentou reconstruir as dimensões dos antigos navios gregos usando como parâmetro o catálogo dos navios da *Ilíada*.

A proposta de Ginzburg é fundamental para o trabalho com as fontes literárias. Com base nela, considera-se que toda criação humana está inserida em um contexto específico de criação. Ela se torna ainda mais interessante na proporção em que nos faz ver os homens como indivíduos de seu tempo e não como heróis ou pessoas que estariam além de seu contexto histórico. Ora, é justamente esse ponto que devemos levar em consideração ao fazer a leitura de Boccaccio.

Dispensamos as discussões travadas por Murga¹⁸ no início de seu trabalho *Giovanni Boccaccio y el mundo*. Em lugar de indagar se o literato é um homem da Idade Média ou do período renascentista, nós consideramos que ele é fruto do seu tempo, seja pendendo para a medievallidade seja para o Renascimento. Vemos que essas questões estão mais ligadas à defesa do objeto na área de trabalho do pesquisador. Segundo Chesneaux, é por meio do quadripartismo histórico (Antiguidade, Idade Média, Idade Moderna e Idade Contemporânea) que se constituem todos os financiamentos de pesquisas, nomeações, o que torna justificável a opção por um autor como Boccaccio em algumas linha de pesquisa. Porém, além desse quadripartismo, entendemos o autor como fruto de um período de transformações, as quais são expressas em sua obra.

Segundo Carvalho, “não existe a criação *ex nihilo*” (CARVALHO, 2010, p. 39), ou seja, há uma necessidade constante de se voltar não só para o autor, mas também para o tempo histórico em que ele está inserido. Aliás, de acordo com Carvalho, nada surge do nada, como se estivesse seguindo um preceito dos filósofos clássicos gregos para a existência do mundo. Carvalho afirma que, na literatura:

¹⁸ Cf. Murga, Aunque no podré menos de tocar luego el tema, prescindo por el momento de a cuestión sobre si Giovanni Boccaccio ha de ser considerado como un hombre de mentalidad medieval o se le debe incluir entre los primeros impulsores del Humanismo italiano y europeo (MURGA, [¿] 287).

Não existe a criação *ex nihilo*; esta afirmação constitui-se num lugar comum, subentendida no entendimento que o pressuposto da obra literária é uma consciência poética pessoal. Esta consciência se sedimenta desde o nascimento e soma múltiplas informações, vivências, sentimentos, lembranças (CARVALHO, 2010, p. 39).

Sendo assim, o uso constante de uma obra de ficção para a análise histórica de um determinado momento é válido porque, conforme Carvalho, dependendo do autor e da própria obra, é possível que ela apresente aspectos mais ou menos profundos de comunhão da literatura com a história. O que julgamos encontrar em Carvalho é que, por mais ficcional que seja a obra literária, “será frequentemente possível identificar no ato da criação literária uma inspiração nascida da realidade histórica” (CARVALHO, 2007, p. 39).

O que Carvalho conclui, em pleno século XXI, não era uma unanimidade nos ciclos acadêmicos até meados do século XX. Talvez ainda hoje existam aqueles que pensam história e literatura como campos antagônicos. Essa maneira de pensar a relação entre literatura e história sofreu profundas críticas, especialmente por parte de uma corrente criada em 1930 no Sul dos Estados Unidos e que ocupou posição de destaque nas décadas de 1940 e 1950. Trata-se do *New Criticism*, corrente criada por John Crowe Ransom, para quem os críticos literários deveriam “recusar-se a limitar, com rigor, períodos históricos dogmaticamente definidos, no domínio da crítica literária” (COHEN, 2002, p. 551).

Keith Cohen assinala que um dos membros mais sagazes dessa corrente, Ransom, propôs uma nova crítica mais formalista, que deveria se preocupar somente com as técnicas – e por isso, considerado um radical – de uma obra do que com a erudição histórica que ela apresenta¹⁹.

Embora o *New Criticism* separe o momento histórico da produção de um texto do próprio texto, precisa recorrer a esse último para entender o primeiro. O período em que o *New Criticism* ganhou certo *status* é o de “uma política veemente hostil ao desenvolvimento industrial e a qualquer evolução social de caráter progressista” (COHEN, 2002, p. 552), adquirindo um caráter contrarrevolucionário no que concerne ao domínio da crítica literária. Nas palavras de Cohen, o grande impulso dado a essa nova corrente deve-se ao fato de o marxismo ter perdido sua influência:

¹⁹ Cf. Cohen: “A novidade do *New Criticism* residia numa abordagem intrínseca do objeto literário. Assim sendo, eram abolidos nítida e deliberadamente os traços das abordagens “extrínsecas”, históricas, biográficas e sociológicas que proliferavam na época” (COHEN, 2002, p. 553).

É assim ainda mais significativo o fato de ter o *New Criticism* tomado impulso no final dos anos 30, num momento em que a crítica marxista, até então muito influente, encontra-se desacreditada e posta de lado (COHEN, 2002, p. 552).

No fundo, percebemos que os defensores dessa corrente queriam era postular com firmeza uma objetividade no trato da obra literária, o que não ocorreria caso se pautassem demasiadamente em uma análise histórica. O que acontece aqui, mais especificamente, é um conflito de pensamentos antagônicos para explicar uma obra literária. De um lado, Lukács e os marxistas, com o seus apelos políticos e materiais²⁰; de outro, os teóricos do *New Criticism*, afirmando que uma insistência muito grande dos primeiros na importância dos fatos poderia, na pior das hipóteses, suscitar interesse apenas da história e da biografia.

Parece que o mesmo que aconteceu na história e na educação também ocorreu na literatura. De acordo com a visão política do momento, criou-se também um ponto de vista teórico para o olhar do crítico literário. Os conservadores defenderam uma literatura autossuficiente, uma espécie de “nacionalismo” literário; os marxistas defendiam a inter-relação entre a literatura e a história econômica e política, podendo, em alguns momentos, essas características políticas e econômicas predominarem na interpretação da obra literária. Conforme Antônio Candido:

De fato, antes procurava-se mostrar que o valor e o significado de uma obra dependiam de ela exprimir ou não certo aspecto da realidade, e que este aspecto constituía o que ela tinha de essencial. Depois, chegou-se à posição oposta, procurando-se mostrar que a matéria de uma obra é secundária, e que a sua importância deriva das operações formais postas em jogo, conferindo-lhe uma peculiaridade que a torna de fato independente de quaisquer condicionamentos, sobretudo social, considerado inoperante como elemento de compreensão (CANDIDO, 1967 p. 03-04).

²⁰ Cf. Antonio Candido, Lukács, após um início ameno de sua carreira intelectual, tendeu fortemente a uma história extremista baseada somente nos aspectos políticos e econômicos. Em uma passagem de *Literatura e Sociedade: estudos de teoria e história literária*, Candido nota essa transição quando fala que Lukács já formulara questões sobre a história e a literatura: “O problema desta é diverso, e pode ser ilustrado por uma questão formulada por Lukács no início de sua carreira intelectual, antes de adotar o marxismo, que o levaria a concentrar-se por vezes demasiadamente nos aspectos políticos e econômicos da literatura” (CANDIDO, 1967, p. 04, grifos nossos).

O que precisamos deixar claro é que o mesmo processo trilhado pelos teóricos da história para separar a ficção do seu campo de análise, como é o caso dos positivistas, foi trilhado pelos literatos e os críticos literários para desvalorizar a análise que privilegiasse os vestígios históricos das obras literárias. Em suma, viviam-se novos tempos e, com o ápice do cientificismo, todos os campos do saber tendiam a se especializar.

Na história, surgiram os *Annales* para questionar o modo de pensar a obra pela obra; no campo da crítica literária não foi diferente. Talvez o grande nome da crítica literária relacionada aos novos moldes no Brasil seja Antonio Candido. Em sua obra *História e sociedade: estudos de teoria e história literária*, o autor analisa as duas perspectivas em seus extremos. Não direcionando seus estudos nem para o extremo dos moldes políticos e econômicos nem para o do caráter estético, Candido mostra a importância de ambos os tipos de direcionamento para se entender o texto literário em sua íntegra.

Na tentativa de um diálogo com os teóricos do *New Criticism*, Antônio Candido faz um panorama sobre o que vem ocorrendo com a literatura comparada:

É o que tem ocorrido com o estudo da relação entre a obra e o seu condicionamento social, que a certa altura do século passado chegou a ser vista como a chave para compreendê-la, depois foi rebaixada como falha de visão, – e talvez só agora comece a ser proposta nos devidos termos. Seria o caso de dizer com um ar de paradoxo, que estamos avaliando melhor o vínculo entre a obra e o ambiente depois de termos chegado à conclusão de que a análise estética precede considerações de outra ordem (CANDIDO, 1967, p. 04, grifos nossos).

Nos grifos, podemos notar o diálogo do autor com os teóricos literários do *New Criticism*, criticando os extremos a que chegou a luta contra a utilização da sociologia e da antropologia cultural nas “Letras”. Sua obra *Literatura e Sociedade: estudos de teoria e história literária* está justamente respondendo que era possível, aliás, que não só era possível como também necessário, que tanto a literatura quanto a história se unissem.

Para Antônio Candido, não deve haver extremismos, nem tanto Lukács nem tanto Ransom. Para o autor, precisamos hoje ter em mente que, se buscamos a integridade da obra, o próprio conceito de integridade não permite a adoção de nenhuma dessas visões dissociadamente. Só entendemos a integridade quando fundimos texto e contexto para a

interpretação da obra: “em que tanto o velho ponto de vista que explicava pelos fatores externos, quanto o outro, norteado pela convicção de que a estrutura é virtualmente independente, se combinam como momentos necessários do processo interpretativo” (CANDIDO, 2002, p. 04).

Muito se perguntará sobre a importância deste trabalho para as ciências das humanidades, uma vez que já existe uma vasta produção correlacionando os campos da história e da literatura. Talvez a resposta mais sensata seja: se esses pontos são resgatados em pleno século XXI por Carvalho e por mais uma gama de pensadores, é porque a discussão persiste e o problema da relação entre história e literatura ainda não foi totalmente resolvido. Claro que, atualmente, a problemática em torno da relação entre literatura e história, literatura e filosofia, história e sociologia, enfim da unificação dos campos do saber está ligada ao pragmatismo e ao caráter prático do conhecimento.

Busca-se cada vez mais a separação dos campos do conhecimento em blocos específicos, um afunilamento do saber. De acordo com a filósofa Hanna Arendt, esse é um dos males da educação atual. A autora chama a atenção para o fato de que a grande maioria da população é tentada a ver problemas de forma específica, ou seja, isolada. É como se o que ocorre com as ciências ocorresse com o mundo.

Segundo a autora, o homem é sempre tentado a considerar que está diante de problemas específicos e que estes estão delimitados geograficamente pela sua nação. Entretanto, o que acontece é que isso implica esquecer que estes existem também por causa das interferências do geral. Para Arendt, esse é um dos verdadeiros problemas da educação, que consiste em sermos:

[...] sempre tentados a admitir que estamos perante problemas específicos, perfeitamente delimitados pela história e pelas fronteiras nacionais, que só dizem respeito a quem por eles é direta, perfeitamente delimitados pela história e pelas fronteiras nacionais, que só dizem respeito a quem por eles é diretamente atingido. Ora, é precisamente essa crença que hoje em dia se revela falsa. Pelo contrário, podemos tomar como regra geral da nossa época que tudo o que pode acontecer num país pode também, num futuro previsível, acontecer em qualquer outro país (ARENDT, 1961, p.22).

Neste sentido, a autora aponta para a questão da delimitação dos saberes em uma perspectiva nacionalista. O fato é que essas *fronteiras* também são encontradas nas

universidades, que estão passando por uma ressignificação e deixando de ser muitas vezes universais para se tornarem centros de saber específico.

Quando propomos uma análise histórica de um texto literário como o de Boccaccio, observamos que uma oposição a esse tipo de proposta está instaurada nos dias atuais: aquela que afirma serem necessárias cada vez mais a especialização e a delimitação das ciências. O fato é que a grande maioria desses apologistas do saber científico se esquece de que está fortalecendo a mediocridade, uma vez que a cada dia que se passa sabe-se muito mais de muito menos. De acordo com Morin:

A atitude de contextualizar e globalizar é uma qualidade fundamental do espírito humano que o ensino parcelado atrofia e que, ao contrário disso, deve ser sempre desenvolvida. O conhecimento torna-se pertinente quando é capaz de situar toda a informação em seu contexto e, se possível, no conjunto global no qual se insere (MORIN, 2007, p. 20).

Por isso, a proposta nesta dissertação é analisar como uma obra literária está intrinsecamente ligada ao caráter histórico do período em que foi produzida e apontar as contribuições e análises desse gênero para que o historiador da educação proponha uma formação e um ensino mais abrangente. Para Morin, a cultura das humanidades fundamenta-se na história, na literatura, na filosofia, na poesia e nas artes (MORIN, 2007, p. 59) e não somente em uma delas, de modo isolado.

Essa perspectiva, porém, não deve retirar do texto literário sua principal característica, a de fazer divagar a alma humana pelos laços e amarras da ficção. Contudo, pensamos como o autor, suas limitações, seu público, seu período, sua localidade, enfim, período sociocultural da obra são construídos, o que nos remete, portanto, para uma análise da história.

De acordo com Antonio Candido, existem nos gêneros literários certas dimensões sociais evidentes, cuja indicação faz parte de qualquer estudo, histórico ou crítico: referências a lugares, modas, usos; manifestações de atitudes de grupo ou de classe (CANDIDO, 2002, p. 05). Portanto, não basta apontá-los, pois isso nada mais é do que uma práxis; para que o estudo possua validade para o âmbito da educação, é preciso compreender para além das evidências apontadas.

É preciso comparar a literatura com a história e/ou a historiografia para ver até que ponto a obra destoa ou converge para o pensamento do período, afirmando ou dando outro significado para a história, ou seja, preenchendo uma lacuna que o pensamento científico não é capaz de proporcionar. É preciso ir além também quando nos deparamos com esse traço social, que está presente tanto na história quanto na literatura; é necessário vê-lo funcionando na coesão estrutural do livro.

3. GIOVANNI BOCCACCIO E SUA ÉPOCA

Florença, 1313. Uma das cidades-estados mais prodigiosa da época foi a pátria de Giovanni Boccaccio. Berço das doutrinas e teorias políticas, Florença destacou-se pelo profundo sentimento patriótico de seus cidadãos. Dali surgiram obras políticas consagradas universalmente, como a *Monarquia* de Dante Alighieri ou *O príncipe* de Nicolau Maquiavel. Esta última é considerada por muitos como o marco do humanismo na Itália. Outro ponto de destaque dos florentinos está ligado às matemáticas. A cidade foi, junto com Veneza, o centro da estatística. Ela foi responsável por um dos maiores sistemas de câmbio da época, sendo também um dos maiores polos comerciais do Ocidente. Graças a ela, conhecemos a famosa moeda chamada *florim*. Não podemos nos isentar de mencionar as obras e os artistas que levaram Florença a reinar sobre as demais cidades no campo das artes. Ela produziu personalidades como Giotto di Bondonne, cuja fama é comparada a de Dante no âmbito das letras.

Florença, e a Itália de modo geral, possui peculiaridades que fazem dela uma grande região. Uma dessas peculiaridades é o comércio. A Itália, devido à sua constituição geográfica montanhosa, desde cedo buscou nos mares sua independência comercial. Assim, pelo comércio marítimo e pela manufatura, a Itália destacou-se do resto do Ocidente, onde predominava o sistema feudal.

Florença teve tamanho e diversificado desenvolvimento produtivo que levou um grande representante da historiografia do século XIX a se dedicar intensamente a estudar sua história. Sem desperdiçar elogios, Jacob Burckhardt a considerava como o primeiro Estado moderno do mundo. Para o autor, tudo o que se viu nos dois ou três séculos posteriores já estava em pleno desenvolvimento nessa cidade durante os séculos XIV e XV. Nas palavras do autor:

A mais elevada consciência política, a maior riqueza em modalidades de desenvolvimento humano encontram-se reunidas na história de Florença, quem, nesse sentido, por certo merece o título de primeiro Estado moderno do mundo. Ali, é todo um povo que se dedica àquilo que, nos Estados principescos, constitui assunto de família. (BURCKHARDT, 1991, p. 71)

Ainda que, em tese, não concordemos com alguns pontos da visão que procura encontrar um indivíduo moderno nesse período, sem sombra de dúvida podemos dizer que Florença e a Itália, de modo geral, criaram um peculiar sistema político, a começar pela constituição das cidades-estados. Conforme Hearder (2003), esse novo tipo de instituição política surgiu na Itália no século XII, consolidando-se no decorrer dos séculos XIII e XIV. Também conhecida como república urbana ou comuna, essa forma de governo tendia a se secularizar à medida em que elegia seus representantes para ocupar cargos públicos buscava autonomia.

Dos primeiros anos de vida de Boccaccio pouco sabemos realmente. Existem informações de que o ano do seu nascimento foi em 1313 entre junho ou julho, em Certaldo ou Florença. Pouquíssimos dados foram encontrados sobre sua mãe. Sabe-se que seu pai, Boccaccio ou Boccaccino di Chellino, foi um riquíssimo mercador na cidade de Florença, que buscou fazer com que seu filho seguisse a mesma carreira, mas este optou por se tornar poeta-literato. Em fins do século XIII, seu pai casou-se com uma nobre florentina chamada Margherita de' Mardoli.

Segundo Orlandi (1972), no ano de 1327, Boccaccio viajou com o pai para Nápoles, onde entrou em contato com Cino da Pistoia, jurista e poeta, amigo de Dante e Petrarca, que lhe deu autorização para frequentar suas aulas. Durante esse período, Boccaccino mudou-se para Paris. Foi um momento decisivo na vida de Boccaccio, o momento de sua escolha crucial. Entre dedicar-se ao comércio com o pai ou seguir a carreira de literato, ele decidiu-se pela última, paixão que crescia na cabeça do poeta desde os primeiros anos. Em uma passagem de *Genealogia dos Deuses dos Gentios*, Boccaccio deixa registrado o seu amor pela poesia:

Haja com os outros o que houver, a mim dispôs-me a natureza desde o ventre materno às poéticas meditações e, quando sei julgar, nasci tão-só para a elas atender. Recordo-me que, desde a infância, meu pai encaminhou todos os esforços para fazer de mim um comerciante. Depois de me ter levado a aprender a aritmética, entregou-se como discípulo, era eu ainda moço, a um importante mercador, junto do qual mais não fiz durante seis anos do que inutilmente gastar um tempo impossível de reaver. Mais tarde, mostrando eu por certos indícios maior aptidão para os estudos literários, foi meu próprio pai quem me ordenou que comesse o estudo das 'Sanções' dos Pontífices com o intento de enriquecer. E sobre um ilustre mestre me afadiguei sem resultado por quase igual espaço de tempo. De tais coisas enfastiava-

se o espírito a tal ponto que nem a doutrina do mestre, nem a autoridade do pai (insistindo sempre com novos conselhos), nem as súplicas ou as censuras dos amigos conseguiram fazer-me propender para uma ou outra daquelas carreiras, tão preso andava o meu espírito da paixão pelos estudos poéticos. E não era capricho mas antiquíssima disposição do meu espírito. Recordo-me que, ainda antes de completar os sete anos, me nasceu um desejo de compor e escrevi algumas imaginações poéticas, ainda que vazias de qualquer valor. (BOCCACCIO apud ORLANDI, 1972, p. 5)

Segundo as palavras do autor, muito emprego deteve o seu pai para que num primeiro momento ele seguisse a carreira de mercador, que traria certamente algum futuro próspero ao filho. Porém, Boccaccio a recusara após uma longa experiência numa das 16 sucursais da casa Bardi. Viu que o desejo pelas letras era muito maior. E tão visível foi esse desejo que, se vendo mais impelido por essa propensão de Boccaccio, seu pai o mandara estudar direito canônico, a fim de que ali enriquecesse. Novamente Boccaccio segue a vontade do pai, todavia, sem êxito.

Depois dessas experiências frustradas o pai deixa o filho – um pouco a contragosto –, livre para escolher a carreira que bem lhe apetecia. Não tardou muito após essa decisão de Boccaccio para que Boccaccio entrasse em contato com a poesia do seu grande ídolo, inspirador e amigo Petrarca. Segundo Boccaccio, foi por meio desse indivíduo que suas obras ganharam vida. Foi no contato com a poesia de Petrarca que Boccaccio aprendeu a escrever:

Foi Certaldo, pois, a minha pátria e meu culto a divina poesia. Ah! Que eu possa por meio da venerável pessoa “de Francesco Petrarca” debelar as misérias da fortuna, as angustias do amor e despir-me de toda a vulgaridade, e eu que me conheço mísero, rude, inerte e inerte, ao mesmo tempo duro e informe... (BOCCACCIO apud ORLANDI, 1972, p. 5)

Conforme o autor foi Petrarca quem fez com que ele aprendesse todas as artes da elaboração de uma poesia. Essa relação de amizade e de troca de conhecimento é tão intensa, que logo após a morte de Petrarca, Boccaccio entra em profundo sentimento de dor, e morre meses mais tarde.

Entre 1334 e 1339, iniciando seu trabalho como poeta, Boccaccio escreveu *La caccia di Diana* e *Filocolo* e finalizou seu período de estudos. Na continuidade, redigiu algumas epístolas, a saber, *The Crepor Celsitudinis*, *Milex Mavortis*, *Nereus amphitribus* e a *Sacra famis*, e mais algumas obras, dentre as quais *Teseida* e *Filostrato*.

Após escrever *Filostrato*, entre o outono e o inverno de 1340, Boccaccio retornou a Florença. Sua cidade natal seria a inspiração para mais algumas obras, como a *Comedia Ninfe*, que também foi conhecida como *Commedia dele ninfe fiorentine* ou *Ninfale d'Ameto*. Aí iniciou seus primeiros rascunhos de *De vita et moribus domini Francisci Petracchi* e compôs também *Amorosa visione*, *Elegia di Madonna Fiammetta*, *Nifale fiesolano*.

Nos anos de 1347-1348, o florentino viajou para a cidade de Forlì, onde frequentou a corte de Francesco Ordelaffi. Essa viagem foi muito importante para sua vida, pois estabeleceu uma troca de sonetos com um importante gramático, Checco Meletto di Rossi, conhecendo também os escritos que registram os últimos suspiros de Dante Alighieri. Nesse período, Florença foi assolada pela grande Morte Negra e Boccaccio perdeu, além da madrastra, vários amigos. Paralelamente, o fenômeno lhe rendeu a obra que lhe daria notoriedade de clássico, *Decameron*, escrito exatamente entre os anos de 1348 e 1353. Com esta última obra, suas novelas passaram a ter destaque no contexto europeu.

Segundo Edoardo Bizzarri, antes de *Decameron*, já existia na Europa uma significativa produção novelesca, contudo foi essa obra de Boccaccio que deu um caráter artístico à novela. Nas palavras do autor:

Naturalmente, antes de Boccaccio (que viveu de 1313 a 1375), e de *Decamerão* (escrito entre os anos de 1348 e 1353), encontra-se, em alguns países da Europa, sobretudo na França e na Itália, uma produção novelística (BIZZARRI, 1956, p. 11).

De acordo com Bizzarri, a característica da produção novelística anterior a Boccaccio era mais a da edificação da moral religiosa ou do registro esquemático de frases espirituosas e fatos notáveis de homens ilustres. Já com o florentino, segundo o autor, a novela passou a ser concebida como obra de arte.

No entanto, conforme Massaud Moisés (1974) em seu *Dicionário dos termos literários*, o cerne da novela é mais antigo ainda. O autor destaca vários momentos do desenvolvimento da novela.

Não obstante alguns textos possam considerar-se embrião da novela, como a *História Verdadeira*, de Luciano, o *Asno*, atribuído ao mesmo ou a Lúcio de Patras, a *Ciropédia*, de Xenofonte, a *História Eubéia*, de Dionísio Crisóstomo, *Etiópia ou Teágenes e Caricléia*, de Heliodoro, *Satyricon*, de Petrónio, *Asno de Ouro*, de Apuleio, *Dáfnis e Clói*, atribuída a Longus, etc. (MOISÉS, 1974, p. 361).

O autor salienta que, apesar desses vários marcos históricos do aparecimento da novela, suas origens situam-se na Idade Média. De sua perspectiva, as novelas surgiram com as canções de gesta, ou seja, as novelas de cavalaria (MOISÉS, 1974). Elas, argumenta Moisés, poderiam ser consideradas como a primeira manifestação do gênero novelesco.

Nessa mesma linha de pensamento, em sua obra *Cultura Literária Medieval*, Spina²¹ afirma que elas são estritamente medievais:

O conto, ou a novela curta em prosa, cuja coleção italiana mais antiga (fins do século XIII) é o *Novellino*, também é posto em voga na segunda metade do século XIV por Boccaccio com suas deliciosas crônicas do *Decameron* [...] (SPINA, 2007, p. 26).

Assim, em consonância com o autor, Boccaccio estaria entre os marcos iniciais da novela, como a conhecemos hoje. Para Spina, vários poderiam ser os fatores que tornaram a novela um gênero de destaque entre os fins da Idade Média. Entre eles, destaca-se o conto burguês, de autoria de Boccaccio e Chaucer. O aparecimento da burguesia teria sido decisivo para os rumos que a literatura iria tomar. Em sua visão, a literatura que se inicia nesse período é muito inovadora no que concerne à estrutura e à forma.

²¹ Antes de abordar as discussões feitas por este autor, é preciso destacar que sua periodização para a Idade Média é diferente daquela que vem sendo utilizada no campo da história e da historiografia da educação. Spina subdivide a Idade Média em dois grandes grupos: a *Alta Idade Média*, que compreenderia o período entre os séculos V e X, e a *Baixa Idade Média*, situada entre os séculos XI e XV.

Edoardo Bizzarri destaca o papel de Boccaccio na definição das formas da novela: “Com Boccaccio, porém, a novela sai do limbo em que artisticamente se encontrava circunscrita, pois, pela primeira vez, na literatura europeia, é concebida e realizada como obra de arte” (BIZZARRI, 1956, p. 11). Ainda ressaltando a questão da importância de Boccaccio para a história novelística, o autor afirma que o ponto fundamental a ser ressaltado é que, com Boccaccio, a novela apresenta-se pela primeira vez como um gênero autônomo (BIZZARRI, 1956).

Em seu enredo estão representados os atos que revelam a complexidade da personalidade humana. No emaranhado dessas narrativas são expostas situações e personagens que expressam os problemas do tempo histórico de Boccaccio. Dentre os pontos a ser destacados, talvez um dos mais delicados seja a penalidade imposta pela Igreja, com os papas Paulo IV, em 1555, e Pio IV, em 1559. Esses dois papas condenaram a leitura da obra *Decameron* porque nela viram a inclinação para a libertinagem. No entanto, uma análise detida do tempo histórico e das narrativas boccaccianas mostra que não havia razão para a acusação. De acordo com uma nota da Livraria Martins Editora:

É importantíssimo por em relevo que, em O DECAMERÃO, há algumas novelas que se inclinam para o picante; o que assim se apresenta, porém, ao invés de descambar para a licenciosidade, como talvez presumam sumariamente os que não conhecem a obra de Boccaccio, logo se transfigura, adquirindo um sentido psicológico sutil, que mais retrata almas, do que delineia episódios de ordem material (1956, p. 07-08).

Ora, esse é o exemplo mais claro da compreensão profunda que Boccaccio tinha da personalidade humana. Conhecer o homem é explicá-lo nas suas mais diferentes situações, sejam elas positivas ou negativas. Considerando essa afirmação, podemos perceber a preocupação do autor em retratar os diferentes estratos sociais. Nas novelas boccaccianas, temos uma infinidade de personagens que amam, sofrem, ganham, perdem, etc., independentemente de a qual segmento pertençam. Elas são frutos da junção ou mistura dos vários contos populares que circulavam em Florença da Baixa Idade Média. Segundo Simoni:

Nesses contos se alternam numerosos personagens de variada extração social – aristocratas, comerciantes, camponeses, pessoas do povo, leigos ou religiosos de todas as idades, nobres e desonestos, amantes engenhosos e homens pobres de espírito, mulheres perfeitas e figuras femininas suspeitas, personagens históricos e de invenção. É um universo inspirado principalmente na realidade toscana e florentina, ainda que alguns episódios sejam ambientados em Nápoles ou em outros países (SIMONI, 2008, p. [?]).

É justamente por verificar as múltiplas faces humanas apresentadas por Boccaccio que consideramos que um julgamento apressado acerca de sua religiosidade se faz perigoso. Uma análise detida da obra em correlação com seu contexto histórico mostra que essas características das personagens são próprias dos costumes da época. Boccaccio, diferentemente do que se pensou, não tinha nenhum interesse em destruir o poder religioso vigente. Pelo contrário, ao vermos a construção das novelas, podemos perceber quão vinculadas ao cristianismo elas se encontram.

O próprio título da obra remete a um caráter religioso. *Decamerão* é composta por cem novelas narradas durante quatorze dias. Sete moças e três rapazes teriam decidido, junto com seus serviçais, deixar a cidade de Florença assolada pela Peste e se refugiar em dois castelos isolados da redondeza. Embora os dias de recusa do mundo citadino fossem catorze, as personagens narram novelas somente em dez deles. Isso porque, como o próprio Boccaccio aponta, duas sextas-feiras e dois sábados são os dias do Senhor, portanto, não seria contada nenhuma novela nesses dias.

Assim, podemos confirmar que não é Boccaccio que é contra a Igreja, mas sim toda uma mentalidade da sua contemporaneidade que o fazia escrever dessa maneira. É próprio de seu período pensar que a ideia de fornicção não deveria ser liberada só para homens, que o Clero deveria ser questionado, que se deveria colocar em cheque a pureza de seus membros, etc. Na concepção de Heller:

Boccaccio não era herege; não desejava substituir a religião prescrita pela Igreja por outra religião verdadeira, não pretendia codificar uma fé nova, melhor e mais pura, ou organizar um movimento, não procurava, enfim, a reforma da Igreja – de fato não pretendia absolutamente nenhum tipo de codificação (1982, p. 57).

Em consonância com a autora, devemos acrescentar, categoricamente, que essas desdenhosas opiniões privadas não incomodavam a Igreja contemporânea, mesmo quando eram enunciadas por pessoas colocadas em altos cargos eclesiásticos.

Conforme Huizinga, a profanação da prática religiosa diária não tinha limites (2010). O autor apregoa que nem mesmo as festividades mais sagradas estavam sendo respeitadas. A mentalidade que outrora era capaz de manter uma vida ascética na população medieval estava em declínio durante a Baixa Idade Média. Nas palavras de Huizinga:

As festas mais sagradas, até mesmo a noite de Natal, são passadas em devassidão, com jogos de cartas, injúrias e linguagem escandalosa; se admoestado, o povo alega que os grandes senhores, o alto e o baixo clero fazem o mesmo sem serem castigados. Nas vigílias dos feriados religiosos, as pessoas dançam dentro da própria igreja ao som de canções libertinas (HUIZINGA, 2010, p. 261).

O que Huizinga nota no contexto mais geral da Europa, Boccaccio descreveu ao representar a vida florentina, mostrando que suas histórias não eram nada mais do que expressão das práticas cotidianas dos seus contemporâneos. O romancista afirma, em seu prefácio, que havia pessoas que:

[...] afirmavam que eram remédios eficazes, para tamanho mal, o beber em abundância, o gozar intensamente, o ir cantando de um lado para outro, o divertir-se por todas as formas, o satisfazer o apetite fosse lá do que fosse, e o rir e o zombar do que acontecesse, ou pudesse acontecer. Como diziam, assim faziam, da maneira que lhes tornasse possível, de dia e de noite. Ora iam a uma taverna, ora iam a outra. Bebião sem modos e sem comedimento. [...] Em meio a tanta aflição e a tanta miséria da nossa cidade, a reverenda autoridade das leis, tanto divinas, como humanas, caíra e dissolvera-se (BOCCACCIO, 1956, p. 28-9, grifos nossos).

Nessas duas citações supracitadas está a intenção de nossa análise: mostrar que tanto a historiografia quanto a literatura caracterizam o século XIV como um período de dificuldades. É o que veremos no próximo ponto, em que analisaremos que a genialidade de

Boccaccio reside justamente em fazer de uma catástrofe natural como a Peste Negra a musa inspiradora para a sua obra de maior renome.

3.1. A musa inspiradora de Boccaccio: breves considerações sobre a Peste Negra²²

Recentemente passamos por dois grandes medos mundiais: os das pandemias. A primeira delas, a chamada *gripe aviária*²³ (vírus H5N1), causou pânico em escala mundial em razão da possibilidade de ser transmitida para humanos. O caos foi tão intenso nos dias seguintes ao contágio que, tendo sido proibida a comercialização de algumas dessas aves, muitos produtores de frangos, patos, gansos e aves em geral fecharam suas portas. O continente asiático foi o que mais sofreu, especialmente a China, onde as relações comerciais decaíram. O mundo inteiro passou a bloquear o comércio de ovos e aves provenientes dessas regiões. De acordo com algumas pesquisas, a doença chegou a causar a morte de 33% dos infectados, ou seja, um alto índice de mortalidade. A segunda foi popularmente conhecida como *gripe suína* ou gripe A (vírus H1N1). Seu surto ocorreu mais especificamente no ano de 2009, causando pânico na população de inúmeros países. Em março desse mesmo ano, foram detectados no México os primeiros focos do contágio humano com o vírus. O caos se estabeleceu quando a Organização Mundial de Saúde (OMS) classificou os níveis de contágio como fase seis (06). Extremamente perigosa para a humanidade, ela era transmitida da mesma maneira que a da gripe comum, ou seja, por contato direto dos seres humanos ou indireto, pelo manuseio de objetos contaminados.

Dentre as muitas orientações, uma nos chama mais atenção: o isolamento. Os contaminados foram colocados em quarentenas e as possibilidades de agrupamento foram proibidas durante os dias que se seguiram à alta da doença. Muitas escolas fecharam. Cidades pararam por alguns dias. O uso de máscaras nas ruas, metrô e coletivos tornou-se habitual. Era um sentimento singular. Não se sabia quem seria a próxima vítima. Por muitos dias o simples aperto de mão, simbologia expressiva de nossa comunidade, foi evitado. As Igrejas,

²² De acordo com Harry Header (2003), o termo “Peste Negra” é utilizado especificamente para referenciar a peste de 1347/8-1351. Porém somente no século XVII houve a criação do termo. Os contemporâneos a ela apenas referiam-na como “a peste” que também pode ser utilizado para se referir a outras epidemias.

²³ Também conhecida como gripe do frango, gripe dos pássaros ou gripe asiática, sua origem é datada no final do século XIX na Itália, sendo uma doença típica das aves. Para maiores informações http://www.suapesquisa.com/ecologiasaude/gripe_aviaria.htm. Data de acesso: 01/01/2012.

que deveriam trazer algum alento a essa população, fecharam suas portas. Enfim, o medo se estabeleceu.

Ainda que estes dois casos tenham causado muito alarde na sociedade atual, nada se comparou à grande Peste Negra. Esta, com certeza, mudou completamente os rumos da história, até porque não veio sozinha, mas se fez acompanhar da fome e da guerra.

Quando se estuda um pouco a Peste Negra, a primeira impressão é de que ela foi a forma mais brutal de dizimação humana no mundo. Que essa imagem mental fique expressa ao longo das linhas que seguem, pois, de acordo com os dados analisados, especialmente os oferecidos por um estudo realizado pela *Rand Corporation*, essa foi uma das maiores catástrofes naturais ocorridas na história da humanidade²⁴. Ela ceifou, segundo algumas fontes, cerca de um terço da população.

Como se só essa catástrofe não fosse suficiente para colocar em risco toda a forma de vida na terra, juntaram-se-lhe a fome e a guerra. Tal trindade tornou-se a representação da morte durante os séculos XIV e XV. Um de seus efeitos foi a desestruturação da ordem estabelecida, deixando os indivíduos perdidos em meio a um pânico apocalíptico.

Dentre as inúmeras explicações para essa grande catástrofe, privilegiamos discorrer sobre a natural. Ou seja, buscamos mostrar como as variações climáticas interferiram na intensidade com que a Peste Negra atacou a Itália e toda a Eurásia. A perspectiva é de que as mudanças climáticas e geográficas interferem diretamente na sociedade e em sua cultura. Com base nela, podemos fazer uma análise de como os indivíduos acometidos pela Peste começaram a se comportar diante de um fato que, segundo a visão contemporânea, possuía também um fundo escatológico.

Gottfried tem uma perspectiva muito cara para nós da história das mentalidades, que temos o foco das mudanças mais lentas. Segundo o autor, a Peste Negra, – ou Morte Negra – deve ser relacionada a uma série de fatores ecológicos ocorridos de meados do século XIII até meados do século XIV. Ele constata que, nesse subperíodo de mais ou menos cem anos, uma série de pequenas transformações climáticas e sociais alteraram o rumo da peste na Europa. Para ele, essas pequenas mudanças foram se interligando a outros microacontecimentos até eclodir na grande Peste. Assim, apresenta a Peste como um evento mais longo do que o mostrado pela historiografia tradicional, que a data por volta de 1347/8-

²⁴ RENOARD apud GOTTFRIED, 1989, p. 16.

1351. Conforme Gottfried: “Los efectos a largo plazo de la peste fueron aún más profundos (1989, p.14).

Desse modo, segundo o autor, o surto da Peste Negra foi mais intenso na Europa por causa da ocorrência de vários fatores concomitantes e não pela peste em si.

Elencando as condições de moradia, higiene, clima, alimentação, a fome, a guerra etc., Gottfried dá outra interpretação para a Peste Negra em detrimento da econômica²⁵. Considera ele que o viés econômico não é suficiente para esclarecer alguns processos que ele notou em sua investigação, como as alterações climáticas, por exemplo. Mais do que isso, pondera que apenas um fator, uma crise, um acontecimento, isoladamente, não seria capaz de desarticular a sociedade daquela maneira, razão pela qual qualquer fato deve ser analisado como parte de um processo mais amplo. Para Gottfried, esse olhar abrangente implica um trabalho árduo e exaustivo e muitos ainda preferem se restringir à perda numérica dos habitantes na Europa. Tal explicação baseia-se em concepções errôneas, mas profundamente arraigadas, pois, foram os golpes sucessivos da segunda pandemia que projetaram as mudanças mais nítidas e profundas (GOTTFRIED, 1989).

Outro autor que reforça a perspectiva de uma história natural para a Peste Negra é Emmanuel Le Roy Ladurie. Em sua obra *Historia del clima desde el año mil*, o autor dá ao clima um grande destaque. Segundo sua teoria, os aspectos econômicos pouco influenciaram o advento da peste; pelo contrário, foram influenciados por ela a partir do momento em que houve um resfriamento em toda a Europa. Assim, para explicar o surto de pandemias, dentre elas, a Peste Negra, Ladurie distingue as transformações climáticas. Conforme Ladurie:

[...] las desastrosas epidemias de peste, pulmonar o bubónica, ocurridas durante los siglos XIV y XV – y de cuya existencia nadie duda –, entre los distintos factores, fueron de una eficacia más temible, como causa de ciertas caídas, que cualquier hipotética onda de frío o humedad (LADURIE, 1991, p. 21).

As chuvas constantes prejudicaram muito esses indivíduos. Para o autor, o clima chuvoso ocorrido depois de meados do século XII desencadeou uma mudança de

²⁵ Cf. Gottfried, “Durante el decenio de 1930, y tal vez bajo la influencia de los hechos contemporáneos, los historiadores empezaron a disminuir un tanto el papel del gran fenómeno natural. Algunos marxistas, como el ruso E.A. Kominsky, creyeron que la peste no fue más que parte de una crisis general de la economía y la sociedad rural que se centraba en torno de la estructura social jerárquica de Europa. Esta opinión fue abrazada por algunos marxistas (1989, p. 16).

temperatura na Europa, afetando sua agricultura. Não se podia mais plantar. A Europa conheceu a fome.

Entre las muchas causas que pudieron provocarla, se suele citar, en efecto, por lo menos a modo de hipótesis, la frecuencia de los años húmedos, que empezaron cerca de 1320 y continuaron durante todo el siguiente siglo. Lo que esos años húmedos pudieron causar es la destrucción y descomposición de las cosechas y las vendimias, lo que habría empujado a las zonas rurales del Occidente hacia la depresión e incluso el hambre, a partir de la primera década del siglo XIV y por más de 100 años... (LADURIE, 1991, p. 21-22).

Tem-se desde então uma sequência lógica estabelecida pelos fatores naturais. Uma sociedade como a florentina certamente suportaria, com um pouco de dificuldade, um período de chuvas. Com certeza, poderia até ter uma má colheita, porém, com um pouco de economia doméstica, logo se restabeleceria a ordem para as próximas colheitas. O fato é que, como mostra Ladurie, foi um período de chuvas constantes e a Europa desse momento entrou em um ciclo malthusiano de pobreza. A população crescia em proporções geométricas, enquanto a agricultura de desenvolvia em proporções aritméticas. Segundo Fagan (2009), no decorrer desses anos, em boa parte do norte da Europa, a produção de cereais deve ter caído cerca de um terço; nos rebanhos, por causa de doenças, como a peste bovina e a fasciolíase, trazida pela umidade do tempo, estima-se que as perdas tenham chegado até 90%²⁶. Essa baixa na produtividade acarretou um aumento dos produtos agrícolas em até 80%, acelerando o declínio nos níveis de vida. Milhares de pessoas passavam fome, chegando, segundo Ladurie, a praticar o canibalismo²⁷.

²⁶ De acordo com Fagan: “As frutas apodreciam nas árvores saturadas; as costas e os lagos de peixes foram devastados, tudo isso fora o estrago causado às culturas industriais, como o linho. Pelo menos 30 milhões de pessoas corriam o risco de desnutrição. Ninguém sabe exatamente quantos europeus morreram de fome e doenças relacionadas, mas houve pelo menos 1,5 milhão de mortos, pobres em sua maioria.

²⁷ Cf. Ladurie “[...] gran cuenca cerealera del norte de Francia, confirmó en cierto modo la idea de un deterioro del clima, pero no obliga a pensar en una degradación de las cosechas con consecuencias desastrosas para la vida humana. Ciertamente, la década de 1310 fue muy húmeda: los diluvios de 1315 inundaron por igual cosechas, viñedos, sembradíos y salinas y tuvieron en ese momento consecuencias espantosas. La cosecha de granos de 1316 fue miserable y faltó alimento; los ingeniosos panaderos, a falta de harina, mezclaban en el pan que fabricaban estiércol de puercos y palomas; todo se encareció, los huevos llegaron a venderse en Limoges a un *denier* la pieza; millones de pobres murieron de hambre y por epidemias en Francia, Flandes, Alemania e Inglaterra. En la Gran Bretaña y en Livonia se registraron actos de canibalismo” (1991, p. 22).

De fato, houve um período em que a fome se fez presente no mundo Europeu. De acordo com Harder (2003), entre 1339 e 1375, pelo menos quatro grandes fomes teriam atingido essa população. Nas palavras de Harder:

Entre 1339 y 1375 se sucedieron cuatro grandes hambrunas, cuyas consecuencias quizá no habrían sido mucho más desastrosas que las del siglo anterior de no haber venido acompañadas de numerosas guerras. (HARDER, 2003, p. 125)

Assustadores ou não, durante a Idade Média, as pilhagens e o canibalismo não eram práticas desconhecidas em tempos de penúrias. Georges Duby (1998) reproduz a narrativa de um monge durante uma crise de fome decorrente das constantes chuvas que atingiram Borgonha durante o século XI:

No início, diz ele, houve intempéries excepcionais, tinha chovido tanto que não se pode semear nem lavrar a terra, de tal modo que a colheita foi péssima. Havia-se guardado um pouco de grãos para as sementes, mas, no ano seguinte, a mesma coisa. Chuva, chuva, chuva... E no terceiro ano, mais nada. Então, diz ele, foi assustador, comia-se qualquer coisa. Quando se comeram as ervas, os cactos; quando se acabou de comer as aves, os insetos, as serpentes; então, conta ele, as pessoas puseram-se a comer terra e, depois, comeram-se umas às outras. Desenterram os mortos para comê-los. (DUBY, 1998, p. 29)

A intensidade das chuvas ocorridas durante um longo período fez com que muitas pessoas morressem sem ter o que comer ou que ficassem extremamente debilitadas, morrendo por outra causa. O sistema imunológico, por falta dos nutrientes e vitaminas, não era resistente às doenças mais comuns. Assim, um único resfriado era capaz de atingir e levar à morte uma família inteira. Contudo, segundo Harder (2003), nem as fomes nem as guerras foram tão assustadoras quanto a Peste Negra. Principalmente porque foi acompanhada das duas primeiras, ela se tornou ainda mais catastrófica. Conforme o autor:

Con todo, las hambrunas y las guerras fueron asuntos menores en comparación con el horror de la Peste Negra de 1348, que golpeó

Italia cuando la resistencia de sus habitantes se hallaba ya muy mermada [...] (HEARDER, 2003, p. 126)

Em tese, esses autores possuem uma perspectiva semelhante. Ou seja, acreditam que só a catástrofe em si não seria capaz de desestabilizar a ordem social. Portanto, vários outros fatores, interferindo diretamente com a Peste Negra, contaminaram a população da Baixa Idade Média.

De acordo com Gottfried, um deles foi a queda de temperatura. A mudança no tempo teria acarretado uma migração de animais infectados com a Peste da Ásia central para a Europa. O autor classifica essa forma de contaminação como causa ecológica. Afirma que esses animais contaminados que chegaram na Europa foram transmissores tão importantes quanto os fatores comerciais (GOTTFRIED, 1989, p. 86).

Gottfried e Ladurie partilharam a mesma perspectiva. Eles são consensuais ao afirmar que, após meados do século XIII, a Europa passou por um resfriamento climático e também por uma constante cadeia de chuvas. Tais fatores foram decisivos para que o *Yersinia Pestis* se desenvolvesse²⁸. Esse tipo de vírus consegue resistir por muito mais tempo em climas frios, proliferando-se rapidamente. Com as chuvas, veio também a umidade, que foi outro fator positivo para a reprodução do bacilo. Segundo Piazza (2002), a umidade ideal para um bom desenvolvimento do germe é de 90 a 95%. Por incrível que pareça essas eram as características do clima na Europa após o século XIII.

Foi notável a desarticulação causada pela Peste tanto nos campos quanto nas cidades. Como a Itália era mais desenvolvida em termos citadinos do que outras regiões, com certeza foi a que mais sofreu perdas ao longo desses quase cem anos de calamidades. Segundo Boccaccio, algumas cidades quase desapareceram com a violência da peste. Em um momento de sua obra, o autor chega a registrar mais de 100 mil vidas ceifadas:

[...] a crueldade do céu foi tal e tanta [...] que, entre março e julho, mais de cem mil criaturas humanas tem por certo que foram tolhidas da vida, dentro dos muros da cidade de Florença? Nesse total se incluem tanto os indivíduos levados pela força da pestífera enfermidade, como os que, enfermos foram mal atendidos, ou se viram abandonados às suas contingências, devido ao medo que os são nutriam. (BOCCACCIO, 1956, p. 31)

²⁸ De acordo com Gottfried, “A mediados del siglo XIII, las cosas empezaron a cambiar. Muchos de estos cambios fueron socialmente inducidos, pero otros se debieron al ambiente: los más importante fueron los cambios de clima (GOTTFRIED, 1989, p. 62).

Ainda que Jean Delumeau (1989: 109) afirme que a quantificação apresentada por Boccaccio seja exagerada, para nós, uma coisa é certa. De uma perspectiva psicológica, ele torna possível pensar como seus contemporâneos citadinos imaginavam a intensidade daquele horror. Mas não foram apenas as cidades que foram dizimadas. Os campos não ficaram tão isentos assim. De acordo com Giuliano Conte, embora elas tenham sido as que mais sofreram em comparação com o campo, a desarticulação campo-cidade acarretou um processo de intensa urbanização no grupo dos camponeses. Ou seja, o campo também não ficou tão imune às transformações causadas pela Peste. De acordo com Conte, uma das maiores perdas está ligada à manufatura:

[...] a carência de mão-de-obra que atinge as profissões artesanais pôs em movimento um processo bastante vasto de urbanização dos camponeses, atraídos para as cidades pelo abrandamento dos vínculos restritivos que limitavam o acesso às corporações artesanais, agora pelo contrário, bastante dispostas, pela exiguidade da força de trabalho, a aceitar novos aspirantes a artesãos. Esse fenômeno de fuga dos campos veio somar-se ao dado objetivo da queda da taxa de aumento demográfico que, a partir do início do século XIV, interrompe bruscamente a tendência para o crescimento iniciado no século XI, tendo como resultado o colapso da economia feudal. (CONTE, 1976, p.29)

A fuga campo-cidade se intensificou ainda mais com a peste, acarretando uma defasagem enorme na mão-de-obra agrária. Se, por um momento, desconsiderarmos a riqueza peculiar da Itália e pensarmos na Europa como uma sociedade basicamente agrária, teremos uma noção maior da amplitude do estrago ocorrido.

As consequências econômicas da peste negra decerto não encontraram em parte alguma da Europa a atenção e a descrição de que foram objeto ali, e nem podia ser de outra forma. Só um florentino podia nos transmitir como a população, em função da sua redução, esperava o barateamento das mercadorias e como, em vez disso, o preço dos gêneros básicos e os salários sobram; como, de início, as pessoas simples não queriam mais trabalhar, mas apenas viver bem; como criados e criadas só podiam ser obtidos pagando-se salários altíssimos, como os camponeses só queriam cultivar melhor as terras, deixando intocadas as de pior qualidade; e como as enormes heranças legadas aos pobres, por ocasião da peste parecem inúteis, uma vez que estes

havam, em parte, morrido e, em parte, não eram mais pobres. Por fim, em decorrência de uma grande herança. (BOCCACCIO, 1956, p. 33)

As transformações climáticas afetaram todas as instâncias da sociedade, principalmente a Igreja. A grande maioria, que acreditava que tais males eram enviados por Deus para punir os homens, começou a questionar tais condições. Muitos indivíduos estavam sensíveis a novas ideias, prontos a acreditar em qualquer pessoa que lhes falasse com certa autoridade. Segundo Piazza (2002), a fé tinha sido minada pela patente falta de confiança por parte dos próprios médicos. Muitas vezes, afirma ele, o ceticismo abria caminho para alguma coisa primitiva e violenta. Questionar então se realmente a divindade estaria no controle da peste torna-se cabível, na medida em que tanto leigos quanto eclesiásticos são vítimas da mortandade. Em Boccaccio, vemos essa dualidade de opinião que dividia os homens:

[...] havíamos chegado ao ano profícuo da Encarnação do Filho de Deus, de mil trezentos e quarenta e oito, quando, na egrégia cidade de Florença, mais bela do que qualquer outra cidade itálica, sobreveio a mortífera pestilência. Por iniciativa dos corpos superiores, ou em consequência das nossas ações iníquas, esta pestilência, lançada sobre os mortais por justa ira de Deus e para nossa expiação, começara nas plagas orientais, alguns anos antes. Essa pestilência privara aquelas plagas de inumerável quantidade de pessoas vivas. Sem tréguas, passara de um lugar a outro; e expandira-se miseravelmente para o Ocidente (BOCCACCIO, 1956, p. 27).

Nessa citação, Boccaccio mostra que seus contemporâneos acreditavam que estavam sendo punidos por Deus por dois possíveis motivos: a) por suas ações; b) pela forma como os governantes estavam agindo. Porém, não havia muito a questionar. A peste estava ali, era inimaginável antes, mas se tornara realidade. Lançava todos em um horror apocalíptico. Delumeau afirma que, nesse período, havia vários indícios de que uma angústia escatológica pairava sobre a população (DELEMEAU, 1989, p. 219). Acreditava-se realmente que o mundo iria acabar, senão o mundo, que pelo menos todos os homens iriam morrer. Huizinga nos dá detalhes do que ocorria no Norte:

Um profundo pessimismo em relação às coisas terrenas: é esse o ânimo com que se encara a realidade diária; tão logo a alegria de viver

pueril ou o prazer cego desaparecem diante da reflexão (HUIZINGA, 2010, p. 53).

De acordo com o autor, o pessimismo desses indivíduos era comum. Quase todos declaravam não ver nada além de desgraça e sofrimento. Sempre esperavam pelo pior, tinham convicção que ele viria. Ainda nas palavras de Huizinga, “Aqueles que enfrentavam a dura rotina diária e decidiam expressar sua opinião sobre a vida, costumavam somente citar tristeza e desespero. Viam o tempo tendendo ao fim e tudo o que é terreno, à perdição.” (HUIZINGA, 2010, p. 47)

3.2. Outros fatores ligados à transmissão da Peste Negra

Além dos fatores ecológicos, precisamos elencar alguns fatores de ordem social. A habitação foi um dos fatores que podem ser considerados agravantes para a intensificação da peste. Podemos adicionar também a higiene, pois as duas se afetam na mesma medida. Quando estudamos a Idade Média, de um modo geral, podemos afirmar que a vida dos camponeses era similar em toda parte. Independentemente da região, as relações de poder e/ou de trabalho eram muito parecidas. Ainda que tal afirmação requeira algumas ressalvas, o mesmo se poderia afirmar do contexto citadino.

A habitação medieval seguia um padrão comum. François Guizot nos informa sobre a arquitetura e as dependências da casa de um burguês medieval. Segundo o autor:

Eis qual era a construção de uma casa de burguês do século XII, tanto quanto hoje podemos inteirar-nos disso: em geral, três andares, uma só peça em cada andar; o térreo servia de sala onde a família fazia as suas refeições. O fato mais notável desta construção é que o primeiro andar era muito elevado, como forma de segurança. Nesse andar havia um cômodo no qual o burguês, o senhor da casa, vivia com sua mulher. A casa era quase sempre flanqueada por uma torre em cada ângulo, em geral quadrada, ainda um sintoma da guerra, um meio de defesa. No segundo andar, um cômodo cujo uso era incerto, mas que servia provavelmente para as crianças e o resto da família. Em cima, frequentemente, uma pequena plataforma, destinada evidentemente para servir de observatório. (GUIZOT, 2005, p. 38)

A habitação descrita por Guizot era exclusiva de um segmento relativamente abastado da sociedade, a saber, a burguesia, mas as casas dos grupos menos favorecidos financeiramente não se distinguiam muito desse padrão. A diferença maior talvez seja o número de andares. Como as desses últimos seria mais humilde, conseqüentemente, seriam formadas apenas por um espaço, assemelhando-se às nossas divisões modernas. Era formada por um único recinto, como se fosse um pequeno armazém ou depósito. Não continha divisões como as nossas, mas, em geral, as duas formas obedeciam a uma planta comum, que se modificava de acordo com os recursos de cada um, ou os do humilde camponês ou os do nobre senhor. Segundo Piazza (2002) esse modelo era utilizado em todo o continente europeu.

Em um mesmo espaço coexistiam os animais de criação e a família. Pelo desenvolvimento do período, os móveis eram muito poucos. Em toda a casa havia apenas uma janela, que ficava fechada o ano inteiro devido ao frio do continente europeu. Para um aquecimento mais completo, era instalada no centro da casa, uma fogueira. Normalmente era feito um buraco no teto sobre ela para que a fumaça saísse. Porém, ao mesmo tempo em que liberava a fumaça, isso possibilitava a entrada de água da chuva. Isso gerava um apodrecimento nas palhas com que normalmente os pisos dessas casas eram feitos.

De acordo com Piazza (2002), as camas dessas residências eram mais largas que compridas, podendo dormir nelas até oito pessoas. Esse era um ambiente propício para a proliferação do bacilo. Tais condições faziam com que a habitação se tornasse um local extremamente insalubre. Quando um integrante da família adoecia, era certo que os demais também fossem contaminados. Fica evidente, portanto, que esse ambiente era propício para que a peste se alastrasse de forma rápida.

Além de esses locais serem superlotados, a higiene familiar nesse período era muito precária. Os esgotos eram abertos, sem nenhuma proteção. Era bem possível que, por descuido ou peripécia do destino, um ou outro tomasse um banho de fezes. Boccaccio conta uma história, que a princípio parece ser bem engraçada, mas que, numa percepção mais focada, é um exemplo das condições sanitárias da baixa Idade Média.

Atendendo ao costume natural de se dispor do peso supérfluo que trazia no ventre, indagou, do menino, onde é que aquela tarefa se fazia. O menino mostrou-lhe uma portinhola, que havia a um dos cantos do quarto; e disse:

- Entre por ali.

Andreuccio entrou, com toda segurança; por acaso, porém, pôs um dos pés sobre a tábua; a parte da tábua, em que se firmou, ficava do lado de lá da trave de apoio da própria tábua; assim, a tábua empinou-se no ar e virou de ponta cabeça; e juntamente com ele, foi lá para baixo. Deus amava tanto o rapaz, que, caindo, nenhum mal ele sofreu, embora caísse de bem alto; entretanto, emporcalhou-se de todo com a imundície de que o lugar estava cheio.

Para que vocês entendam com mais clareza aquilo que se disse e aquilo que se dirá a seguir, vou indicar como o lugar se encontrava.

Havia um vão estreito, como esses que frequentemente se vê que existem entre duas casas. Sobre duas pequenas traves, que iam de uma casa a outra, viam-se algumas tábuas pregadas; e nelas ficava o lugar de a gente se sentar. A tábua, com a qual Andreuccio caiu, era uma dessas duas. Vendo-se, pois, lá embaixo, no desvão, ele tratou de chamar o menino; [...] (BOCCACCIO, 1956, p. 89)

Esse é um excerto da quinta novela da segunda jornada. Boccaccio, ainda que sem a intenção de descrever as condições de higiene da época, nos oferece uma das mais representativas seleções para que possamos imaginar quão precárias eram essas condições.

Outra curiosidade a respeito das condições de higiene está ligada ao banho. Segundo Piazzi (2002), durante toda a Idade Média, o banho em excesso era considerado prejudicial. Com uma particularidade: excesso, nesse caso, significava tomar mais de dois banhos por ano. É possível, então, imaginar o odor dos corpos que impregnava o ambiente. Sem falar nas roupas. Tanto por sua escassez quanto pela cultura, essas também eram lavadas no máximo duas vezes ao ano.

Considerando esses fatores, é possível entender que as expectativas desses indivíduos quando adoeciam eram mínimas. Eles viam pessoas com os sintomas da peste morrerem em questão de poucas horas. Huizinga afirma que um pouco desse pessimismo diante da vida está ligado à vontade divina. Segundo o autor, o cansaço e a desilusão de viver eram reflexos da espera pelo fim do mundo. Portanto, a soma de fome, guerra e peste em uma trindade abalava o ânimo pela vida. Nas palavras do autor:

No pessimismo desses indivíduos saturados, desiludidos e cansados, existe um elemento religioso, mas de pouca importância. Certamente o seu desgaste com a vida também é reflexo da espera pelo fim do mundo, o qual, devido ao ressurgimento da pregação popular das ordens mendicantes por todos os cantos, havia se precipitado nos ânimos com uma nova ameaça e imaginação realçada. Os tempos sombrios e confusos, as misérias crônicas das guerras eram bem

apropriadas para reforçar essa ideia. Parece que nos últimos anos do século XIV houve uma crença popular de que, desde o Grande Cisma, ninguém mais havia sido aceito no paraíso. (HUIZINGA, 2010, p. 53)

Conforme essa citação, a Peste não trouxe apenas a morte, o que já seria muito. Trouxe o desespero de achar que Deus tinha abandonado aqueles homens. Aliás, além de abandoná-los, tinha a intenção de puni-los. Era uma punição geral pelos males que eles tinham causado à humanidade. Junto a ela, o horror provocado pelas guerras entre o reino da Borgonha e o reino da Grã-Bretanha, ou por seus rumores. Essa guerra, contando os períodos de paz e de luta, é denominada de Guerra dos Cem Anos. Mas foi a Peste que deu o tom maior a essa desilusão. O seu poder de contaminação era tão rápido e eficaz que Boccaccio a compara com o fogo.

Esta peste foi de grande violência; porque ela se lançava contra os sãos, partindo dos enfermos, desde que enfermos e sãos ficassem juntos. A peste procedia, assim, de maneira não diversa da maneira pela qual procede o fogo; o fogo passa às coisas secas, ou untadas, quando elas lhe ficam muito próximas. (BOCCACCIO, 1956, p. 28)

Notamos aqui o destaque do autor para a rapidez e a voracidade da Peste. Ao mesmo tempo, fica claro por que algumas medidas drásticas foram tomadas em relação aos enfermos. Em sua narrativa, Boccaccio conta que, com as pragas, a cidade ficou imunda, sendo preciso que as autoridades tomassem alguma atitude. Foram, portanto, contratados alguns funcionários para retirar os cadáveres dos indigentes da beira das estradas. É importante notar que tais medidas foram ineficazes. A velocidade com que a peste se alastrava foi tamanha que se chegou ao limite de controlar a entrada das pessoas em Florença.

Segundo a historiografia, de um modo geral, cerca de $\frac{1}{3}$ da população da Europa foi dizimada. Embora essas cifras sejam de extrema importância, não iremos nos ater a elas, pois o que nos importa realmente são os aspectos psicológicos decorrentes da peste. Desse ângulo, o pânico não teria sido menor se a cifra fosse $\frac{1}{4}$ ou até mesmo $\frac{1}{2}$ dos indivíduos. Contudo, antes de abordarmos mais especificamente os horrores causados pela Peste Negra na mentalidade geral daquele povo, tratemos um pouco mais de sua historicidade.

3.2.2 A Peste Negra também tem história

Segundo Hearder, em 1346, já haviam chegado rumores de uma terrível epidemia que estaria devastando a Índia, o Oriente Próximo e a Crimeia. O próprio Boccaccio refere-se a esses rumores. Segundo ele, a peste era muito mais antiga do que os seus efeitos sobre a sociedade europeia. Durante muitos anos antes de sua chegada efetiva nos portos italianos, ela estava na boca das pessoas, mas considerada como um perigo distante. É novamente Boccaccio quem nos oferece os detalhes da sua entrada na Europa:

[...] começara nas plagas orientais, alguns anos antes. Essa pestilência privara aquelas plagas de inumerável quantidade de pessoas vivas. Sem tréguas, passara de um lugar a outro; e expandira-se miseravelmente para o Ocidente. (BOCCACCIO, 1956, p. 27)

Com a chegada da peste no Ocidente, a mentalidade das pessoas referente à saúde mudou. A partir de então cuidados passaram a ser tomados. Primeiro se fecharam alguns portos e se isolaram os navios infectados. Todavia tais medidas foram inúteis. A *Península Itálica* se fizera uma boa hospedaria da doença. O mal já encontrara seu lugar em terras italianas e se recusara a sair dali durante longos séculos. Dali ela atingiria o resto do Ocidente central e continental, deixando vestígios por onde passava.

Os primeiros relatos acerca da Peste remetem a uma grande batalha travada entre tártaros e comerciantes genoveses na cidade de Caffa. Essa cidade, por se localizar nas proximidades do Mar Negro, era um excelente ponto de comércio entre a Ásia Menor e a Europa. Alvo de disputas constantes, uma das maiores batalhas medievais enfrentadas por essa região da Criméia ocorreu por volta de 1346. Como a doença tivesse atingido toda sua população, os tártaros não hesitaram em atacar os comerciantes genoveses, que eram considerados responsáveis pelo contágio.

Contudo, durante a estratégia tártara de sitiá-la a cidade fortificada de Caffa, seus exércitos foram dizimados pela doença. A estratégia teve de ser revista. Sem esperanças de êxito naquela batalha, os tártaros optaram por outro tipo de vingança, muito mais mortífera. Ao regressarem de Caffa, eles deliberaram que os genoveses deveriam sentir a intensidade daquela dor. Assim, as catapultas gigantes já não eram mais usadas em batalhas, tinham recebido outra função: a de lançar sobre os muros da cidade fortificada os corpos pestilentos.

Porém, os genoveses lutariam até o último instante para não deixar que a peste caísse sobre eles. À medida que os cadáveres pútridos se abatiam sobre o solo da cidade, eram retirados e lançados ao mar. O esforço foi em vão. Devido ao sítio lançado sobre a cidade, esta se tornou ainda mais vulnerável à doença. Em um tempo muito menor do que o esperado, o vírus contaminou os genoveses.

O pânico tomou conta dos habitantes de Caffa. Ao verem a peste se instalando com muita facilidade naquele local, os genoveses perceberam dois fatos: a debilidade física causada pelo vírus era enorme e esse enfraquecimento os impediria de outra batalha contra os tártaros. Tal pensamento os trouxe de volta ao Mediterrâneo, mas já não vieram sozinhos. Traziam consigo o *Yersinia Pestis*²⁹, vírus que mudaria toda a história da Europa.

Segundo os relatos encontrados, foi por volta de outubro de 1347 que a Europa de fato entrou em contato com a peste. Nesse ano, a frota de navios genoveses desembarcou em Messina, nordeste da Sicília. Até então, como costume de uma cidade portuária, esperava-se que os navios trouxessem mais um montante de especiarias, como seda, temperos, ouros, etc., porém, esses não eram como os demais. Os portuários notaram a incidência de mortos nos navios. Também notaram que, como se não bastasse a mortandade, outros tantos encontravam-se adoentados. Perceberam que se tratava da doença que rondava os arredores da Europa e o mais depressa possível começaram a repelir os tripulantes desses navios.

Todavia, foram medidas sem êxito. O mínimo contato era suficiente para transmitir a doença. O vírus se alastrava pelo porto. Pior, ao vagarem sem rumo pelas águas mediterrânicas, essas galés levavam o *Yersinia Pestis* por onde passavam. Segundo Piazza (2002), de nada adiantou impedir que os tripulantes desembarcassem nos portos. Os ratos deixavam as galés assim que as amarras eram fixadas. Até aquele momento, desconhecia-se que esses animais eram também transmissores da peste.

Nem dinheiro, nem pedidos de intercessão divina surtiram efeito sobre a peste. No momento em que ela desembarcou nas repúblicas italianas a vida daqueles indivíduos mudou drasticamente. O cronista Michel de Piazza fez uma das primeiras descrições dos horrores jamais vistos até então. De acordo com o cronista, por volta de 1348, ancoraram em Messina alguns marinheiros com os sintomas de peste. Eles se encontravam em estado lastimável. A dor era atroz. Além de manchas negras por todo o corpo, também apresentavam em alguns pontos linfáticos inchações que purgavam pus e sangue. Eram os bubões, ou

²⁹Cf. o historiador Jean Noel Biraben, o *Yersinia Pestis* é uma bacilo de forma ovóide, longo, de 1 a 1,5 microns, gram negativo, imóvel, capsulado, aeróbico e facultativamente anacróbico que se desenvolve em variados meios de cultura à temperatura ideal de 25 graus Celsius. Os bacilos da peste mortos, ou vivos, são tóxicos para o homem, mas essa toxidade é variável dependendo de vários fatores (BIRABEN apud PIAZZO, 2002, p.21).

ínguas. Segundo ele, os arrebatados pela doença eram vítimas da morte em pouco tempo. Cinco a sete dias era o prazo máximo estimado para a vida desses pestilentos.

Michel de Piazza também relatou algumas diferenças da doença. Nos enfermos em que o vírus não apresentava as reações mencionadas era a febre que levava à morte³⁰. Porém, essa nunca vinha sozinha também: era acompanhada de uma tosse constante com expectoração de catarro sanguinolento. Devido à febre, suavam muito. Sentiam dores pelo corpo, calafrios, náuseas, sede e sensação de esgotamento. Por perderem a tonicidade muscular, sua fraqueza era tamanha que caíam de cama, quase que imediatamente. A vida desses era ainda mais curta. Num espaço de três dias, quiçá menos, a morte vinha buscá-los. Segundo as novelas de Boccaccio, algumas pessoas morriam em poucas horas.

Quantos homens de valor, quantas lindas mulheres, quantos moços galhardos – que teriam sido considerados mais do que são por Galeno, Hipócrates ou Esculápio, além de outros – almoçaram pela manhã, com os respectivos parentes, os companheiros, os amigos, e, depois, na tarde que se lhe seguiu, foram jantar no outro mundo, com os respectivos antepassados. (BOCCACCIO, 1956, p. 31)

Ao mencionar que até mesmo os melhores médicos da história da humanidade não eram capazes de fazer nada em relação à pestilência, Boccaccio, mais uma vez, aponta para os efeitos psicológicos da doença. Nesta passagem, o novelista deixa claro que até os que, por sua idade e condição social, deveriam apresentar maior resistência eram, junto com os demais, vítimas do vírus. Desse modo, se do ângulo psicológico esses indivíduos sentiam-se incapazes de lidar com a doença, entre os médicos, a incompetência era ainda maior. Em uma passagem de *O Decamerão*, Boccaccio deixa explícita a ineficiência da medicina:

No tratamento das referidas enfermidades, nem conselho de médico, nem virtude de remédio algum, parecia proporcionar cura, nem proveito. Ao contrário. Ou a natureza do mal nada disso tolerava, ou a ignorância dos curandeiros não sabia de onde partir e, por conseguinte, não se aplicava o remédio devido. Dos curandeiros, além dos cientistas, a quantidade se havia tornado enorme. Entre eles figuravam mulheres e homens que nunca tinham recebido, jamais, qualquer instrução sobre Medicina. Não somente é exato que eram poucos os que saravam, mas também é verdade que, ao contrário

³⁰ De acordo com Piazza (2002), a febre chegava com muita frequência a elevar a temperatura corporal à 40° Célsius.

desse, quase todos, ao terceiro dia do aparecimento dos sinais acima apontados, morriam. Uns morriam mais cedo; outros mais tarde; a maioria expirava sem qualquer febre, nem outra complicação. (BOCCACCIO, 1956, p. 28)

Segundo essa passagem, um acometido pela Peste não tinha mais o que esperar além do fim próximo. O mal era tamanho que nem os mais experientes nas artes da cura conseguiam aplacá-lo. O medo do fim imediato era tremendo e qualquer possibilidade de se ver livre dele era válido. Boccaccio menciona a grande incidência de charlatões.

Assim, tudo adquiriu um ar de melancolia. Não se esperava mais pela vida. Os acometidos pela doença, além dos sintomas já mencionados, eram tomados por um profundo sentimento de angústia e desespero. Os ainda saudáveis eram presa de um constante espírito de medo, já que não sabiam quanto tempo ainda restaria até que a doença os encontrasse. Segundo Huizinga, era essa a situação na Baixa Idade Média, de maneira geral. A melodia, segundo o autor, é totalmente antagônica. Tudo é extremado. E isso é notado nos vários documentos deixados por esses homens.

Será que essa sociedade foi de fato mais infeliz do que as outras? Às vezes pode-se acreditar nisso. Onde quer que se procure o legado dessa época – nos historiadores, nos poetas, nos sermões, nos tratados religiosos e em documentos notariais –, com poucas exceções, encontramos apenas lembranças de brigas, ódio, maldade, ganância, selvageria e miséria. Pergunta-se: essa época apreciava apenas crueldade, altivez e intemperança; será que para ela nunca houve uma doce alegria e uma felicidade tranquila? É bem verdade que cada época deixa mais rastros de seu sofrimento do que de sua felicidade. Suas desgraças se tornam sua história. (HUIZINGA, 2010, p. 47)

Pelo que o autor apontou, as faces desses homens só conheciam a dor. A intensidade desses sentimentos aumentava à medida que a peste se alastrava pelo continente europeu. Em todas as manifestações do espírito aparecia apenas melancolia. Aliás, segundo o autor, qualquer reflexão, fantasia ou explicação para a tristeza estavam fundidas na palavra ‘melancolia’. Ou seja, qualquer reflexão séria do espírito seria sombria.

Mas não era para menos. Tudo era morte nos anos que se seguiram à Peste Negra. Boccaccio foi uma testemunha ocular de que, no momento em que a Peste atingiu seu pico, ver cadáveres pela rua era algo que não mais espantava ninguém, justamente porque eles

estavam em todos os lugares e, na grande maioria, em decomposição. Como mostra Boccaccio:

Iam de um lugar para outro, uns carregando flores nas mãos, outros ervas odoríferas, e outros ainda, diversos tipos de especiarias; as ervas eram levadas ao nariz, por se considerar ótima coisa o confortar o cérebro com os seus odores. Era como se todo o ar se afigurasse tomado e infectado pelo mau cheiro dos corpos mortos, das enfermidades e dos remédios (BOCCACCIO, 1956, p. 29)

A situação chegou a esse ponto não por causa da ineficiência do poder público, mas por dois outros motivos. Primeiro, os coveiros não davam conta de enterrar tantos corpos ao mesmo tempo, de cavar tantas covas. Houve relatos de que em uma cova tinham sido enterrados todos os integrantes de uma família. Segundo, o descaso dos familiares. Os parentes já não se preocupavam em enterrar os seus. O choro pela perda de um ente querido era substituído pelo medo de ser o próximo da lista. Ao invés de socorrer, fazia-se o oposto, fugia-se. A morte configurava o cotidiano. Ela deixou de ser considerada como uma liquidação de contas e/ou uma forma natural da vida. A visão de que ela era um julgamento transformou-se em sofrimento, de sono eterno, em carniça e putrefação.

A partir da Peste Negra, a morte deixou de representar um balanço, uma liquidação de contas, um julgamento, ou ainda um sono eterno, para se tornar carniça e podridão, não mais o fim da vida e o último suspiro, mas morte física, sofrimento e decomposição (ARIÈS, 1990, 344)

Nas palavras de Ariès, podemos notar uma mudança abrupta na mentalidade dos indivíduos. A Peste Negra, com sua ação mortífera, trouxe para a sociedade como um todo a mentalidade de que a morte era algo inevitável. A própria representação da morte começou a se modificar durante esse período. O esqueleto cadavérico e putrefato tomou o lugar da assustadora e horrenda mãe dos mortos. Se a Peste não trouxe o fim do mundo, foi, no mínimo, responsável por estremecer toda a estrutura consolidada dos valores sobre a vida e a morte.

3.2.3. A Peste Negra e a Transgressão dos valores morais

Dois comportamentos completamente antagônicos começaram a ganhar destaque. Perdidos em meio às calamidades causadas pela Peste, uns se entregavam ao ascetismo e outros optavam pela vida boêmia. Os que optavam pela vida santa evitavam todo o tipo de luxúria e vaidade. O dinheiro parecia não fazer diferença na vida dessas pessoas. Faziam o possível para se isolar do mundo. Só saíam de suas casas para fazer o necessário. Até a Igreja passou a ser evitada por uma parcela desses indivíduos. Eles sabiam que o mínimo contato com um pestilento seria suficiente para levá-los à morte.

Não somente o falar e o tratar como os enfermos davam, aos sãos, a enfermidade, por causa da morte comum, mas também o ato de se bulir na roupa, ou em qualquer outra coisa que houvesse sido tocada, ou usada por aqueles doentes, parecia transferir, a quem bulisse, a enfermidade mencionada. [...] Asseguro que foi de tanta potência a peste descrita, no capricho de passar de um mortal a outro, que não somente de homem a homem ela se transferia; chegou muitas vezes a fazer, visivelmente, o que adiante se afirma, e que é muito mais: a coisa do homem enfermo, ou morto de tal enfermidade, quando tocada por outro ser, animal, fora da espécie homem, não somente o contaminava, mas também o matava dentro de muito breve espaço de tempo. (BOCCACCIO, 1956, p. 28)

Com base na descrição de Boccaccio, é possível traçar um arquétipo dessas pessoas. Ficavam reclusas. Limitavam-se às paredes da casa a fim de fugir dos enfermos. Estes provocavam nojo, independentemente do grau de parentesco ou da amizade que possuísem com os sãos. Não se entretinham com absolutamente nada que tivesse um ar pecaminoso. Ficavam em casa e oravam a maior parte do tempo. A única diversão consistia em algumas músicas. Detinham-se a comer alimentos leves e o mais simples possível. Eram reservadas e procuravam o máximo possível viver os dias que restavam com serenidade e tranquilidade em meio a tantas catástrofes.

Havia pessoas que advertiam que o viver moderado e o evitar toda superfluidade muito contribuía para se resistir àquele mal. Estas pessoas, compondo o seu grupo exclusivista, viviam separadas de todas as outras. Recolhiam-se e fechavam-se em casas onde nenhum

enfermo houvesse estado. Não procuravam viver melhor. Faziam uso temperado de alimentos delicados, bem como vinhos excelentes. Fugiam a todo ato de luxúria. Não se entregavam a conversas com quem quer que fosse, nem queriam ouvir qualquer caso de morte, ou de enfermidade, dos que se encontravam do lado de fora da casa que ocupavam. Entretinham-se com músicas e com prazeres que pudessem auferir. (BOCCACCIO, 1956, p. 28).

De acordo com o novelista, à população que ainda continuava com vida pouca esperança restava. Os que conseguiam fugir, não hesitavam. Os que ficavam devido às condições financeiras ou por achar que não haveria lugar para onde pudessem ir para escapar à ira de Deus, que lançava os males sobre os homens, tratavam de se preservar trancafiando-se. Caso fossem acometidos pela doença, ficariam ali sozinhos até morrer.

Um segundo grupo identificável na leitura de trechos de Boccaccio buscava exatamente o oposto. Esses tinham abandonado a própria vontade de viver. Por não esperarem nada além do pós-morte, contentavam-se em aproveitar cada minuto de sua existência na terra. Por não saber se iam acordar vivos ou não, os integrantes desse grupo não se preocupavam mais com a morte. Faziam questão de andar de um lado para o outro procurando os prazeres da vida. Tudo era excesso. Se bebiam, o faziam até cair. O importante era gozar a vida. Qualquer que fosse o prazer, o tempo era curto e não queriam morrer sem concretizá-lo.

Outras pessoas, induzidas a formar opinião contrária a esta, afirmavam que eram remédios eficazes, para tal mal, o beber em abundância, o gozar intensamente, o ir cantando de um lado para o outro, o divertir-se por todas as formas, o satisfazer o apetite fosse lá do que fosse, e o rir e o zombar do que acontecesse, ou pudesse acontecer. Como diziam, assim faziam, da maneira que se lhes tornasse possível, de dia e de noite. Ora iam a uma taverna, ora a outra; bebiam sem modos e sem comedimentos. E mais ainda o faziam na casa dos outros, obrigando-os a ouvir o que eles tivessem vontade ou gosto de dizer. E podiam fazer isto sem maiores cuidados, porque cada qual – (quase como se não tivesse mais de viver) – já havia deixado ao abandono as suas coisas, assim como havia deixado ao abandono a própria pessoa. (BOCCACCIO, 1956, p. 28-29)

Com esse segundo grupo, a degradação dos valores morais chegou a Florença. A Peste Negra foi responsável por incutir na mente desses indivíduos um pessimismo muito grande. Ao se perder a vontade de viver, perderam-se consequentemente os valores. O limite da coerção passou a ser desprezado, o proibido, ignorado. Boccaccio descreve como essa

sociedade passou a se comportar. Mostra nitidamente o ponto em que essas transformações entre o comportamento moralmente aceitável e o amoral passaram a ser mais visíveis. Segundo o autor, as pessoas já não cuidavam de sua individualidade. Desrespeitavam todos os limites entre o privado e o público, fazendo do primeiro um local comum. A sociedade florentina encontrava-se imersa em um verdadeiro caos. Nas palavras de Boccaccio:

Em consequência, a maior parte das casas passou a ser morada em comum; usava-as o estranho, que nelas entrasse, como as teria usado o próprio dono delas. E, com todo este comportamento bestial, estas pessoas sempre fugiam dos enfermos, na medida do possível. (BOCCACCIO, 1956, p. 29)

Todas as manifestações do espírito da vida se alteraram. O certo se relativizou. Não existia mais espaço para o interdito ou, se existisse, este era naturalmente desrespeitado. O pior estava por vir. As relações de parentesco se dissiparam. Os irmãos já não se reconheciam. Pais abandonaram seus filhos à mercê da sorte. A mulher abandonou o marido. Aliás, tal fato é o que mais indigna Boccaccio.

Deixamos de lado a circunstância de um cidadão ter repugnância de outro; de quase nenhum vizinho prestar cuidados a outro; de os parentes, juntos, raras vezes, ou nunca, se visitarem, e, quando se visitavam, ainda assim só o fazem de longe. Esta atribulação tinha entrado, com tamanho espanto, no peito dos homens e das mulheres, que um irmão abandonava outro; o tio abandonava o sobrinho; a irmã, a irmã; e, com frequência, a esposa desertava do seu marido. Os pais e as mães sentiam repugnância de visitar e de servir os filhos como se estes não fossem seus (e esta é a pior coisa, quase inacreditável). (BOCCACCIO, 1956, p. 29).

O nível de degradação dos valores era altíssimo. Não se faziam mais valer os graus de parentesco. A família desaparecera por completo. Aliás, não só a família, mas quase todas as relações estavam abaladas. De acordo com Huizinga, a Igreja da Baixa Idade Média considerava que o sagrado estava em declínio. A peste, a fome e a guerra foram cruciais para o enfraquecimento do poder eclesiástico. A onda de calamidades que atingiu a sociedade europeia fez com que os indivíduos repensassem o lugar do sagrado em suas vidas. Assim, pelo fato de a vida cotidiana temporal e a espiritual serem extremamente ligadas nesse

período, a última também se banalizou (HUIZINGA, 1978). Não que o local sagrado tivesse deixado de existir e que todas as pessoas tivessem perdido a confiança na divindade. O fato é que, ainda que existissem lugares para a profissão de fé, muitos dos indivíduos que seguiam até a Igreja já não a frequentavam com o propósito de *religere*. Segundo o próprio autor, tornava-se muito comum que os rapazes e as moças utilizassem a Igreja como ponto de encontro.

Já na primeira novela, Boccaccio apresenta uma desses encontros. Sete moças e os três rapazes conhecidos entre si encontram-se em uma Igreja. O autor também mostra a trivialidade desse tipo de ação. A Igreja medieval nesse período era um lugar comum. Após as missas, era ali que esses jovens tratavam dos assuntos do cotidiano e até namoravam:

Reunidas, não por entendimento prévio, e sim por acaso, numa das dependências da igreja, elas se sentaram quase em círculo. Depois de vários suspiros, e de terminada a recitação dos padre-nossos, puseram-se a conversar entre si, sobre as condições do tempo e sobre outras coisas mais (BOCCACCIO, 1956, p. 32).

É interessante destacar outro momento do relato de Boccaccio: a entrada desses rapazes na Igreja.

Enquanto estas conversações se desenrolavam entre as mulheres, eis que três moços assim, a ponto de ser de menos de vinte-e-cinco anos a idade do mais jovem deles. Neles a perversidade do tempo, a perda dos amigos, o desaparecimento dos parentes, o medo de si próprios, não tinham conseguido, já não digo apagar, mas sequer esfriar, os impulsos do amor (BOCCACCIO, 1956, p. 33, grifos nossos).

Nessa passagem podemos notar os sentimentos comuns encontrados nesses lugares. Vários são os tipos de olhares lançados dentro desse espaço. O desejo carnal encontrava-se também na Igreja. Os impulsos do amor ainda se encontravam em alguns jovens e a Igreja era um dos lugares de encontrar como saciá-los. A banalização do local sagrado se fez forte principalmente nesse período. A missa era apenas uma das desculpas

para que homens e mulheres se encontrassem. Segundo Huizinga, escutar os pregadores era algo muito raro:

Já mencionamos quanto barulho faziam durante a missa pessoas que blasonavam de ser mais polidas do que as outras. O uso de fazer da igreja um ponto de reunião de rapazes e moças era tão universal que só os moralistas se escandalizavam com isso (HUIZINGA, 1978, p. 149).

Para além dessas afirmações apontadas por Huizinga, há quem diga que as igrejas foram alvo de prostitutas³¹.

Para entendermos essas questões apontadas pelo historiador, devemos considerar a Igreja no âmbito institucional, pois só assim perceberemos o quanto, no século XIV, comparativamente a momentos anteriores, essa instituição deixara de ser aceita.

Pensá-la como instituição é justamente compará-la ao aspecto que ela assumiu após a queda do Império Romano. Nesse momento (século V), o seu poder como instituição era grande, uma vez que já não havia o Estado Romano organizando a sociedade. Porém, no século XIV, o Estado que vinha se fortalecendo desde o Império de Carlos Magno entrara em confronto com o poder institucional eclesiástico³², sucessivamente.

Ora, uma instituição só permanece no poder porque os indivíduos a legitimam (OLIVEIRA, 1997). Se ela começa a falhar constantemente ou não atende mais aos interesses individuais do grupo que a valida, paulatinamente vai sendo desacreditada, perdendo sua credibilidade. O desrespeito perante a instituição passa a predominar.

A Igreja, nesse momento histórico (século XIV), tinha começado a enfrentar obstáculos. No processo de transformação social, ela não estava mais sendo tão bem aceita pela sociedade em geral. As sucessivas pestes e calamidades sociais, a guerra, o poder dos

³¹É interessante notar que o simbolismo sagrado não estava mais presente de forma vigorosa nas Igrejas da Cristandade do final da Idade Média. Segundo Jeffrey Richards, em sua obra: *SEXO, DESVIO e DANAÇÃO: As minorias na Idade Média*, a Igreja Medieval por muitas vezes foi ponto de busca das prostitutas: “As prostitutas procuravam fregueses nas tavernas, praças, casas de banhos, até mesmo nas igrejas” (RICHARDS, 1993, p. 121).

³² Cf. Oliveira, em *O debate político acerca da separação dos poderes no Ocidente medieval: a atuação dos intelectuais*, o debate político começa a ganhar espaço na história da Europa a partir do momento em que “a vida e as questões vitais da sociedade passaram a ser eminentemente cidadinas” (OLIVEIRA, 2007, p. 236).

reis³³ e o poder da Inquisição³⁴ faziam com que os indivíduos desse período se aborrecessem com as autoridades eclesiásticas.

Na realidade, toda a Europa passava por um processo de corrosão, não só quanto aos preceitos religiosos, mas também quanto às leis morais e políticas. A própria Florença era alvo de tais acusações.

Novamente a literatura nos dá um escopo da mentalidade da época. Quem narra agora, com profundo pessimismo, o que ocorre entre o fim do século XIII e o início do XIV, antes mesmo da grande Peste penetrar em Florença, é Dante Alighieri. Segundo ele, aquela cidade tinha produzido um dos piores grupos políticos que existira. A corrupção era imensa.

Alegra-te, Florença, pois és tão grande
que por mar e por terra tua fama bate asas,
e pelo inferno teu nome se espalha!
Entre os ladrões encontrei cinco dos teus
cidadãos, o que me cobre de vergonha
e por certo isso não eleva a tua honra. (*Inf.* XXVI, 1-6)

O *Inferno* é uma obra repleta de críticas à sociedade corrompida de Florença. Lá Dante encontra as piores personalidades do seu momento político. Porém, as situações que ele cria mostram que a degradação dos valores não se restringia à esfera política. A vida religiosa também merecia severas críticas. Os papas, bispos, padres, freis, enfim ninguém escapou da pena de Dante.

O próprio Burckhardt, que não dispensava elogios aos italianos, reconhece que a degradação encontrada nesse lugar não se assemelhava a nenhuma outra. A Itália inteira, na visão desse autor, era motivo de profundo escárnio. Ali se formavam os indivíduos mais perversos daquele momento. Nas palavras de Burckhardt:

³³ Marc Bloch escreveu uma obra de fundamental importância para compreendermos a importância do poder do rei nessa esfera: *Reis e Taumaturgos*.

³⁴ Cf. Oliveira: “Deve-se observar que o surgimento da Inquisição [...] constitui um indício de que as formulações da Escolástica não estavam mais sendo encaradas como a expressão das questões dos homens. Por isso, não eram aceitas de modo pacífico por eles. Surge, então, a necessidade de se impor pela força o que até aquele momento era naturalmente aceito, verificando-se, assim, a transformação dessas mesmas formulações em dogmas” (OLIVEIRA, 2002, p. 48).

Na realidade, a Itália transformara-se em uma escola de injúrias desde então, sem paralelo no mundo, nem mesmo na França de Voltaire. Não que faltasse a este último e a seus contemporâneos o espírito da negação, mas de onde teriam podido tirar, no século passado, a profusão de vítimas adequadas, aquele incontável número de seres humanos alta e peculiarmente desenvolvidos, celebridades de toda a sorte – estadistas, eclesiásticos, inventores e descobridores, literatos, poetas e artistas – que, ademais, dessem livre razão a sua peculiaridade? (BURCKHARDT, 1991, p. 130)

E ainda:

Conforme já foi dito, Florença, com seu grande mercado da fama, encontra-se algum tempo à frente de todas as demais cidades. “Olhos perspicazes e línguas maldosas” são as características atribuídas aos florentinos. Um leve escárnio em relação a tudo e a todos era, possivelmente, o tom predominante no cotidiano. (BURCKHARDT, 1991, p. 130-131)

Nesse contexto, Boccaccio surge como educador. Contrário à percepção de mundo de seus contemporâneos, o autor de *O Decamerão* tem a percepção de um protagonista da história. Ele sentiu e experimentou todos os prazeres e desprazeres de seu tempo histórico. Por isso, é uma fonte ocular, um crítico que refletiu sobre os novos olhares de mundo criados com a peste e que marcaram sobremaneira o olhar de seu tempo. Boccaccio se revela um educador quando descreve sua sociedade, seus contemporâneos e mostra como ela se transformara em meio aos novos conflitos existentes; quando mostra que os valores morais que se fizeram tão imprescindíveis até aquele momento estavam caindo por terra. É ele que, por meio de seus relatos, apresenta todo um estudo dos valores que deveriam estar presentes nas atitudes humanas, com ou sem Peste, preocupando-se tornar pública sua visão crítica do mundo que o cercava. Esse posicionamento faz de Boccaccio um educador. Veremos a seguir como tais características aparecem em algumas de suas novelas.

4. BOCCACCIO E A EDUCAÇÃO DO HOMEM MEDIEVAL

Esta última parte é destinada à análise de uma seleção de novelas de *O Decamerão* de Giovanni Boccaccio. Nossa intenção é mostrar como ele representou o homem medieval do século XIV, como este enfrentou o novo momento vivenciado em sua sociedade, como governava suas emoções e criava outra maneira de compreender a vida. Assim, pensando a educação em suas múltiplas faces, entendemos que o modo como o autor expressou a história de seu tempo e como apontou as premissas básicas para uma vida virtuosa faz de sua obra uma fonte para a história da educação. A literatura produzida por esse autor nos auxilia a compreender as atitudes daqueles homens no contexto das transformações que ocorriam.

Como foi produto daquele período e, por conseguinte, fez alusão aos valores daquele momento, essa obra permite identificar o comportamento daqueles homens, compreender como eles entendiam e interpretavam sua própria natureza, como enxergavam o vício, e, por conseguinte, a virtude.

Na análise das novelas, utilizaremos a concepção de educação informal exposta por Libâneo (1994). Segundo este autor, o ato de educar é produzido nas mais diferentes esferas da sociedade, decorrendo do fato de os homens existirem e se relacionarem. Acontece em qualquer lugar e a todo instante, sendo as relações entre os indivíduos imprescindíveis para que eles se integrem socialmente.

Dessa perspectiva, *O Decamerão* é uma fonte extremamente rica para a análise do fenômeno educativo, especialmente porque as ações do cotidiano representadas nessa obra são propícias à identificação desse fenômeno. Nas várias novelas escritas por Boccaccio é possível captar a essência da vida cotidiana e consequentemente os valores daqueles homens, ou seja, o que o contexto compreendia como virtude e vício.

Boccaccio, à medida que escreve sua obra, reflete e critica aquele momento histórico. Ao mesmo tempo em que descreve a ação dos indivíduos na sociedade, expressa a concepção de moralidade que julga ser importante passar aos leitores, os quais podem se ver nos outros que estão ali representados. Estes leitores, por sua vez, ao refletir sobre a leitura que fazem da obra, podem transmitir aos seus pares aquela forma de ver o mundo. Com isso, o modo de pensar sobre o certo e o errado, sobre o justo e o injusto, poderia ser assimilado por um número maior de pessoas.

Conforme Oliveira (2011), é comum, quando se abordam os debates travados na Idade Média, considerar a discussão sobre o que é ou não é pecado como prerrogativa da religiosidade. Tal pensamento, de acordo com a autora, deve ser revisto: a discussão deve ser colocada em um âmbito mais amplo, uma vez que está intimamente ligada ao ensino sobre o comportamento dos indivíduos. Nas palavras da autora:

Em geral, quando se pensa nos debates medievais acerca do pecado, considera-se comumente que se trata de uma contenda travada no âmbito da religiosidade e não nos atemos para o fato se de tratar de uma discussão que envolve o ensino sobre comportamentos. (OLIVEIRA, 2011, p. 124)

De acordo com essas palavras, precisamos compreender que ensinamentos desse teor, restritos à ótica da religião tornam-se empobrecidos.

No caso de Boccaccio, é claro que, por ele ser parte do mundo cristão, sua categorização de virtude e vício estava intimamente ligada à ótica religiosa. Todavia, em suas novelas, as manifestações habituais – do dia-a-dia – expressam muito mais do que o aspecto religioso. Não se trata, portanto, apenas de uma reflexão religiosa sobre a virtude e o vício. Suas narrativas nos levam a compreender como os indivíduos se organizam e, paralelamente, como entendem essa organização.

Nelas está representada a experiência da vida cotidiana, toda uma gama de expressões, modos de agir, vestir, pensar, etc., enfim, como os indivíduos compreendiam o mundo e com ele se relacionavam.

A literatura proporciona uma figuração das questões sociais vividas pelos indivíduos, uma transformação dos sentimentos em palavras. Ela faz com que se reflita sobre os comportamentos que os homens adotam diante dos problemas que lhes são impostos, como reagem a eles e os resolvem.

Na obra boccacciana, a forma de cada indivíduo resolver seus problemas é um indicativo de seu caráter. Por isso, podemos aqui nos referir aos juízos de valor formulados por Aristóteles para distinguir o caráter do homem. Fazer um paralelo entre esses dois autores é, a nosso ver, essencial para discutir o conceito de educação que buscamos, uma vez que ambos relacionam a virtude e o vício ao hábito³⁵. É importante mencionar, inclusive, que os

³⁵ Cf. Oliveira, “É preciso ressaltar que entendemos por hábito os comportamentos que os homens praticam no seu cotidiano.” (OLIVEIRA, 2011, p. 124)

textos aristotélicos foram amplamente difundidos no período de Boccaccio. A grande maioria dos letrados, como Tomás de Aquino, Marcílio de Pádua e Dante Alighieri, por exemplo, teve acesso a esses textos.

Desse modo, analisaremos primeiramente os conceitos aristotélicos de virtude e vício. Com essa fundamentação conceitual, poderemos analisar as novelas de *O Decamerão*, procurando encontrar algumas semelhanças entre as disposições de caráter apresentadas nos textos de Aristóteles e as das personagens descritas por Boccaccio.

Segundo o filósofo grego, seis tipos de caráter definem as ações e os desejos humanos, a saber, o incontinente, o continente, o virtuoso, o vicioso, o bestial e o super-humano. Os dois últimos são mais raros. O super-humano, porque, segundo o filósofo, estaria ligado a uma espécie de excelência moral sobre-humana, ou seja, a uma espécie heroica e divina. (*E.N.* VII, 1145 b) O bestial, porque não traz em seu espírito nem deficiência nem excelência moral, ou seja, não possui nada que o ligue à moral em escala humana:

Então, da mesma forma que a deficiência moral em escala humana é chamada simplesmente deficiência moral, enquanto a que está além da condição humana não é chamada simplesmente deficiência moral, mas lhe acrescenta a restrição ‘bestial’ ou ‘morbida’ [...]. (*E.N.* VII, 1149 a)

Por isso, o bestial também está fora da esfera da reflexão sobre a ação dos homens³⁶. Para o filósofo:

[...] é raro encontrar uma pessoa divina – para usar o epíteto cunhado pelos espartanos, que quando admiram extraordinariamente um homem o chamam de “homem divino” – da mesma forma o tipo bestial também é raro entre os homens; encontrando-os principalmente entre os bárbaros, mas algumas características também são provocadas por doenças ou retardamento, e às vezes também aplicamos este nome aviltante às pessoas cuja deficiência moral ultrapassa a do homem normal (*E.N.* VII, 1145 b).

Devido à raridade desses tipos de caráter, o filósofo afirma que devemos nos abster de qualquer discussão a respeito, até porque fará mais mal à humanidade um ser que

³⁶ Segundo Aristóteles, nesse grupo de pessoas estão aquelas que são “ irracionais por natureza e vivem valendo-se apenas dos sentidos são bestiais, como as pertencentes a algumas tribos remotas de bárbaros, enquanto as alienadas em consequência de doença (por exemplo, de epilepsia) ou de demência, são mórbidas” (*E.N.* VII, 1149 a)

possui uma deficiência moral (o vicioso) do que um bestializado, por exemplo. (*E.N.* VII, 1150 a). É o que veremos mais à frente.

Sobre os tipos de caráter continente e incontinente, propusemo-nos apenas a fazer breves considerações, uma vez que eles não se relacionam aos objetivos de nossa pesquisa. O tipo de caráter continente, resumidamente, seria o daquele indivíduo que abandona sua escolha em função da reta razão. É a pessoa que não se deixa dominar pela emoção. Nas palavras de Aristóteles: “É dotada de continência uma pessoa que permanece firme em relação à razão ou a uma escolha de qualquer espécie [...]” (*E.N.* VII, 1151 b). Já o incontinente seria aquele que se deixa levar pelos desejos “[...] as pessoas incontinentes não conseguem permanecer firmes em relação à razão porque se comprazem demais com os prazeres do corpo [...]” (*E.N.* VII, 1152 a). Resumindo, Aristóteles diria que tanto a continência quanto a incontinência estão relacionadas aos excessos, uma vez que as pessoas continentas permanecem inexoravelmente firmes em suas resoluções e as incontinentes, menos firmes em suas resoluções do que a maioria.

Tendo feito essas breves considerações a respeito dos tipos de caráter bestial, super-humano, continente e incontinente, voltamo-nos para os dois tipos de caráter relacionados ao tema deste capítulo, a saber: o vicioso e o virtuoso.

Para Aristóteles, tanto a virtude quanto o vício são disposições de caráter; a opção por uma ou pelo outro decorre do hábito³⁷. Para o estagirita, ninguém nasce com excelência moral (virtuoso) ou deficiência moral (vicioso), ou seja, tais disposições não são humanas por natureza. O filósofo acrescenta que a virtude é, portanto, como as demais coisas da vida, o que aprendemos por meio da experiência. Ele sustenta a ideia de que todas as coisas que temos de aprender aprendemos fazendo. Nas palavras do estagirita:

[...] quanto às várias formas de excelência moral, todavia, adquirimo-las por havê-las efetivamente praticado, tal como fazemos com as artes. As coisas que temos de aprender antes de fazer, aprendemo-las fazendo-as – por exemplo, os homens se tornam construtores construindo, e se tornam citaristas tocando cítara; da mesma forma, tornamo-nos justos praticando atos justos, moderados agindo moderadamente, e corajosos agindo corajosamente. (*E.N.* II, 1103 b)

³⁷ “Quanto à excelência moral, ela é o produto do hábito, razão pela qual seu nome é derivado, com uma ligeira variação, da palavra ‘hábito’.” (*E.N.* II, 1103 a)

Dessa concepção aristotélica deriva que é por meio das várias experiências cotidianas que o homem aprende o certo e o errado, o que é justo e injusto, bom e mal, etc., ou seja, é “[...] na prática de atos que temos de engajar-nos justos ou injustos [...]” (*E.N.* II, 1153 b). Desse modo, ao praticarmos atos bons, tornamo-nos virtuosos, em contrapartida, a prática de atos maléficos torna-nos viciosos.

Esse posicionamento é perceptível logo nas linhas iniciais de *O Decamerão*. Na primeira novela, o autor conta a história de um homem chamado Sr. Ciappelletto, o homem mais cruel e perverso que já tinha pisado sobre a terra. Quanto mais sofrimento suas ações trouxessem para as outras pessoas, mais feliz ele se tornava em seu estado de espírito. Era de sua índole enganar. Nada lhe trazia mais satisfação do que burlar a lei. Nas palavras de Boccaccio:

Ciappelletto era desta vida. Sendo notário, sentia enorme vergonha quando um dos seus documentos era considerado outra coisa que não falso (como se fossem poucos os que assim fazia). De tais documentos falsos, ele sentia-se capaz de fazer tantos quanto lhe fossem pedidos; com mais prazer ainda fazia os que lhe davam de graça, do que aqueles pelos quais pagavam, mesmo generosamente. Prestava depoimentos falsos em juízo, com enorme deleite, quando era e também quando não era solicitado.

Naquele tempo, na França, dava-se fé indiscutível aos juramentos. E, como ele não se importava em jurar falso, acabava ganhando, por esperteza, tantas questões quantas fossem aquelas em que o chamavam para dizer a verdade, sobre a sua fé de notário (BOCCACCIO, 1956, p. 38).

O pior, segundo Boccaccio, eram as constantes blasfêmias que ele proferia contra Deus. Não era hábito desse senhor frequentar as missas e os lugares santos. Aliás, outro dos seus prazeres era justamente blasfemar contra os santos e os sacramentos da Igreja. O vício encontrava-se em seu âmago. Nada lhe trazia mais alegria do que praticá-lo. Se precisasse, juraria em falso, sem peso nenhum na consciência. Com esse ato, ele violava totalmente os princípios daquele tempo.

No conto, Boccaccio o apresenta como uma pessoa sem limites, que transgredia todas as regras sociais. Com base nas categorias de valores de Aristóteles, podemos inferir que Ciappelletto era um tipo de caráter vicioso, pois entregava-se à satisfação de seus prazeres, comportando-se como aquele indivíduo que faz o mal e sente-se bem em fazê-lo. Para Aristóteles, essas são as características da deficiência moral. Nas palavras do

estagirita: “[...] o homem que se entrega a todos os prazeres e não se abstém de qualquer deles torna-se concupiscente.”. (*E.N.* II, 1104b)

Podemos assim depreender que Ciappelletto, por sempre ter buscado transgredir as normas morais em busca do prazer individual, tinha adquirido uma disposição para o vício. No desfecho da novela, esse homem, em pleno leito de morte, realizou mais uma de suas malvadezas: enganou um frei local, falando de disposições morais que não tinha e, após o seu fim terreno, conseguiu a beatificação. Como justificativa, Ciappelletto declarava que um pecado a mais ou a menos não iria fazer diferença no total de débito que contraíra com Deus. Em um dos diálogos, ele afirma:

Em vida, pratiquei tantas injúrias a Deus Nosso Senhor, que, se eu Lhe fizer mais uma, agora, no momento da minha morte nenhuma diferença isso constituirá. Portanto, tratem de fazer vir para cá um frade, santo e valoroso – o mais santo e valoroso que puderem encontrar, se é que algum existe nessas condições. (BOCCACCIO, 1956, p. 39)

Dessa forma, à medida que a novela avança, a confissão de Ciappelletto ao padre torna-se aos olhos do leitor, que já fora introduzido na história, cruel e sagaz. O homem usava de toda a artimanha para enganar o ‘santo homem’. Fica claro, na passagem, que Ciappelletto sabia que estava agindo contra a moral e mesmo assim não recuava. Sua vontade era realmente agir daquela maneira. Para realizar seus desejos, deixava de lado o que deveria ser feito.

De acordo com Aristóteles, tal característica é tipicamente classificável dentro da imoralidade, ou seja, da disposição para o vício. Estaria situada, segundo o pensador, no campo da perversidade do indivíduo, pois, mesmo racionalmente reconhecendo que uma ação é justa e correta, age contrariamente a ela, julgando que a satisfação dos seus desejos se sobrepõe a tais atos. O indivíduo tende à deficiência moral por deliberação. Age contrariamente à moral porque quer agir assim

Todas as pessoas perversas, com efeito, ignoram o que deve fazer e aquilo de que devem abster-se, e o erro desta espécie torna as pessoas injustas e em geral más. (*E.N.* II, 1111 a)

Segundo a citação, o ato de realizar, por livre e espontânea escolha, uma ação que não condiz com os princípios morais instituídos é o que imputa ao indivíduo o caráter de mau.

Em outra novela boccacciana, esse tipo de perversidade parece ficar mais claro. Na segunda novela da quarta jornada, Boccaccio narra a história de um imolense chamado Berto della Massa. De acordo com os juízos de valor imputados pelo autor a essa personagem, Berto parece ter disposição maior para o vício:

Existiu, pois, nobres mulheres, na cidade de Ímola, um homem de vida desregrada e corrupta, que se chamou Berto della Massa. Seus atos reprováveis se fizeram muito conhecidos dos imolenses, a tal ponto que não somente na mentira, mas também na própria verdade, quando dita por ele, ninguém mais acreditava. (BOCCACCIO, 1956, p. 20)

As atitudes de Berto eram tão reprovadas pelos outros imolenses que ele se viu obrigado a mudar para Veneza. Nessa cidade, ainda impelido pela disposição para o vício, Berto tratou de se tornar católico e conseguir em uma paróquia local a posição de frade menor. Porém, como nos diz Aristóteles, a disposição para os prazeres do corpo cresce com os indivíduos desde a tenra idade, sendo impossível desvencilhar-se dela de uma hora para outra. Somente com o tempo, portanto, seriam os homens capazes de mudar seus hábitos. “Agir bem”, segundo o estagirita, “é raro, louvável e nobilitante”. Justamente devido à raridade de tal disposição dos indivíduos é que precisamos sempre e incessantemente praticar a virtude. Para Aristóteles, então:

[...] quanto a excelência moral, ela é o produto do hábito, razão pela qual seu nome é derivado, com uma ligeira variação, da palavra “hábito”. É evidente, portanto, que nenhuma das várias formas de excelência moral se constitui em nós por natureza, pois nada que existe por natureza pode ser alterado pelo hábito. [...] Portanto, nem por natureza nem contrariamente à natureza a excelência moral é engendrada em nós, mas a natureza nos dá a capacidade de recebê-la, e esta capacidade se aperfeiçoa com o hábito. (*E.N.* II, 1103 a)

Com base nesse excerto de Aristóteles, podemos afirmar que Berto não poderia ter abandonado sua disposição para o prazer tão rapidamente, ainda que suas ações

parecessem mostrar isso. Ou seja, nenhum sentimento que não começa do dia para a noite, ou seja, que acompanha o indivíduo ao longo de sua vida, se finda da noite para o dia. Isso requer esforço, perseverança e acima de tudo tempo. Para que o homem abandone a ação concupiscente e a substitua pela nobilitante, é necessário que adquira o hábito de se dispor para a virtude. A novela mostra-nos, portanto, que devemos rejeitar acreditar naqueles indivíduos que prometem uma mudança abrupta de personalidade, como era o caso de Berto.

Percebendo que suas maroteiras não davam mais resultados, Berto ficou desesperado e mudou-se para Vinégia [outra forma de dizer Veneza] que é cidade receptora de todas as fealdades. Ali, tratou de encontrar nova forma para a realização dos seus atos malvados, coisa que não fizera em outra parte. E quase como pessoa que estivesse sentindo remorso pelas más ações perpetradas no passado, mostrou-se acometido de uma infinita humildade; fingiu tornar-se mais católico do que qualquer outro homem; apresentou-se e conseguiu fazer-se frade menor, passando a chamar-se Frei Alberto da Ímola. Nesta qualidade, começou a acentuar as aparências de vida áspera, praticando e recomendando ao extremo a penitência e a abstinência. Não admitia nem mesmo quando não lhe era servido o que lhe agradava dentro de tal critério, que se pensasse que ele passaria a comer carne, ou a beber vinho. Ninguém jamais observou que, ele de ladrão, de rufião, de falsário e de homicida, que era, se transformara subitamente em grande pregador, sem haver entretanto abandonado os vícios anteriores, desde que os pudesse por em prática às escondidas. Além disto, fazendo-se padre, passou a proceder da seguinte forma: sempre que se encontrava no altar, e que celebrava os ofícios divinos, procurava observar bem; se havia muita gente olhando para ele, chorava copiosamente a Paixão do Salvador, pois pouco lhe custavam as lágrimas, quando ele queria derramá-las. Em breve tempo, ele com suas prédicas e com suas lágrimas, soube engordar por tal forma os vigenianos, que se tornou fiel comissário e depositário de todo testamento que ali se fazia. Tornou-se, igualmente, guardador dos dinheiros de muita gente, confessor e conselheiro da quase totalidade dos homens e das mulheres do local. Procedendo desta maneira, transformou-se de lobo em pastor; e sua fama de santidade, por aquelas bandas, se fez ainda maior do que jamais fora a fama de São Francisco de Assis. (BOCCACCIO, 1956, p. 20, grifos nossos)

Esse excerto, ainda que extenso, é fundamental para mostrar que os conceitos aristotélicos estão implícitos na obra boccacciana. Assim como Aristóteles afirma que somente pelo hábito um indivíduo conseguirá uma disposição para a virtude, Boccaccio aponta para a impossibilidade de uma pessoa, que age conforme os desejos, alterar o seu comportamento de forma repentina e realizar ações que visam a excelência moral. De acordo

com Aristóteles, somente se torna justo um indivíduo que pratica atos justos. Tais ações valem para todas as outras coisas que necessitam da deliberação humana. Nas palavras do filósofo:

É correto, então, dizer que é mediante a prática de atos justos que o homem se torna justo, e é mediante a prática de atos moderados que o homem se torna moderado; sem os praticar, ninguém teria sequer remotamente a possibilidade de tornar-se bom. (*E.N.* II, 1105 b)

Além de mostrar que Berto era um indivíduo que tendia deliberadamente para o vício, essa novela se faz importante por mais dois motivos. Primeiro, refere-se à falta de critérios na escolha dos indivíduos que adentravam o mundo eclesiástico, o que poderia explicar por que a Igreja era frequentemente criticada: de um lado, essas pessoas eram descobertas e, de outro, tal prática era frequente. Segundo, a novela mostra que nem mesmo as pessoas que ocupavam cargos estavam isentas do vício. Isso também era discutido por Aristóteles. Para o filósofo, todas as pessoas, independentemente dos cargos que ocupam, estão dispostas tanto para o vício quanto para a excelência moral: “[...] está igualmente ao nosso alcance ser moralmente excelentes ou deficientes.” (*E.N.*, III, 1113 b). Cabe aos indivíduos, por meio da reflexão e da deliberação própria – uma vez que eles não podem ser coagidos – tomar a decisão sobre o certo ou o errado e, assim, de acordo com sua escolha, tornarem-se morais ou imorais.

Tamanha é a ênfase que Boccaccio dá ao tema do vício que muitas seriam as novelas passíveis de ser estudadas detidamente por esse ângulo. Contudo, considerando os limites de nossa proposta, analisaremos apenas mais uma das que, de acordo com a concepção aristotélica sobre as disposições morais dos indivíduos, abordam o tema do caráter vicioso.

Segundo Aristóteles, os desejos são os que mais nos inclinam para o vício. Para o filósofo, os indivíduos, por natureza, aproximam-se muito mais dos prazeres do que da prudência. Isso os leva, de certa forma, a praticar atos que por disposição de caráter os tornam viciosos. Nas palavras do estagirita: “[...] tendemos mais naturalmente para os prazeres, e por isto somos levados mais facilmente para a concupiscência do que para a moderação. (*E.N.* II, 1109 a)

Na décima novela da sua nona jornada, Boccaccio conta de maneira extremamente burlesca a história de um casal que acreditava que o padre Donno Gianni

possuía poderes para fazer feitiços. Este, por sua vez, aproveitou-se da boa fé do casal para satisfazer seus desejos sexuais e manter relações com a mulher do compadre Pedro..

Nos termos de Aristóteles, a atitude do padre seria contrária às disposições morais, pois, dedicando-se a satisfazer seus prazeres desmedidos, ele se afastava da excelência moral.

O prazer o ou o sofrimento superveniente às nossas ações é um indício de nossas disposições morais; efetivamente, as pessoas que se abstêm dos prazeres do corpo e se alegram com a abstenção, são moderadas exatamente por procederem assim, enquanto as pessoas que se irritam com isso são concupiscentes [...] Com efeito, a excelência moral se relaciona com o prazer e o sofrimento; é por causa do prazer que praticamos más ações, e é por causa do sofrimento que deixamos de praticar ações nobilitantes. (*E.N.* II, 1104 b)

Segundo Aristóteles, existiriam dois tipos de pessoas. Aquelas que se abstêm de buscar os prazeres do corpo, dispondo-se para a excelência, e aquelas que não negam os prazeres do corpo, tendendo, portanto, para o vício.

A novela em análise é iniciada com uma mútua amizade entre dois pequenos comerciantes Pedro da Tresanti e padre Donno Gianni di Barolo. Pela amizade, o padre costumava chamar o amigo de “compadre” Pedro e, todas as vezes que este aparecia em Barletta, hospedava-o em sua Igreja. O contrário também ocorria. De quando em quando, o padre Gianni precisava se hospedar na região de Tresanti e não procurava outra pessoa senão o compadre Pedro.

A casinhola de Pedro extremamente humilde, suficiente apenas para ele, sua esposa e o único burro que possuía. No entanto, ele fazia o possível para hospedar bem o companheiro. Tanta era a vontade de bem hospedar o padre Gianni que até sua esposa se sentia comovida com a situação e se oferecia para dormir na casa de uma de suas amigas a fim de que os dois usufríssem confortavelmente da cama. No entanto, pela educação que ostentava, o padre se dizia muito confortável no estábulo, onde poderia passar a noite. Ademais, quando lhe aprouvesse, enfeitiçaria sua égua para que se transformasse em uma mulher e, dessa forma, poderia passar a noite com ela. Ou seja, por meio de alguns feitiços, seria capaz de transformar uma mulher em égua e vice-versa:

– Comadre Gemmata: não se atribule por minha causa; estou muito bem assim; e isto porque, quando me agrada, eu faço com que a minha égua se transforme numa linda mocinha; e então eu me entretenho com ela; depois, quando me dá na telha, torno a fazer com que ela se transforme em égua; por este motivo, não quero separar-me dela. (BOCCACCIO, 1956, p. 150)

As palavras de Padre Gianni adentraram tão profundamente na alma daquela pobre beata que ela teve a ideia de ser transformada em égua. Durante o dia, ela poderia ajudar o marido, que tinha à disposição apenas um burro, e, à noite, voltaria a ser a mulher que era:

– Se o padre é tão seu amigo, como você diz, porque razão você não pede, a ele, que lhe ensine o modo de fazer o feitiço? Se você lhe pedisse, você poderia fazer, de mim, uma égua, e sair a negociar com o burro e com a égua; não ganharíamos o dobro assim? Depois, quando voltássemos para casa, você poderia fazer-me novamente mulher como sou. (BOCCACCIO, 1956, p.150)

Ao ver que, com o pedido de Gemmata, teria algum benefício, Pedro foi logo pedir ao padre que o ensinasse a fazer tal feitiço. Este, muito cauteloso, afirmou que o faria somente porque eram muito amigos, já que tal feitiço não poderia ser revelado a ninguém. Na hora de iniciar o processo pelo qual Gemmata seria transformada em égua, Gianni pediu a Pedro que se mantivesse em absoluto silêncio e não fizesse nada que não lhe fosse dito para fazer. Pedro tomou o lume e ficou atento a todo o processo de transformação. Gianni pediu para que a esposa do hospitaleiro tirasse as roupas e se pusesse na posição em que as éguas são comumente encontradas, a saber, com os pés e as mãos no chão, e lhe deu as mesmas instruções que dera a Pedro. Iniciou-se o ritual:

[...] Passando a tocar, com as mãos, no rosto e na testa da mulher, começou a murmurar:

– Seja esta uma bela cabeça de égua.

Tocando nos cabelos, acrescentou:

– Sejam estes cabelos uma bela crina de égua.

A seguir, tocando nos braços, mandou:

– E estes braços sejam belas pernas dianteiras e belas patas de égua.

Depois, tocando no peito, e encontrando-o bem duro e redondo, sentiu o próprio corpo despertar-se todo; e, endireitando-se, acrescentou:

– E seja isto um belo peito de égua.

O padre Donno Gianni procedeu de igual maneira quando chegou às ancas, ao ventre, à garupa, às coxas e às pernas; por fim, como não lhe restasse coisa alguma a fazer, a não ser a cauda, ergueu a própria camisa, e, tomando da estaca com que plantava criaturas, introduziu-a rapidamente no sulco feito para esse fim, e disse:

– E seja isto uma bela cauda de égua.

O compadre Pedro, que até então havia contemplado atentamente todos os pormenores da marcha da feitiçaria, viu também este último pormenor, que não lhe se afigurou conveniente; e exclamou:

– Oh! Donno Gianni! Eu não quero cauda! Não! Eu não quero cauda!

[...]

– Ai de mim, compadre Pedro! Que foi que você fez? Pois eu não lhe disse que não deveria fazer movimento algum, fosse lá o que fosse que seus olhos vissem? A égua já estava na iminência de ser feita; mas você, falando, estragou tudo; e, já agora, nem sequer há possibilidade de refazer o que foi desfeito. (BOCCACCIO, 1956, p. 150-151)

Dessa forma grotesca, Boccaccio representa como algumas pessoas, pelo desejo da carne, são levadas a cometer os pecados mais sórdidos. A questão do vício está intimamente ligada à concupiscência e, no caso descrito, Gianni aproveitou-se de sua ligação religiosa com o compadre Pedro para satisfazer seus desejos. Valeu-se também da inocência do casal. Agiu de má índole, pois sabia que não possuía nenhum poder mágico para transformar uma pessoa em animal e vice-versa. Ou seja, era um sujeito que, no seu âmago, conscientemente, praticava o mal. Deixava seus desejos falarem mais alto. Da perspectiva aristotélica, Gianni tornava-se perverso na medida em que buscava a realização do seu prazer: “Mas é por causa do prazer e do sofrimento que os homens se tomam maus, perseguindo-os e evitando-os.” (*E.N.* II, 1105 a)

Aristóteles afirma que, por estarmos desde a infância dispostos aos prazeres, temos uma dificuldade imensa de nos livrarmos deles e de tendermos ao seu contrário, o comedimento, ou, nas palavras do estagirita, ao meio termo. Ser virtuoso é muito difícil porque implica agir contra os desejos mais antigos. Segundo Aristóteles:

Ademais, a tendência para o prazer cresce conosco desde a infância; é difícil, por isto, desvencilharmo-nos desta compulsão, arraigada como ela está em nossa vida. Regulamos também nossas ações, uns de nós mais, outros menos, pelo critério do prazer e do sofrimento. (*E.N.* II, 1105 a)

Assim, a excelência moral seria resultado da tentativa de nos livrarmos dos desejos iniciais, que crescem conosco, e de utilizarmos a razão para guiar nossas ações. Nesse sentido, a excelência moral seria uma disposição da alma diretamente relacionada com a escolha de ações e emoções. Boccaccio descreve tais sentimentos e escolhas em suas novelas.

Assim, em outras novelas, o autor aborda a disposição para a virtuosidade. Uma delas é a quinta da primeira jornada, na qual ele representa a atitude da Marquesa de Monferrato que, com um banquete de galinhas e algumas palavrinhas amáveis, reprimiu o amor que um rei da França tinha por ela.

Narra Boccaccio que em Monferrato vivia um marquês com sua esposa, ambos de muito valor. O casal, por suas virtudes, destacava-se de todos os outros :

Por um cavaleiro, foi dito, certa vez, que não havia, sob as estrelas, um casal mais feliz do que o composto pelo referido marquês e sua mulher. Assim como, entre os cavaleiros, o marquês se fizera famoso, pela posse de todas as virtudes, assim também sua esposa, entre todas as esposas do mundo, se pusera em relevo, por sua beleza e dignidade. (BOCCACCIO, 1956, p. 51)

O rei da França, que ouvira falar dos dois, foi despertado pelo desejo ardente de ter com a esposa do Marquês um caso amoroso. Assim, deliberou que, em uma viagem, passaria pela região onde residia o casal e se encontraria com a marquesa. Planejou também um modo de não se encontrar com o marido, de maneira a poder mostrar a ela todo seu amor. Tendo providenciado isso, ordenou que alguns de seus homens fossem à frente para informar a marquesa da visita real e que ela deveria esperá-lo para um jantar. Pela importância dada a um rei, a esposa do marquês respondeu que seria de grande honra e felicidade receber em sua casa uma figura tão importante.

Desse modo, mandou que os homens que se encontravam por ali capturassem o maior número possível de galinhas para preparar o jantar:

A mulher, precavida e astuta, respondeu com visível satisfação, que isso constituía para ela, graça mais elevada do que qualquer outra, e que o soberano de França seria bem-vindo. Logo depois, fez-se pensativa; sentiu-se preocupada com aquilo que poderia significar o fato de um rei tão poderoso a visitar durante a ausência de seu marido. Não se iludiu com a possibilidade de a fama da sua beleza o haver atraído desinteressadamente. Ainda assim, como mulher digna, dispôs-se a prestar-lhe as honras devidas. [...]

Decidiu que se reunissem, sem perda de tempo, todas as galinhas que existissem na região; e mandou que os seus cozinheiros preparassem, apenas com tais galinhas, e só com galinhas, os pratos para o banquete real. (BOCCACCIO, 1956, p.53, grifos nossos)

É preciso esclarecer algo. Por ter disposição para a virtude, a mulher do marquês não podia tomar duas atitudes: primeira, ser covarde diante da presença do rei da França e fazer tudo o que o soberano mandasse; segunda, ser corajosa a ponto de se negar a recebê-lo porque estava sem o marido em casa. Não seria nobilitante tomar uma atitude corajosa ao extremo, nem cabia ser covarde ao extremo. De acordo com as premissas aristotélicas, seria necessário encontrar um meio termo. Ora, parece claro que a Marquesa de Monferrato teve esse equilíbrio. Ela tinha consciência de que era necessário aceitar a presença do rei, pois, se fizesse o contrário, poderia ser punida severamente junto com o marido. Ao mesmo tempo, ela queria permanecer virtuosa e, por isso, procurou um modo de sair da armadilha, sem comprometer o marido e sem comprometer sua própria honra.

Chegado o momento do banquete, o rei notou que, da variedade de pratos que lhe eram servidos, todos eram feitos de galinha. Como o lugar para onde ele tinha ido era abundante em caça e a visita tinha sido marcada com antecedência, ficou intrigado. Assim, perguntou à marquesa se, naquela região, existiam apenas galinhas, sem galo algum. A marquesa, que esperava o momento oportuno para defender sua honra, não achou outro melhor que aquele para fazê-lo:

– Senhora: será que, nesta região, nascem apenas galinhas, sem galo algum?

A marquesa entendeu muitíssimo bem a pergunta. Pareceu-lhe que, de acordo com o seu desejo, Deus Nosso Senhor a houvesse enviado, na ocasião oportuna, para que ela pudesse demonstrar as suas intenções ao rei perguntador. Por isto, voltando-se para o soberano, respondeu, toda segura de si:

–Majestade, não. Ao contrário. As mulheres daqui, embora difiram um pouco das outras, quanto às vestes e às honrarias, são todas feitas exatamente como em qualquer outra parte. (BOCCACCIO, 1956, p. 53)

O rei compreendeu o “virtuoso sentido oculto nas palavras por ela proferidas” (Boccaccio, 1956, p.53) e o motivo pelo qual o banquete tinha sido preparado apenas com

pratos feitos de galinha. Assim, seus intentos em relação à marquesa se esvaneceram, pois ela era uma nobre mulher de muita honra e virtude. Ao terminar o jantar, agradeceu a marquesa por suas honras e rumou para o seu destino.

Nesta novela, é perceptível que Boccaccio quis representar uma pessoa com disposições para a virtude, da mesma maneira que, nos excertos das novelas anteriormente citadas, mostrou pessoas dispostas ao vício. É possível inferir, assim, que, para ele, as pessoas podem optar tanto por ser deficientes morais quanto por ser moralmente excelentes. O ponto é encontrar a medida entre o excesso e a falta, o que é extremamente árduo, mas não impossível.

[...] ser bom não é um intento fácil, pois em tudo não é um intento fácil determinar o meio – por exemplo, determinar o meio de um círculo não é para qualquer pessoa, mas para as que sabem; da mesma forma, todos podem encolerizar-se, pois isto é fácil, ou dar ou gastar dinheiro; mas proceder assim em relação à pessoa certa, até o ponto certo, no momento certo, pelo motivo certo e de maneira certa, não é para qualquer um, nem é fácil; portanto, agir bem é raro, louvável e nobilitante. (*E.N.* II 1109 b)

É por isso que indivíduos virtuosos como a marquesa e Monferrato deviam ser exaltados. Agir conforme a virtude é prerrogativa de pouquíssimas pessoas. A marquesa, como expressa Boccaccio, agiu no momento certo, em relação à pessoa certa e de maneira certa. Nesse caso, poderíamos, segundo as premissas aristotélicas, afirmar que a marquesa de Monferrato tinha disposição para a excelência moral.

Outra novela que mostra um indivíduo virtuoso é a décima da primeira jornada, cuja personagem é o professor Alberto de Bolonha. Narra Boccaccio que tal indivíduo, muito sábio, formara-se em medicina e tinha feito sua vida em Bolonha. Já velho, na idade de setenta anos, apaixonou-se por uma linda viúva de nome Margarida dos Ghisolieri. Tais sentimentos despertaram no médico as chamadas do amor, como se ainda fosse jovem. Por essa razão, adquiriu o hábito de se postar à frente da casa da mencionada viúva.

Muitas das amigas de Margarida logo notaram a intenção do velhote e começaram a caçoar dele. Embora tendo percebido o que as outras moças estavam fazendo, o professor Alberto permaneceu firme em sua decisão e não deixou um só dia de passar em frente à casa da viúva. Ocorreu que, certa vez, as zombeteiras indagaram o médico a respeito desse amor desmedido. Ele ficou enormemente ofendido, mas, em lugar de lhes responder

com o ânimo inflamado de ira ou se afastar de maneira humilhante, ponderou uma maneira de se posicionar.

– Senhora: o fato de eu amar não deve causar maravilha a nenhuma pessoa esclarecida; e menos ainda à senhora, porque a senhora o merece. É verdade que, aos homens idosos, se tolhem, naturalmente, as forças que as exigidas pelos exercícios amorosos; mas nem por isto se lhes tolhe a boa vontade, nem a capacidade de entender o que deve ser amado. Ao contrário. Aos homens idosos, por conhecerem mais a Natureza, cabe a vantagem de possuir mais experiência do que os moços. A esperança que me anima a, mesmo velho, amar a senhora, que é amada por muitos jovens, é esta: muitas vezes estive onde mulheres merendam vi-as enquanto comiam tremoços e alho silvestre. No alho silvestre, como nada lhe presta, o que é menos desagradável é a cabeça; as senhoras, em geral, induzidas por um apetite errado, conservam a cabeça na mão, e comem as folhas; estas folhas não somente não valem coisa alguma, mas até acusam péssimo sabor. Como eu posso saber, minha senhora, se, ao escolher os seus namorados, a senhora não faz o mesmo que faz com o alho silvestre? (BOCCACCIO, 1956, p. 63)

Ora, ao narrar esse episódio, Boccaccio mostra que, de um lado, se o professor Alberto tivesse disposição para o vício, poderia alterar seu ânimo e se insurgir contra aquelas mulheres com as mais terríveis admoestações. Por outro, tendo disposição para a virtude, poderia ficar calado e intimidado diante daquela situação ou proferir muitas palavras que ensinassem aquelas damas a respeitar a sua dignidade. No entanto, Alberto buscou o meio termo entre essas duas situações. Agiu com virtude e respondeu às senhoras com respeito e educação, embora o oposto não tivesse ocorrido da parte delas. Não se deixou guiar, portanto, por alguns instintos que levam os homens, nos momentos de ira, a se exceder e a praticar atos contrários à razão.

Esse, a nosso ver, é o verdadeiro sentido da ação virtuosa. A elevação da capacidade racional do indivíduo ao máximo é uma forma de manter o comedimento. A analogia com a forma como as pessoas se alimentam foi uma estratégia de Boccaccio para mostrar que, em nossas atitudes, devemos nos pautar pelo raciocínio; caso contrário, poderemos cometer muitos erros em nossas vidas. Assim, podemos nos indagar a respeito de nossos atos e encontrar a justa medida, diferentemente das mulheres que agiam por impulso. Segundo Aristóteles:

A excelência moral, então, é uma disposição da alma relacionada com a escolha de ações e emoções, disposição esta consciente de um meio termo (o meio termo relativo a nós) determinado pela razão (a razão graças à qual um homem dotado de discernimento o determinaria). (E.N. II, 1106 b)

Dessa perspectiva, a excelência moral só nos é dada por meio da reflexão. Por sua vez, esta reflexão deve ser constante, na medida em que a virtude é algo tipicamente ligado ao costume e ao hábito. Assim, notamos a preocupação de Boccaccio em mostrar, por meio de suas novelas, um estado de espírito, calmo e agradável, representando indivíduos com disposição para a excelência moral. Em nenhum momento, o professor Alberto fez algo contrário à natureza humana. Em vez disso, arquitetou uma maneira de, por meio de sua fala, fazer com que aquelas damas refletissem sobre a atitude tomada.

Essa preocupação de Boccaccio em remodelar o comportamento das pessoas, por meio do exemplo de suas personagens, pode ser um indicativo de que, no século XIV, a educação estava sendo realizada por meio das próprias inter-relações dos indivíduos. Considerando que os bons valores estavam se esvanecendo, Boccaccio busca retomá-los, apontá-los como pilares para as relações sociais.

Destarte, importa-nos muito os exemplos apresentados por Boccaccio porque também vivemos um momento em que, de certa forma, os valores transmitidos pela tradição e pelas gerações estão desaparecendo. Vivemos sem saber em que modelos devemos nos pautar para atuar com nossos alunos, sem um exemplo de educação a ser seguido. Nas narrativas de Boccaccio, na forma como ele lidou com os seus problemas, encontramos uma maneira de refletir sobre os nossos problemas atuais.

5. CONCLUSÃO

Neste trabalho, não tivemos a pretensão de esgotar as possibilidades de análise da obra *O Decamerão* de Giovanni Boccaccio e das transformações ocorridas no período da Baixa Idade Média. Considerando que as novelas boccaccianas comportam um sem-número de outras análises, optamos por considerá-las como uma das mais ricas fontes para se compreender os costumes e os hábitos dos homens medievais e consequentemente o papel da educação nas inter-relações dos homens. Nosso objetivo foi apresentar um possível entendimento acerca da questão dos vícios e das virtudes, acerca de como essas disposições de caráter se apresentavam aos homens do medievo.

Em suas novelas, por meio do grotesco, do cômico, do caricato e do burlesco, Boccaccio mostrou as relações sociais, desenvolvendo uma crítica acentuada à perda dos valores durante o advento da Peste Negra. Ele mostrou que, com a devastação que assolou a Europa de forma geral, a separação entre a virtude e o vício tornou-se menos nítida. Mostrou também que, em razão das inúmeras perdas de indivíduos do dia para a noite em consequência da Peste, houve uma mudança abrupta nas relações sociais.

Inferimos, de suas representações, que, se não ocorresse uma rápida mudança, aquela sociedade corria o risco de desaparecer em meio à devassidão e à disposição que os homens estavam tendo para o vício. A nosso ver, Boccaccio não tinha perdido o sentimento mais valioso que o homem pode ter diante de situações como as que ele vivenciou: a capacidade de se indignar. Em seus escritos, indagava criticamente os indivíduos pelo comportamento que assumiam. Essa é, a nosso ver, a maior qualidade do autor.

Com sua linguagem crítica, ele expôs as mazelas morais de sua época. Mostrou que nem mesmo os eclesiásticos estavam isentos dos vícios. Mostrou também, que, por meio da constante prática de ações justas, algumas pessoas encontravam o caminho da virtude. Ainda que imerso em uma série de depravações morais, ele não perdeu sua capacidade de se indignar e analisar as questões que tanto o afligiam e o fez por meio de sua única fonte de expressão: a linguagem irônica e muitas vezes pejorativa.

Foi por meio da literatura, por meio de sua comédia humana, que Boccaccio explicitou sua indignação diante de sua sociedade. Tal como Aristóteles, mostrou que: “A deficiência moral é conforme à escolha” (*E.N.* VII, 1151 a). Ele escolheu agir, e o fez por meio de suas palavras, as quais rapidamente foram difundidas entre os florentinos, depois entre os italianos e depois para todo o mundo conhecido.

Nas novelas de Boccaccio estão representados, com uma variedade de aspectos e personagens, os sentimentos individuais ligados à questão da moral. Ele criou um ambiente propício ao afloramento de sentimentos no leitor. Enfatizou os sentimentos humanos e mostrou que a busca pela retidão é sempre possível, independentemente dos tipos de indivíduos com os quais as pessoas se envolvem. Por isso, muitas vezes, é possível ver em sua obra frades, padres, freiras, bispos e/ou cônegos dispostos tanto para o vício quanto para a virtude, o mesmo podendo ser afirmado de representantes dos mais diferentes grupos sociais.

Observando as questões abordadas por esse autor do século XIV, é possível nos debruçarmos sobre nosso conceito de educação. A exemplo do que acontecia no período boccacciano, notamos hoje a ausência de uma proposta educativa pautada nos valores morais. Boccaccio compreendeu toda a complexidade do seu período, abordando-a em suas novelas. Mostrou-nos todo o emaranhado de questões que envolviam o homem medieval. A tendência, em nossa sociedade, é o oposto de tal concepção. Buscamos cada vez mais saber muito mais de muito menos, especializando-nos em nossos campos de ensino, sem manter o diálogo com os demais. De acordo com Edgar Morin:

A incapacidade de conceber a complexidade da realidade antropológica, em sua microdimensão (o ser individual) e em sua macrodimensão (o conjunto da humanidade planetária), conduz a infinitas tragédias e nos conduz à tragédia suprema (MORIN, 2005, p. 13).

Esse autor aponta que, acima de tudo, a concepção atual de educação está pautada na limitação da área de saber. Somos cobrados frequentemente para saber muito mais de muito menos; buscamos uma visão unidimensional. Segundo Morin, essa é a verdadeira tragédia da educação atual, pois passamos a analisar o indivíduo como se ele fosse isolado, esquecemo-nos das múltiplas inter-relações entre ele, seu meio e os outros indivíduos ao seu redor.

O olhar de Morin é extremamente rico para a nossa proposta de educação moral, pois ele concebe o homem em suas mais variadas faces. Ao mesmo tempo em que é professor, o indivíduo pode ser aluno, irmão, pai, filho, marido, amigo, companheiro em uma partida de futebol, funcionário, encarregado, ou seja, o indivíduo é uno, mas, ao mesmo tempo, é multi. Tal indivíduo, ao manter essa variada gama de inter-relações, esboça seu entorno, seus hábitos e costumes, os quais, por sua vez, estão diretamente ligados ao contexto em que ele vive.

Ora, como pudemos notar, nas novelas boccaccianas estão representadas algumas dessas inter-relações. Elas nos mostram a concepção peculiar dos indivíduos da Baixa Idade Média. Portanto, a nosso ver, Boccaccio é uma referência extremamente importante para criarmos nossa maneira de pensar os aspectos educacionais do nosso presente. Com sua forma de se indignar, ele nos mostra como as relações estavam sendo travadas em sua sociedade e, ao mesmo tempo, expõe, por meio da representação de situações morais, as soluções que poderiam ser encontradas para esses dilemas.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUIRRE ROJAS, Carlos Antonio. **Uma história dos Annales (1921-2001)**. Tradução Jurandir Malerba – Maringá: Eduem, 2004.

ALIGHIERI, Dante. **A divina comédia**. Tradução, Introdução e notas de Ronald C. Prater. Brasília: Editora Thesaurus de Brasília, 2005.

ARENDT, Hannah. **A crise na educação**. New York: Viking Press, 1961.

ARIÈS, Philippe. **História da Vida Privada: Da Renascença ao Século das Luzes**. V.3. Tradução de Hildegard Feist. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
Mario da Gama Kury. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 2001.

ARISTÓTELES. **Ética a Nicomâcos**. 4ª ed. Tradução do grego, introdução e notas de

BLOCH, Marc. **Introdução a História**. Tradução de Maria Manuel Miguel e Rui Grácio. 2a. ed. Lisboa: Europa-América, 1974.

_____. **Apologia da História ou o ofício de historiador**. Trad. André Telles. Prefácio de Jacques Le Goff. Apresentação a ed. Brasileira Lilia Moritz Schwarcz. Jorge Zahar Editor: Rio de Janeiro, 2001.

BLOCH, Marc. Pour une histoire comparée des sociétés européennes. IN :*Revue de Synthèse Historique*. 6: 15-50, 1928.

BOCCACCIO, Giovanni. **O Decamerão**. Tradução de Paul de Polillo. São Paulo : Livraria Martins Editora, 1956.

BURKE, Peter, **A Escola dos Annales (1929-1989)**. A revolução Francesa da Historiografia. Tradução Nilo Odalia. – São Paulo: Ed. Verbo da Universidade de São Paulo, 1978.

_____. Abertura: A nova história, seu passado e seu futuro. IN: BURKE, Peter. **A escrita da história: novas perspectivas** (Org.). Tradução de Magda Lopes. 2ª edição. São Paulo: Editora da Universidade Paulista, 1992.

_____. Huizinga, profeta de “sangue e rosas”. IN: HUIZINGA, Johan. **O outono da Idade Média: estudo sobre as formas de vida e de pensamento dos séculos XIV e XV na**

França e nos Países Baixos. Tradução de Francis Petra Janssen. São Paulo: CosacNaify, 2010.

CALVINO, ÍTALO. **Por que ler os clássicos.** Tradução de Nilson Moulin. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

CANDIDO, Antonio. **LITERATURA E SOCIEDADE: estudos de teoria e história literária.** Segunda Edição. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1967.

CARDIOU, François, [et. Al.]. **Como se faz a história:** historiografia, método e pesquisa. Tradução de Giselle Unti. Petrópolis: Editora Vozes, 2007.

CARVALHO, Aécio Flávio. LITERATURA E HISTÓRIA: Um ‘caso’ secular. In: **História e Historiografia da Educação nos Clássicos: estudos sobre a Antiguidade e Medievo.** (Org.) Terezinha Oliveira. Editora UEMS: Dourados, 2010. p. 39 – 54.

CHESNEAUX, Jean. **Devemos fazer tabula rasa do passado? Sobre a história e os historiadores.** Tradução de Marcos A. da Silva. São Paulo: Editora Ática, 1995.

COHEN, Keith. O *New Criticism* nos Estados Unidos. In: **Teoria da Literatura em suas fontes.** Volume 2. 3ª edição. Organização, seleção e introdução de Luiz Costa Lima. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

CONTE, Guiliano. **Da crise do feudalismo ao nascimento do capitalismo.** 2ª ed. Lisboa: Editorial Presença, 1976.

DELEMEAU, Jean. **História do Medo no Ocidente 1300-1800 uma cidade sitiada.** Tradução de Mara Lucia Machado. Tradução das notas de Heloísa Jahn. 1ª reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

DOURADO, Maysa Cristina. **Poesia em tempos de mal-estar: Charles Simic e Affonso Romano de Sant’ Anna,** 2008, Tese (Doutorado em Letras) Universidade Estadual Paulista Júlio Mesquita Filho, *Campus Araraquara*, 2008.

DUBY, George. **O ano mil.** Tradução de Teresa Matos, Rio de Janeiro: Edições 70, 1992.

_____. **Ano 1000, ano 2000: na pista de nossos medos.** Tradução de Eugênio Michel da Silva e Maria Regina Lucena Borges-Osório. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

_____. **Para uma história das Mentalidades**, 1998

_____. **Para uma História das Mentalidades**. Tradução de Amélia Joaquim. Lisboa-Portugal: TERRAMAR, 1999.

EDOARDO, Bizzarri. Introdução à leitura de “*O Decamerão*”. IN: BOCCACCIO, Giovanni, **O DECAMERÃO**. V.1. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1956.

FAGAN, Brian. **O Aquecimento Global: a influência do clima no apogeu e declínio das civilizações**. Tradução de Elvira Serapicos. São Paulo: Larousse do Brasil, 2009.

FERNANDES, Cassio da Silva. **Jacob Burckhardt e a preparação para a preparação para a cultura do Renascimento na Itália**. In: <http://www.revistafenix.pro.br/PDF8/ARTIGO2-Cassioda.Silva.Fernandes.pdf>, (Volume 3; ano III, nº 3) 2006.

Formação do Terceiro Estado as comunas: coletânea de textos de François Guizot, Augustin Thierry, Prosper de Barante. Terezinha Oliveira; Claudinei Magno Mendes (Orgs.) Maringá: Eduem, 2005.

GAULIN, Jean-Louis. A ascensão do texto ou o retorno às fontes. In: **Passados Recompuestos: Campos e canteiros da História**. Org. Jean Bautier; Dominique Julia. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; Editora FGV, 1998, p. 173-182.

GINZBURG, Carlo. Paris, 1647: um diálogo sobre a ficção e história. In: **O fio e os rastros: verdadeiro, falso e fictício**. Trad. Rosa Freire d’Aguiar e Eduardo Brandão. Companhia das Letras: São Paulo, 2007. p.79 – 93.

GOTTFRIED, Robert S. **La Muerte Negra: Desastres naturales y humanos em la Europa medieval**. Tradução de Juan José Utrilla. México: Fondo de Cultura Económica, 1989.

HEARDER, Harry. **Breve historia de Italia**. Tradução de Borja García Bercero. Madrid: Historia Alianza Editorial, 2003.

HELLER, Agnes. **O homem do renascimento**. Lisboa: Editorial Presença, 1982.

HOLANDA, Sérgio, B. Introdução. IN: RANKE, Leopold. **RANKE: História**. Sérgio B. Holanda. (org.). Trad. de Trude von Laschan Solstein. São Paulo: Ática, 1979.

HOOPER, Silvana Seabra. **Fontes de Literatura e História: a escrita de Sérgio Buarque de Holanda em *Caminhos e Fronteiras***. 2007, Tese – (Doutorado em Letras), Universidade Federal de Minas Gerais, 2007.

HUIZINGA, Johan. **O declínio da Idade Média**. Tradução de Augusto Abelaira. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

HUIZINGA, Johan. **O outono da Idade Média**: Estudo sobre as formas de vida e de pensamento dos séculos XIV e XV na França e nos Países Baixos. Tradução de Francis Petra Janssen. São Paulo: Cosac Naify, 2010.

JANOTTI, Maria de Lourdes. O livro *Fontes históricas* como fonte. In: **Fontes Históricas**. Org. Carla Bassanezi Pinsky. São Paulo: Editora Contexto, 2006, p. 07-22.

LANGLOIS, Ch; SEIGNOBOS, Ch. Determinação dos fatos particulares. In: **Introdução aos estudos históricos**. (s/n).

LAUTOR, Bruno. **Jamais fomos modernos: Ensaio de antropologia simétrica**. Tradução de Carlos Irineu da Costa. – 2ª edição – Rio de Janeiro: Edições 34, 2009.

LADURIE, Emmanuel Le Roy. **Historia del clima desde el año mil**. Tradução de Carlos López Beltrán (Tomo I) José Barrales Valladares (Tomo II) México: Fondo de Cultura Económica, 1991.

LE GOFF, Jacques. **A civilização do ocidente medieval**. Tradução José Rivair de Macedo. Bauru: EDUSC, 2005.

_____. As mentalidades: uma história ambígua. IN: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre (Direção). **HISTÓRIA: Novos objetos**. Tradução dr Terezinha Marinho. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1976.

_____. **Reflexões sobre a história**. Lisboa: 70, 1986.

_____. **História e Memória**. Tradução Bernardo Leitão [et. al.]. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990.

_____. **Os intelectuais na Idade Média**. Tradução Marcos de Castro. 2ª Edição. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 2006.

LE GOFF, Jaques et all. **A história nova**. Trad. São Paulo; Martins Fontes, 1993.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. São Paulo: Editora Cortez, 1994.

LOPES, Eliane Maria Teixeira; GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. **História da Educação**. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2001.

MARX, Karl. **Manifesto do Partido Comunista**. In: file:///C:/site/livros_gratis/manifesto_comunista.htm Data de Acesso: 01/07/2001 23:31:58.

MOISÉS, Massaud. **Dicionário de Termos Literários**. São Paulo: Cultrix, 1974.

MORIN, Edgar. **A cabeça bem feita: repensar a reforma, reformar o pensamento**. Tradução de Eloá Jacobina. – 8ª edição - Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

_____. **Educação e Complexidade: os sete saberes e outros ensaios**. Tradução de Edgard de Assis Carvalho – 4ª Edição – (org.) Maria da Conceição de Almeida e Edgard de Assis Carvalho. São Paulo: Ed. Cortez, 2007.

_____. **Os sete saberes necessários a educação do futuro**. Tradução de Catarina Eleonora F. da Silva e Jeanne Sawaya. – 2ª edição – São Paulo: Cortez, 2000.

MURGA, Félix Fernández. Giovanni Boccaccio y el mundo clásico. IN: **Cuadernos para Investigación de la Literatura Hispánica**. Publicación del Seminario “Menendez Pelayo” de la Fundación Universitaria Española [¿]

OLIVEIRA, Terezinha. **Considerações sobre o caráter histórico da Escolástica**. In: Luzes sobre a Idade Média. Org. Terezinha Oliveira. Maringá: EDUEM, 2002.

_____. **GUIZOT E A IDADE MÉDIA: Civilização e Lutas Políticas**, 1997, Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Assis, 1997.

_____. A influência da leitura de Tomás de Aquino: um estudo sobre os costumes e a educação no século XIII. IN: OLIVEIRA, Terezinha. **Ensino e Debate na Universidade Parisiense do século XIII: Tomás de Aquino e Boaventura de Bagnoregio**. Maringá: EDUEM, 2011.

OLIVEIRA, Terezinha; MENDES, Claudinei Magno. Reflexões sobre os Clássicos na História. In: **História e historiografia da Educação nos Clássicos: estudos sobre Antiguidade e Medieval.** (org.) Terezinha Oliveira. Dourados: UEMS, 2010.

ORLANDI, Enzo. **Gigantes da literatura universal.** Tradução de Fernando Melro. São Paulo: Editora Verbo, 1972.

PIAZZO, Marco Aurélio. **A Peste Negra do século XIV e seu efeito sobre o Estudo e a prática da Medicina na Europa medieval.** 2002, Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2002.

REIS, José Carlos. **A HISTÓRIA: entre a Filosofia e a Ciência.** São Paulo: Editora Ática, 1996.

RICHARDS, J. Sexo, desvio e danação: as minorias na Idade Média. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

SPINA, Segismundo. **A cultura literária medieval: Uma introdução.** – 3ª edição – Cotia – SP: Ateliê Editorial, 2007.

SIMONI, Karine. **De peste e literatura: imagens do *Decameron* de Giovanni Boccaccio.**

In: www.periodicos.ufsc.br/index.php/literatura/article/download/5447/4882

Data de acesso: 03/02/2011.

VEYNE, Paul Marie. **Como se escreve a história.** Tradução de Alda Baltar e Maria Auxiliadora Kneipp. Brasília: Ed. UnB, 1998.

WOLFF, Philippe. **Outono da Idade Média ou primavera dos tempos modernos?** São Paulo: Martins Fontes, 1988.